

# ABANC

ASSOCIAÇÃO **ANGOLANA** DE BANCOS

A large, bold, red abstract graphic occupies the left side of the page. It features sharp, angular shapes that suggest a stylized star or a series of overlapping chevron-like forms, pointing upwards and to the right.

## **Relatório Anual 2009-2013**



## Índice

Índice .....	3
Siglas .....	5
Introdução .....	8
I. Enquadramento Macroeconómico .....	12
Economia Mundial.....	12
Mercado Monetário e Obrigações .....	13
Mercado Cambial e Commodities .....	14
Economia Nacional.....	15
Sector externo .....	17
Contas públicas.....	17
Inflação e taxas de juro .....	18
Sector bancário .....	18
II. Enquadramento da Actividade do Sector Bancário .....	23
Actividade Recente do BNA.....	23
Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo .....	23
Reforma do Sistema Tributário.....	26
Programa Angola Investe.....	27
Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero.....	29
Desdolarização da Economia.....	32
III. Sistema Bancário Angolano .....	36
IV. Recursos Humanos .....	42
V. Indicadores de Cobertura Bancária .....	49
Rede Bancária .....	49
Terminais bancários .....	54
Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização da População ..	58
Cartões de Pagamento Multicaixa.....	64
VI. Análise Financeira .....	68
Balanço .....	68
Activo .....	68
Crédito .....	72
Títulos e Valores Mobiliários .....	80
Funding .....	81
Depósitos .....	84
Balanço em Moeda Estrangeira .....	88

Demonstração de Resultados.....	90
Rentabilidade .....	95
Análise do Valor Acrescentado Bruto .....	97
Indicadores do Sistema Bancário.....	99
Indicadores do Balanço .....	99
Rácio Activo Total por Número de Funcionários.....	101
Rácio Produto Bancário por Número de Funcionários.....	102
Rácio Funcionários por Balcão .....	102
Síntese de Indicadores do Sistema Bancário .....	103
VII. Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões.....	107
VIII. Metodologia.....	113
Enquadramento Metodológico.....	113
Limitações.....	113
Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores.....	115
Compatibilidade entre o PCIF e CONTIF .....	121
IX. Índice Remissivo .....	126
Índice de Quadros.....	126
X. Referências.....	133
XI. ANEXOS.....	136
ANEXO A – Regulamentação relevante para o sector financeiro 2009 – 2013 .....	136
ANEXO B – Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores .....	150

## Siglas

ABANC	Associação Angolana de Bancos
AF	Activos Financeiros
AIE	Agência Internacional de Energia
AKZ	Kwanzas
APR	Activos Ponderados pelo Risco
ARSEG	Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros
AT	Activo Total
BCE	Banco Central Europeu
BM	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNA	Banco Nacional de Angola
BT	Bilhetes do Tesouro
CA	Caixa Automático
CI	Comité de Investimentos
CIRC	Central de Informação e Risco de Crédito
CMC	Comissão do Mercado de Capitais
CO	Custos Operacionais
COMEF	Comité de Estabilidade Financeira
CONTIF	Plano Contabilístico das Instituições Financeiras
CTC	Conselho Tributário Consultivo
DCC	Departamento de Controlo Cambial
DEE	Departamento de Estudos Económicos
DES	Departamento de Estatística
DMA	Departamento de Mercado de Activos
DNI	Direcção Nacional de Impostos
DOS	Declaração de Operação Suspeita
DSI	Departamento de Supervisão Bancária
DSP	Departamento do Sistema de Pagamentos
ESAAMLG	Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
FACRA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Fundos Próprios Regulamentares

FSDEA	Fundo Soberano de Angola
GAFI	Grupo de Acção Financeira
IAC	Imposto sobre a Aplicação de Capitais
IASB	International Accounting Standards Board
IF	Instituição Financeira
IFRS	International Financial Reporting Standards
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IS	Imposto de Selo
ME	Moeda Estrangeira
MF	Margem Financeira
MLP	Médio e Longo Prazo
MN	Moeda Nacional
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NRCSP	Novo Regime Cambial aplicável ao Sector Petrolífero
LUIBOR	Taxa Luanda Interbank Offered Rate
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIC	Organismos de Investimento Colectivo
OMA	Operações de Mercado Aberto
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OT	Obrigações do Tesouro
p.p.	Pontos Percentuais
PB	Produto Bancário
PCIF	Plano de Contas das Instituições Financeiras (revogado em 2010 pelo CONTIF)
PERT	Projecto Executivo para a Reforma Tributária
PF	Passivos Financeiros
PIB	Produto Interno Bruto
R.O.	Reservas Obrigatórias
ROAA	Rendibilidade dos Activos Médios
ROAE	Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios
RSEF	Regime Simplificado de Execuções Fiscais
SGMR	Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados
SME	Serviço de Migração e Estrangeiros
SNA	Serviço Nacional das Alfândegas
SPA	Sistema de Pagamentos de Angola

SPTR	Sistema de Pagamentos em Tempo Real
SSIF	Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras
STC	Sistema de Transferências a Crédito
TBC	Títulos do Banco Central
TPA	Terminal de Pagamento Automático
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
UE	União Europeia
UEM	União Económica Monetária
UIF	Unidade de Inteligência Financeira
USD	United States Dollars
UTERT	Unidade Técnica Executiva para a Reforma Tributária
VAB	Valor Acrescentado Bruto

## Introdução

A recolha sistematizada de informação sob a forma de relatórios, publicações de bancos e de outras organizações, com destaque para a produzida pelo Banco Nacional de Angola (BNA), teve o objectivo de não só descrever o sistema bancário como um todo, contribuindo para a base factual das estratégias de política monetária e cambial, mas também evidenciar a qualidade e a comparabilidade da informação financeira divulgada pelos bancos, que faz deste relatório um instrumento de decisão, mas antes disso um meio especialmente eficaz para aferir a fiabilidade e qualidade desses dados.

Todas as instituições em funcionamento contabilizadas no sistema bancário são associadas da Associação Angolana de Bancos (ABANC), o que nos permite concluir que a associação é efectivamente representativa do sistema bancário angolano. O estudo inclui as 22 instituições financeiras em plena actividade no país<sup>1</sup> (Quadro 1) analisadas de forma agregada. Sempre que necessário, a informação foi reajustada por indisponibilidade de dados desagregados e os critérios de observação foram uniformizados, para permitir maior comparabilidade temporal dos resultados da exploração da actividade bancária. Estas ocorrências estão identificadas em nota de rodapé.

O presente relatório tem a seguinte estrutura:

- O **Capítulo I** apresenta o quadro macroeconómico que regeu o período 2009-2013 e o **Capítulo II** contém um quadro de eventos que marcaram a actividade do sector bancário nos anos mais recentes.
- O sistema financeiro é caracterizado no **Capítulo III**, incluindo a evolução do número de instituições bancárias no período em análise.
- Os **Capítulos IV e V** reportam-se à análise dos recursos humanos e dos indicadores de cobertura bancária.
- O **Capítulo VI** incide sobre o desempenho das instituições financeiras bancárias, debruçando-se sobre os principais elementos do Balanço e Demonstrações de Resultados, e ainda o estudo da rentabilidade das instituições financeiras da amostra, terminando com uma análise do valor acrescentado bruto (VAB) do sector bancário. Este capítulo inclui ainda os principais indicadores de eficiência e produtividade, contendo também outros indicadores sobre o sector, compilados pelo BNA.
- O **Capítulo VII** sumariza as principais conclusões, a nível agregado, enquanto no **Capítulo VIII** se apresentam os conceitos e metodologias aplicadas neste relatório.
- Este documento termina com um Índice Remissivo no **Capítulo IX**, uma lista de referências no **Capítulo X** e com um conjunto de anexos no **Capítulo XI**.

<sup>1</sup> O Banco de Poupança e Promoção Habitacional S.A. foi excluído pois ainda não iniciou a sua actividade.

Quadro 1 – Lista de Instituições Financeiras Bancárias em Angola

Sigla	Designação do Banco <sup>2</sup>	Natureza da Participação Maioritária <sup>3</sup>	Ano de Constituição
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A. <sup>4</sup>	Banco Público	1976
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	Banco Público	1991
BCGTA	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. <sup>5</sup>	Filial de Banco Estrangeiro	1993
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A. <sup>6</sup>	Filial de Banco Estrangeiro	1993
BMA	Banco Millennium Angola, S.A. <sup>7</sup>	Filial de Banco Estrangeiro	1993
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A. <sup>8</sup>	Banco Privado Nacional	1996
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.	Banco Privado Nacional	1997
SOL	Banco Sol, S.A.	Banco Privado Nacional	2000
BESA	Banco Espírito Santo Angola, S.A.	Filial de Banco Estrangeiro	2001
BRK	Banco Regional do Keve, S.A. <sup>9</sup>	Banco Privado Nacional	2003
BMF	Banco BAI Microfinanças, SA.	Banco Privado Nacional	2004
BIC	Banco BIC, S.A.	Banco Privado Nacional	2005
BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A.	Banco Público	2006
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BPA	Banco Privado Atlântico, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BKI	Banco Kwanza Invest, S.A. <sup>10</sup>	Banco Privado Nacional	2007
FNB	Finibanco Angola, S.A.	Filial de Banco Estrangeiro	2007
VTB	Banco VTB – África, S.A.	Filial de Banco Estrangeiro	2007
BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A.	Banco Privado Nacional	2009
BPPH	Banco de Poupança e Promoção Habitacional, S.A. <sup>11</sup>	Banco Público	2010
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.	Filial de Banco Estrangeiro	2010
BVB	Banco Valor, S.A.	Banco Privado Nacional	2011
SCBA	Standard Chartered Bank Angola, S.A. <sup>12</sup>	Filial de Banco Estrangeiro	2013

<sup>2</sup> Segundo a Lei nº 1/04, Lei das Sociedades Comerciais, a abreviatura das Sociedades Anónimas passou de S.A.R.L. a S.A.

<sup>3</sup> Ver Metodologia.

<sup>4</sup> O BPC foi constituído em 1956 como «Banco Comercial de Angola, S.A.R.L.», tendo sido nacionalizado em 1976 como «Banco Popular de Angola, S.A.R.L.». Em 1991 alterou a sua designação para «Banco de Poupança e Crédito, S.A.R.L.».

<sup>5</sup> O BCGTA abriu como sucursal do Banco Totta & Açores em Angola em 1993, sendo o primeiro banco estrangeiro a operar em Angola após a independência. Em 2002 tornou-se banco de direito local, denominando-se «Banco Totta de Angola, S.A.», que foi alterada em 2009 para «Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.» com a entrada dos accionistas Caixa Geral de Depósitos e Sonangol no capital da instituição.

<sup>6</sup> O BFA abriu como sucursal em Angola do Banco de Fomento e Exterior em 1993. Em 2006, transformou-se em banco de direito angolano, passando a denominar-se «Banco de Fomento Angola, S.A.».

<sup>7</sup> O BMA iniciou actividades como sucursal em Angola do Banco Português do Atlântico em 1993. Em 2006, transformou-se em banco de direito angolano, passando a denominar-se «Banco Millennium Angola, S.A.».

<sup>8</sup> Em 2011, o BAI alterou a sua designação de «Banco Africano de Investimentos, S.A.» para «Banco Angolano de Investimentos, S.A.».

<sup>9</sup> O BRK adoptou em 2007 a abreviatura comercial «Banco Keve».

<sup>10</sup> O BKI alterou em 2008 a sua denominação de «Banco Quantum Capital, S.A.» para «Banco Kwanza Invest, S.A.».

<sup>11</sup> Em 2013, o BPPH alterou a sua designação de «Banco de Promoção para o Desenvolvimento, S.A.» para «Banco de Poupança e Promoção Habitacional, S.A.». Embora tenha a devida autorização de constituição do BNA, ainda não iniciou as suas actividades.

<sup>12</sup> O Standard Chartered Bank Angola foi constituído em 2013, tendo iniciado as suas actividades em 2014.

# ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

**12** Economia Mundial

- 12 Mercado Monetário e Obrigações
- 13 Mercado Cambial e Commodities

**15** Economia Nacional

- 17 Sector Externo
- 17 Contas Públicas
- 18 Inflação e Taxas de Juro
- 18 Sector Bancário





## I. Enquadramento Macroeconómico

### Economia Mundial

Em 2013, o ritmo de expansão da actividade económica global voltou a desapontar, tendo permanecido, segundo o Fundo Monetário Internacional, pelos 3%, idêntico ao registado no ano anterior (3,1%). A permanência de um crescimento ainda incipiente prendeu-se essencialmente com a existência de um conjunto de factores condicionantes ao crescimento, dos quais se destacam a entrada em vigor, nos EUA, do denominado “Sequestro” em Março de 2013, o qual implicou cortes automáticos e transversais das despesas orçamentais, impondo um cariz mais restritivo da política fiscal norte-americana, a par de políticas fiscais, também de cariz restritivo, em diversas economias europeias. Paralelamente, a prossecução da recomposição dos balanços das empresas e das famílias, do processo de desalavancagem e a fragilidade do mercado de trabalho em diversas economias desenvolvidas, com destaque para aquelas pertencentes à União Económica Monetária (UEM) reduziram a capacidade de expansão mundial. As políticas monetárias mantiveram um cariz marcadamente acomodaticio, apesar do anúncio da Reserva Federal norte-americana em Maio, antecipando o início da redução dos montantes das compras de dívida de médio e longo prazo. No bloco do euro, foram dados passos importantes na construção da união bancária, nomeadamente no que se refere a dois dos seus pilares: o Mecanismo Único de Supervisão e o Mecanismo Único de Resolução. Relativamente ao primeiro, ficou acordado que o BCE assume a supervisão dos bancos sistemicamente importantes da zona euro em Outubro de 2014. Relativamente ao segundo pilar, ficou acordada a composição da Autoridade para a Resolução e o Fundo Único de Resolução. A primeira será responsável pela decisão de liquidação de bancos supervisionados pelo Banco Central Europeu (BCE). No que respeita ao Fundo Único de Resolução ficou estabelecido que a sua criação só estará concluída daqui a dez anos. Por seu turno, as principais economias emergentes, ainda que continuando a apresentar ritmos de expansão elevados comparativamente às economias desenvolvidas, mostraram sinais de abrandamento.

A dissipação de importantes riscos disruptores ao longo do ano permitiu a construção, principalmente a partir da segunda metade do ano, de um cenário macroeconómico global mais favorável, antecipando-se a consolidação do crescimento ao longo de 2014. O Fundo Monetário Internacional prevê uma aceleração do crescimento mundial em 2014 para 3,7%. Este comportamento deverá ser mais evidente nas economias avançadas, em particular nos EUA, que deverá beneficiar de uma política orçamental mais acomodaticia, e também na UEM, onde o esbatimento dos receios relativamente a cenários de ruptura na União conferiu suporte à estabilização dos mercados de dívida pública e abriu espaço para reforço dos níveis de confiança

entre os agentes económicos. Nos EUA, é esperado o retorno a taxas de crescimento da actividade em torno de 2,5%; na zona euro os indicadores prospectivos de actividade antecipam o retorno a cenários de crescimento em torno de 1%. A perspectiva de que as políticas orçamentais sigam tendências menos restritivas surge como um factor de suporte importante à aceleração do crescimento. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, as economias emergentes deverão registar um avanço de 5,1% em 2014, beneficiando da aceleração da procura externa por via de maior procura por parte das economias desenvolvidas. A China crescerá em torno dos 7,5%, menos do que nos anos anteriores, reflectindo a implementação de medidas limitativas do crescimento do crédito.

### Mercado Monetário e Obrigações

As políticas monetárias mantiveram uma tendência fortemente expansionista, sinalizando que as taxas de referência permanecerão em níveis historicamente reduzidos por um período considerável de tempo. O Banco Central Europeu desceu a taxa principal de refinanciamento para 0,25% na reunião de Novembro e reforçou a sua postura de ampla disponibilidade para recorrer a instrumentos adicionais, em suporte da actividade económica e estabilidade dos preços. Para além dos sinais de alguma fragilidade no processo de recuperação económica, a queda da taxa de inflação na região, de forma sustentada, para valores inferiores a 2%, esteve na origem da decisão. O Banco do Japão reforçou as medidas de cariz não convencional de forma a re-inflacionar a economia. Por seu turno, a Reserva Federal norte-americana, reforçando a ideia de que as taxas directas permanecerão em níveis reduzidos, anunciou em Maio que se preparava para encetar a redução progressiva das compras de activos, que à data se situavam em 85 Mil Milhões USD mensais, o que justificou o aumento significativo das taxas de juro de longo prazo nos mercados de referência. A yield do título de 10 anos dos US Treasuries aumentou de 1,72% para 3% em Setembro – e afectou também os mercados emergentes e os títulos de dívida soberana dos mercados periféricos do euro. A partir de Setembro, o movimento atenuou-se e as taxas dos activos benchmark recuaram de novo, reflectindo a moderação de expectativas relativamente à alteração da tendência da política monetária, que se manterá acomodaticia, não obstante a Reserva Federal ter encetado a redução do programa de compra de activos na reunião de Dezembro: desde início de Fevereiro de 2014, estas situam-se no patamar de 65 Mil Milhões USD mensais. Por seu turno, os spreads da dívida pública dos países mais fragilizados da zona euro registaram uma tendência descendente, sobretudo no segundo semestre do ano, pois a primeira metade foi condicionada por perturbações políticas e institucionais em alguns países, com destaque para Itália, Portugal e Chipre. A redução de spreads reflectiu os progressos nos programas de ajustamento de Espanha, Irlanda e também de Portugal, nomeadamente na consolidação das finanças públicas. Os progressos registados na união bancária e em toda a arquitectura da zona euro, uma envolvente



externa favorável e optimista bem como a ampla liquidez no sistema e a procura por rentabilidade, estiveram também subjacentes a esta evolução.

No mercado monetário, as taxas de juro Euribor registaram um ligeiro aumento durante o ano, tendo a taxa de referência de três meses aumentado de 0,187% em Janeiro para 0,287% no final de Dezembro. Não obstante a postura da autoridade monetária, a progressiva redução da liquidez excedentária e a melhoria das expectativas económicas justificaram esta evolução.

Entretanto, as taxas de juro de curto prazo do dólar desceram ligeiramente apesar da sinalização pela Reserva Federal que se preparava para reduzir o seu programa de compra de activos. Esta redução acabou por se concretizar apenas em Janeiro de 2014, e deverá prosseguir ao ritmo de menos 10 mil milhões por mês. Este é um dos factores de perturbação nos mercados financeiros em inícios de 2014, com impacto nos mercados de activos com maior risco e em algumas economias e activos de países emergentes, com maiores fragilidades ou desequilíbrios económicos.

## Mercado Cambial e Commodities

A diluição dos riscos disruptores na zona euro, a consequente dissipação da crise de dívida soberana e a conclusão, com sucesso, dos programas de auxílio de Espanha e de Irlanda (bem como a expectativa de que o Programa português se conclua com sucesso), justificaram a apreciação do euro, que no conjunto do ano registou uma valorização de cerca de 4%, tendo a tendência aumentado no segundo semestre.

O EUR/USD oscilou no intervalo entre 1,27 e 1,34, tendo perdido terreno no último trimestre em reflexo do adiamento da redução das compras de activos pela Reserva Federal. Entretanto, o iene perdeu terreno face às restantes principais divisas, reflectindo a política monetária ultra-acomodatória do Banco do Japão, tendo alcançado um mínimo de 5 anos face ao USD em 145,67.

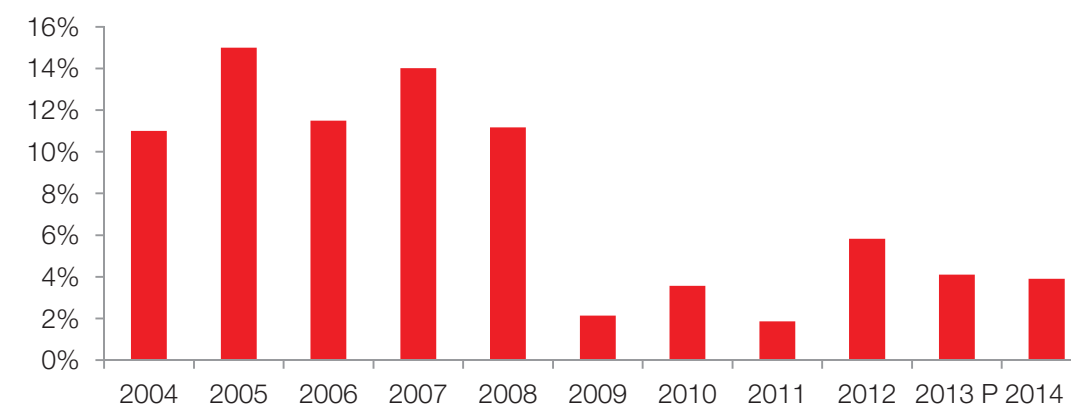
No mercado das matérias-primas, o ano ficou marcado por um movimento descendente dos principais preços.

O preço do petróleo, tanto no mercado americano (WTI) como no mercado europeu e do Médio Oriente (Brent), evoluiu praticamente sem tendência definida ao longo do ano. Os valores mínimos e máximos do ano, no WTI e no Brent foram 85,61/112,24 e 96,75/119,75 dólares o barril, respectivamente. O consumo total de crude em 2013 foi ligeiramente superior ao verificado em 2012, 91,2 milhões de barris por dia (mb/d) versus 90,0, e a Agência Internacional de Energia (AIE) espera uma média de 92,4 em 2014. Mas a oferta foi sempre superior (acima dos 92 mb/d), com 34% da produção concentrada em 3 países: Rússia, 10,85 mb/d; EUA, 10,58 mb/d; Arábia Saudita, 9,84 mb/d. A tendência crescente de produção nos EUA (devido à importância e maior contributo do crude obtido através do xisto) faz antever que nos próximos anos este país possa vir a tornar-se no maior produtor mundial e ganhar a independência energética.

## Economia Nacional

Nos últimos anos, Angola consolidou o seu ritmo de expansão da actividade económica, ainda que evoluindo aquém dos elevados níveis de crescimento da década anterior. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento económico de 2012 foi revisto em alta para 5.8%; no entanto, as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento para 4,1% em 2013 e 3,9%<sup>13</sup> em 2014. Assim, espera-se que Angola beneficie nos próximos anos de um período de crescimento comparativamente mais moderado, ainda que relativamente elevado, em torno dos 4,0%. Partindo de uma base mais alta, este cenário configura também um enquadramento mais sustentável, assente no desenvolvimento gradual das actividades fora do sector petrolífero e, em simultâneo, tirando partido da abundância de capital humano (com necessidades de formação) e vastos recursos naturais para além dos hidrocarbonetos.

Gráfico 1 - Crescimento Real do PIB



Fonte: INE; Projeções do Governo (OGE)

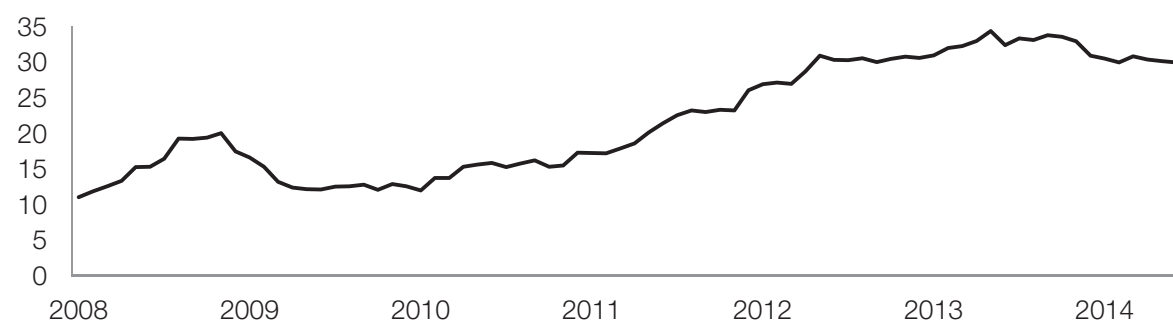
Apesar de se ter verificado um esforço progressivo para diversificar a actividade económica, o crescimento Angolano continua bastante vulnerável aos desenvolvimentos no sector petrolífero. De facto, verificou-se uma quebra do peso deste sector de um máximo de 49,7% do VAB em 2008 para 43,0% em 2012, mas a recente desaceleração da actividade económica continua a reflectir essencialmente uma performance menos favorável da produção de petróleo. Em princípio, o nível de reservas provadas é suficiente para garantir um nível de produção elevado nos próximos anos, mas a produção de petróleo tem vindo a abrandar, devido à paragem para manutenção de alguns campos petrolíferos e quebra da produção derivada de vários problemas técnicos, o que continua a

<sup>13</sup> No âmbito das consultas ao abrigo do artigo IV de Julho 2014, o FMI reviu a taxa de crescimento de 2014 para 3,9%, face aos 4,1% divulgados no relatório de Março.

alertar para a existência de constrangimentos estruturais e para o seu potencial impacto no crescimento da economia. De acordo com os dados do Ministério das Finanças, as receitas da exportação de petróleo caíram 3,0% em 2013, e a evolução das receitas durante os primeiros meses deste ano sugere que esta quebra se deverá agravar em 2014. Acresce referir que a central de produção de Gás Natural Liquefeito, no Soyo, interrompeu também a produção por um período indeterminado, com impacto no cenário de crescimento.

**Gráfico 2 - Reservas internacionais líquidas**

Mil milhões USD



Fonte: BNA

Paralelamente, o sector não petrolífero deverá continuar a beneficiar de novos investimentos, nomeadamente na construção de infra-estruturas através dos projectos de investimento públicos, pese embora nos últimos meses o baixo grau de execução orçamental nesta vertente pese desfavoravelmente na actividade. Para além disso, no curto prazo, espera-se que a política de substituição de importações, patente nomeadamente na introdução da nova pauta aduaneira (que entrou em vigor em Março de 2014), contribua para proteger as indústrias locais e desta forma estimule o desenvolvimento do sector não petrolífero, ainda que no imediato este evolua com alguns constrangimentos relacionados com a baixa execução da política de investimento público.

O enquadramento mais sustentável da economia angolana é patente na revisão em alta do *rating* atribuído pela *Moodys* à dívida pública angolana para Ba2 face à classificação anterior de Ba3, colocando o respectivo *outlook* em positivo. De acordo com esta agência de *rating*, a melhoria da qualidade do risco-país de Angola reflecte perspectivas favoráveis para o crescimento económico tanto no sector petrolífero como não petrolífero, bem como o bom comportamento das contas públicas do país. No que respeita à actividade no sector petrolífero, a *Moodys* realça as perspectivas positivas associadas ao recente investimento de 16 mil milhões de dólares por parte da empresa petrolífera Total e à descoberta de depósitos marítimos significativos na Bacia do Kwanza. No campo das contas públicas, o optimismo da *Moodys* resulta do facto de Angola se

encontrar entre os países com um rácio de dívida pública mais baixo quando comparado com os seus pares, em grande parte reflectindo a evolução positiva das receitas petrolíferas.

## Sector externo

Em 2013, o excedente da balança comercial manteve a tendência de decréscimo, tal como já se tinha verificado no ano anterior. Apesar de se ter verificado uma ligeira diminuição no peso das importações, este não foi suficiente para compensar a quebra mais acentuada do lado das exportações petrolíferas. Sendo assim, o excedente comercial de 2013 fixou-se em cerca de USD 40 mil milhões, inferior aos USD 42 mil milhões de 2012.

O Banco Central manteve uma política conservadora de acumulação de reservas internacionais. Depois de terem atingido um valor máximo de USD 34 mil milhões, as reservas internacionais caíram ligeiramente para USD 30 mil milhões em Junho deste ano, mas mantêm-se elevada, sendo suficientes para cobrir cerca de 7 meses de importações, de acordo com os dados do FMI. Por sua vez o Kwanza desde o início do ano manteve-se relativamente estável face ao dólar, após ter apresentado uma maior volatilidade no seguimento da introdução da nova lei cambial.

## Contas públicas

Os dados mais recentes sobre a execução orçamental de 2013 (de acordo com o FMI) sugerem que o sector público deverá ter registado um défice pela primeira vez desde 2009, estimado em -1,5% do PIB, que ficou no entanto abaixo do défice orçamentado. De acordo com estas estimativas, o total das receitas excedeu o valor orçamentado de 37,4% do PIB em cerca de 0,7 p.p.; em simultâneo, as despesas ficaram 1,5 p.p. abaixo dos 41,1% do PIB previstos no orçamento, devido à fraca execução orçamental. Verifica-se assim que a política orçamental assume um cariz de suporte à actividade, relevando o empenho das autoridades em alocar fundos públicos para melhorar o problema das fracas infra-estruturas; todavia, estes planos têm ficado constrangidos pela fraca capacidade de execução da despesa pública.

Para 2014, as autoridades prevêem que o défice fiscal aumente para 4,8% do PIB, assumindo um aumento substancial das despesas de capital para 13,1% do PIB, de forma a prosseguir com o Programa de Investimentos Públicos. Para cobrir as necessidades de financiamento de 2014, o Estado prevê intervenções de política orçamental nos mercados de Bilhetes e Obrigações de Tesouro. Apesar da deterioração do saldo fiscal, a dívida pública deve manter-se relativamente estável, sendo que de acordo com o OGE o total da dívida pública deverá aumentar para 33,9% do PIB em 2014, mantendo-se bastante abaixo do limite estipulado na lei, de 60,0% do PIB.

## Inflação e taxas de juro

A inflação continua em níveis mínimos históricos, abaixo dos 7% (limite inferior do intervalo de 7-9% estipulado como o objectivo para a inflação anual). Em Julho de 2014, a inflação situou-se em 7,0%, interrompendo a tendência de queda observada nos seis meses anteriores, mas mantendo-se abaixo dos níveis observados nos anos mais recentes. O comportamento da inflação em Julho de 2014 sugere que o impacto das novas tarifas aduaneiras é ainda pouco perceptível no comportamento dos preços, no entanto, realça a necessidade acompanhar o seu potencial efeito, já que a legislação entrou em vigor apenas no início de Março deste ano.

### Quadro 2 – Indicadores Económicos e Projeções

	2014P <sup>14</sup>	2013E	2012	2011	2010	2009
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	5,3	4,1	5,2	3,9	3,4	2,4
Sector petrolífero	3,0	0,6	4,3	-5,4	-3,0	-5,1
Sector não petrolífero	6,4	5,8	5,6	9,5	7,6	8,1
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,79	1,74	1,73	1,66	1,76	1,81
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	104,7	107,3	110,9	110,3	76,5	60,8
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	8,0	7,7	9,0	11,4	15,3	14,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,0	-1,5	5,1	8,7	3,4	-7,4
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-49,8	-49,9	-52,6	-51,1	-47,4	-53,7
Reservas internacionais líquidas (mil milhões de USD, fim de período)	32,0	30,9	30,6	26,1	17,3	12,6
Câmbio médio (AKZ/USD)	-	96,5	95,5	93,9	91,9	79,3

Fonte: FMI, Artigo IV, Março 2014

Perante o comportamento benigno da inflação, o Banco Nacional de Angola (BNA) manteve uma política expansionista, com o objectivo de aumentar a quantidade de recursos financeiros disponíveis na economia, sem com isso comprometer a estabilidade dos preços. Na de Julho de 2014, a autoridade monetária decidiu baixar a taxa em 50 pontos base para 8,8%; esta apresentava-se fixada nos 9,3% desde Novembro de 2013. Para além disso, reduziu a taxa de cedência de liquidez em 25 pontos base para 9,8% e manteve a taxa de absorção de liquidez em 1,8%. Neste contexto, no mercado monetário interbancário, as taxas LUIBOR continuam a apresentar uma tendência decrescente, mais acentuada no prazo *overnight*, cuja taxa se situa perto dos 3%.

## Sector bancário

O crédito interno continuou a crescer a um bom ritmo, com a taxa de variação homóloga a subir para 26,9% em Junho, que compara com 12,4% no final de 2013, sendo que o crédito ao sector público cresceu mais rapidamente do que o crédito ao sector privado. Da mesma forma, os

<sup>14</sup> Previsões FMI

depósitos no sector bancário nacional aumentaram 19,3% em termos homólogos em Junho, face à taxa de 18,4% em termos homólogos no final de 2013.

A redução da utilização do dólar na economia continua em curso, alguns meses depois da última fase do novo regime cambial aplicável ao sector petrolífero ter entrado em vigor, com o kwanza a ganhar relevância nas transacções locais. O rácio de crédito concedido em moeda estrangeira (em relação ao total de crédito) diminuiu significativamente, de 44,0% em Dezembro de 2011 para apenas 28,4% em Junho deste ano, o que significa que os créditos concedidos em Kwanzas já representam mais de 70,0% dos créditos totais. A tendência tem sido semelhante no caso dos depósitos, com os depósitos em moeda estrangeira (em percentagem do total de depósitos) a diminuírem de 50,0% para 35,7% no mesmo período.

## Enquadramento da Actividade do Sector Financeiro

23 Actividade Recente do BNA

23 Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e  
Financiamento do Terrorismo

26 Reforma do Sistema Tributário

27 Programa Angola Investe

29 Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero

32 Desdolarização da Economia



## II. Enquadramento da Actividade do Sector Bancário

### Actividade Recente do BNA

O BNA introduziu um novo quadro regulamentar sobre a governação corporativa, o controlo interno e a actividade de auditoria externa, entre outros. Este quadro regulamentar<sup>15</sup> visa estabilizar, capacitar e robustecer o sistema financeiro angolano face às transformações contínuas no mercado financeiro a nível nacional e internacional, segundo as melhores práticas.

### Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Durante os últimos dez anos, inúmeras organizações envolveram-se na luta contra o branqueamento de capitais, promovendo a cooperação para assegurar que as instituições financeiras tomam as providências necessárias a fim de minimizar os efeitos danosos desta prática.

Diversos países têm tipificado o crime e criado agências governamentais responsáveis pelo combate ao branqueamento de capitais, conhecidas mundialmente como Unidades de Inteligência Financeiras (UIF).

O crime de branqueamento de capitais tem carácter transnacional, e acordos e tratados de carácter internacional surgiram para estruturar a cooperação e instrumentos para combate a essas práticas, nomeadamente:

- A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, 1988, Viena;
- As 40 recomendações sobre branqueamento de capitais do Grupo de Acção Financeira sobre branqueamento de capitais (GAFI/FATF32) - de 1990, revistas em 1996 e referidas como Recomendações do GAFI/ FATF; mais as 9 recomendações sobre financiamento do terrorismo do ano 2003.
- A Declaração Política e o Plano de Acção contra Branqueamento de Capitais, adoptados na Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas, 1998, Nova Iorque.

Num esforço de iniciar a instrumentação legal nesta matéria, Angola adoptou as convenções internacionais com a Resolução nº 19/99, de 30 de Julho, sobre a Criminalização do Tráfico de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas.

---

<sup>15</sup> Ver Anexo A.



Em 2010, Angola tornou-se membro observador da organização de Anti-Branqueamento de Capitais do Sul e Este de África (Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group - ESAAMLG), sendo este o organismo que acompanha a implementação do quadro legal e regulamentar dos países membros, reportando ao GAFI a sua evolução e as medidas adoptadas para, de forma expedita, garantir o estabelecimento das suas regras e recomendações. Nesse mesmo ano foi publicada a Resolução nº 21/10, de 22 de Junho sobre a Criminalidade Transnacional, a Lei nº 12/10 de 9 de Julho, a Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo e a Resolução nº 38/10, de 17 de Dezembro sobre a Criminalização do Financiamento ao Terrorismo. Assim foram lançados os pilares para legislar e regulamentar esta matéria.

Entre 7 a 21 de Novembro de 2011, o Banco Mundial realizou uma avaliação “on site”, de modo a produzir o primeiro relatório de avaliação mútua de Angola, que resultará num plano de implementação para o sistema nacional a ser apresentado em 2013. Em Agosto de 2012, Angola foi admitida como membro pleno da ESAAMLG e o relatório do GAFI tem recebido notas positivas.

Angola é reconhecida como uma jurisdição que está empenhada na observância dos padrões de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, consistentes com as políticas e recomendações providas do GAFI.

## Esquema 1 - Quadro Legislativo e Regulamentar do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

<b>Aviso nº 1/2011, de 26 de Maio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação de identificação e diligência</li> <li>• Estabelecimento de um sistema de prevenção de BC/FT</li> <li>• Criação do <i>Compliance Officer</i> nas instituições financeiras</li> <li>• Revogado pelo Aviso nº 22/12, de 25 de Abril</li> </ul>
<b>Decreto Presidencial nº 35/11, de 15 de Fevereiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição da Unidade de Informação Financeira (UIF)</li> </ul>
<b>Lei nº 34/11, de 12 de Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo</li> <li>• Revoga a Lei nº 12/10, de 9 de Julho com o mesmo nome</li> </ul>
<b>Lei nº 1/12, de 12 de Janeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais</li> </ul>
<b>Avisos nº 21/12 e nº 22/12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação de identificação e diligência</li> <li>• Estabelecimento de um sistema de prevenção de BC/FT</li> <li>• Criação do <i>Compliance Office</i> nas instituições financeiras</li> </ul>
<b>Instrutivo nº 02/12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação de identificação e diligência bem como o estabelecimento de um sistema de prevenção de BC /FT para as casas de câmbio</li> </ul>
<b>Directiva nº 01/DSI/12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envio da Declaração de Operação Suspeita (DOS) à UIF</li> </ul>
<b>Directiva nº 03/DSI/12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envio da Declaração de Identificação de Pessoas Designadas (DIPD) à UIF</li> </ul>
<b>Directiva nº 04/DSI/12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de congelamento de fundos e recursos económicos, nos termos da Lei nº 1/12, de 12 de Janeiro</li> </ul>
<b>Directiva nº 02/DSI/2013</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guia de implementação do programa de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e combate ao terrorismo</li> </ul>
<b>Decreto Presidencial nº 214/13</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento da Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais</li> </ul>

## Reforma do Sistema Tributário

O sistema fiscal angolano é constituído por um conjunto de normas jurídicas, quer consagradas constitucionalmente, quer dispersas em códigos e outra legislação avulsa sobre a matéria. O Decreto Presidencial nº 55/11, de 15 de Março, referente às Linhas Gerais do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), veio introduzir mudanças significativas no ordenamento jurídico-fiscal angolano, que segundo o mesmo diploma “o sistema tributário é ainda, em muitos aspectos, obsoleto, ineficiente, excessivamente complexo e por vezes baseado em leis do período colonial”.

Motivado pela queda das receitas petrolíferas em 2008 e 2009 e outros impactos da crise mundial em Angola, o Executivo iniciou este processo em Julho de 2010, que visa otimizar e modernizar o quadro legal de tributação (impostos, taxas e contribuições especiais), de modo a diversificar as fontes de receitas tributárias do Estado, reduzindo a dependência do sector petrolífero, como meio de financiamento para políticas de desenvolvimento económico-social e para distribuição justa da renda e riqueza nacional.

O PERT é coordenado pela Unidade Técnica Executiva para a Reforma Tributária (UTERT) do Ministério das Finanças, com apoio da Direcção Nacional de Impostos (DNI), o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e outras entidades públicas e privadas, por via do Conselho Tributário Consultivo (CTC), para a implementação da reforma para todos os sectores económicos.

### Esquema 2 - Categorias do Sistema Fiscal Angolano



Os impostos que mais afectaram as instituições financeiras e seus clientes foram o Imposto de Selo (IS) e o Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), uma vez que incidem sobre as aplicações de capitais (efectuadas junto das instituições financeiras) e restantes produtos bancários.

O Estatuto dos Grandes Contribuintes, em vigor pelo Decreto Presidencial nº 147/2013, visa regular os critérios para a classificação dos grandes contribuintes, os seus direitos e obrigações, bem como o funcionamento da Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes. O Ministério das Finanças criou e publicou a lista com os nomes das entidades concorrentes à classe “Grandes Contribuintes”, ou seja, as entidades com proveitos anuais superiores a 7 mil milhões de Kwanzas.

## Programa Angola Investe

O Programa Angola Investe, com início em 2012, tem os seus objectivos, benefícios e apoios concedidos delineados na Lei nº 30/11 de 13 de Setembro, e a respectiva aprovação é feita pelo Decreto Presidencial nº 43/12 de 13 de Março.

Assinado entre os Ministérios das Finanças e da Economia e 19 bancos, trata-se de um programa que visa incentivar a produção nacional através de linhas de crédito bonificados e fundos de garantia públicas destinadas às micro, pequenas e médias empresas nacionais (MPMEs). Também conta com o apoio do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), que além da disponibilidade em dar formação e aconselhamento, também certifica e cadastra os projectos dos empresários, num processo menos burocrático e célere. Em 2013, o INAPEM tinha emitido 1.865 certificados.

Este programa faz parte das iniciativas para o desenvolvimento das MPMEs que visam reduzir os factores que limitam o seu sucesso, através da maior facilidade de acesso ao crédito a custos mais baixos, estabelecimento de um fundo público de capital de risco, criação de benefícios fiscais para o empreendedorismo, simplificação dos processos burocráticos, fomento ao cooperativismo e empreendedorismo, incentivo à produção nacional e programas de impacto social e reconversão da economia informal.

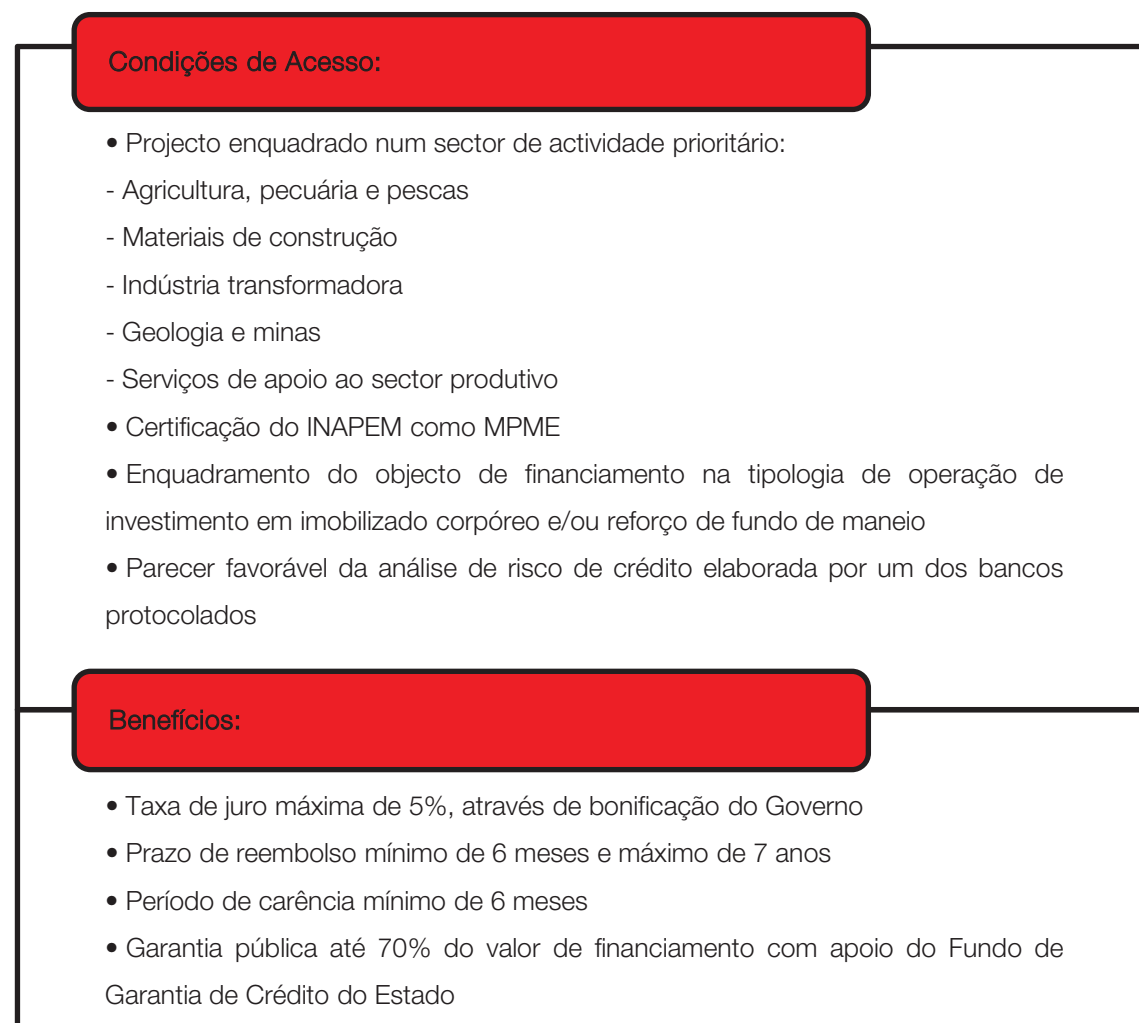
Nesta senda, o segmento das MPMEs revela-se essencial nos planos do Executivo para o aumento de exportações e diminuição da dependência de importações, para além da capacidade para criação de postos de trabalhos em grande escala e da diversificação da economia.

Até final de 2013, foram concedidas 94 garantias de crédito num total de 9,7 mil milhões de Kwanzas, no âmbito do Angola Investe, tendo sido aprovado um total de 32,5 mil milhões de Kwanzas para projectos em sectores prioritários<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Fonte: Ministério da Economia (27/12/2013)



### Esquema 3 - Condições de Acesso e Benefícios do Programa Angola Investe



Fonte: Ministério da Economia

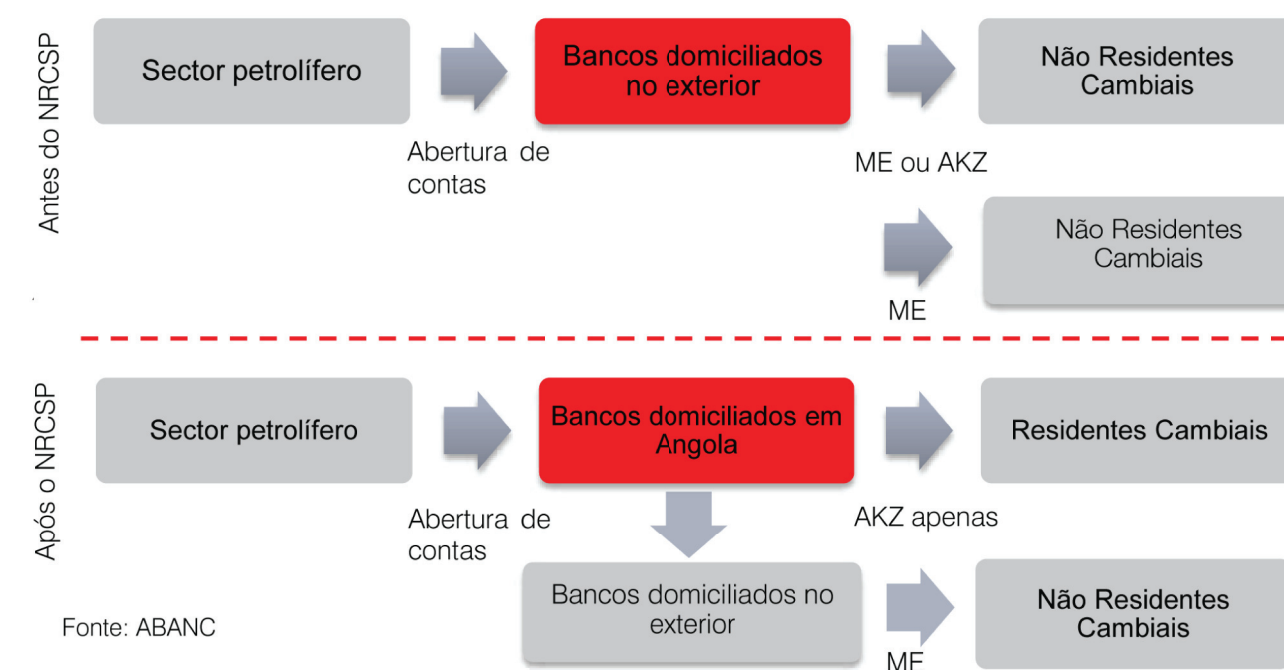
### Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero

A Lei nº 2/2012, de 13 de Janeiro sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero estabelece as bases para execução de operações cambiais inerentes às actividades de prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. O objectivo deste diploma legislativo é uniformizar o regime cambial aplicável aos diferentes sectores de actividade económica, pois até então as normas cambiais para o sector petrolífero estavam dispersas nos anexos dos decretos de concessão petrolíferas. Preservando o equilíbrio entre os interesses do Estado, dos investidores estrangeiros e dos investidores no país, para maior estabilidade macroeconómica e reduzidas fragilidades externas, estas alterações tem como finalidade:

- Garantir o uso do Kwanza para transacções internas;
- Intensificar o processo de desdolarização da economia;
- Dinamizar os instrumentos da política monetária e cambial;
- Integrar o sector petrolífero na economia dado o seu peso relevante;
- Fortalecer o sistema financeiro nacional, através da intermediação obrigatória de instituições bancárias nacionais e alocação de fluxos monetários petrolíferos no sector bancário.

Em suma, a lei determina a obrigatoriedade do pagamento dos encargos tributários e outras obrigações através de instituições financeiras domiciliadas em Angola, independentemente do domicílio cambial do recipiente dos pagamentos.

### Esquema 4 - Fluxos de Pagamentos do Sector Petrolífero – Antes e após o NRCSP



Fonte: ABANC

É permitido às sociedades investidoras nacionais aplicar o saldo excedentário resultante do pagamento de despesas correntes, quer no mercado interno, quer no mercado externo. Em relação aos valores referentes a lucros ou dividendos, incentivos e outras remunerações de capital e o valor de amortização de investimentos, as sociedades investidoras estrangeiras podem depositá-los em instituições financeiras estrangeiras e as sociedades investidoras nacionais podem transferi-los periodicamente aos seus accionistas não residentes, de acordo com os seus estatutos.

O Aviso nº 2/12, de 13 de Janeiro, publicado pelo BNA, estipula um calendário de execução para a implementação deste novo regime, a respeitar pelas instituições financeiras bancárias e pelas operadoras do sector petrolífero.

**Quadro 3 - Calendário de Implementação dos Pagamentos afectos ao Regime Cambial aplicável ao Sector Petrolífero (Aviso nº 2/2012)**

Data	Concessionária Nacional e sociedades investidoras, nacionais e estrangeiras		Operadores
12 de Maio de 2012	Abertura de contas em moeda estrangeira e nacional em bancos nacionais		Abertura de contas em moeda estrangeira e nacional em bancos nacionais
1 de Outubro de 2012	Os pagamentos referentes ao fornecimento de bens e serviços efectuados a residentes e não residentes cambiais devem ser feitos a partir de contas em bancos locais		Os pagamentos referentes ao fornecimento de bens e serviços efectuados a residentes cambiais devem ser feitos a partir de contas em bancos locais
13 de Maio de 2013	Os encargos tributários devem ser pagos a partir de contas em moeda estrangeira domiciliadas em bancos nacionais		
1 de Julho de 2013	Os pagamentos de contractos de fornecimento de bens e serviços a residentes cambiais (incluindo trabalhadores) devem ser liquidados exclusivamente em moeda nacional através de contas domiciliadas em bancos nacionais		Os pagamentos de contractos de fornecimento de bens e serviços a residentes cambiais (incluindo trabalhadores) devem ser liquidados exclusivamente em moeda nacional através de contas domiciliadas em bancos nacionais
1 de Outubro de 2013			Os pagamentos por fornecimentos de bens e serviços a não residentes cambiais devem ser efectuados a partir de contas domiciliadas em bancos nacionais

O BNA é a autoridade cambial, e a concessionária nacional e sociedades investidoras devem apresentar um orçamento previsional anual que deve ser actualizado trimestralmente no ano da sua execução. Os operadores apresentam relatórios anuais com uma lista de todos os contractos celebrados com não residentes cambiais.

Com a implementação deste novo regime, é visível um aumento de depósitos em moeda nacional, o aumento das operações sobre o sistema de pagamentos e o aumento das disponibilidades em moeda nacional. Por outro lado, foi reduzida a dependência das divisas das reservas internacionais do país para disponibilidade de moeda estrangeira e o BNA deixa de ser a fonte exclusiva de Dólares no mercado.

Com maior nível de exigência no mercado financeiro, esta lei cambial vem reforçar a dinâmica do mesmo, que tem feito esforços para continuar a corresponder às expectativas de crescimento através da contínua inovação e consolidação do sector bancário, com melhoria dos níveis de eficiência, implementação de novas tecnologias e especialização de produtos e serviços para satisfazer às exigências dos seus clientes.

## Desdolarização da Economia

A desdolarização da economia define-se como um conjunto de políticas macroeconómicas e microeconómicas, visando promover a utilização da moeda nacional nas transacções económicas. Este processo inclui medidas como:

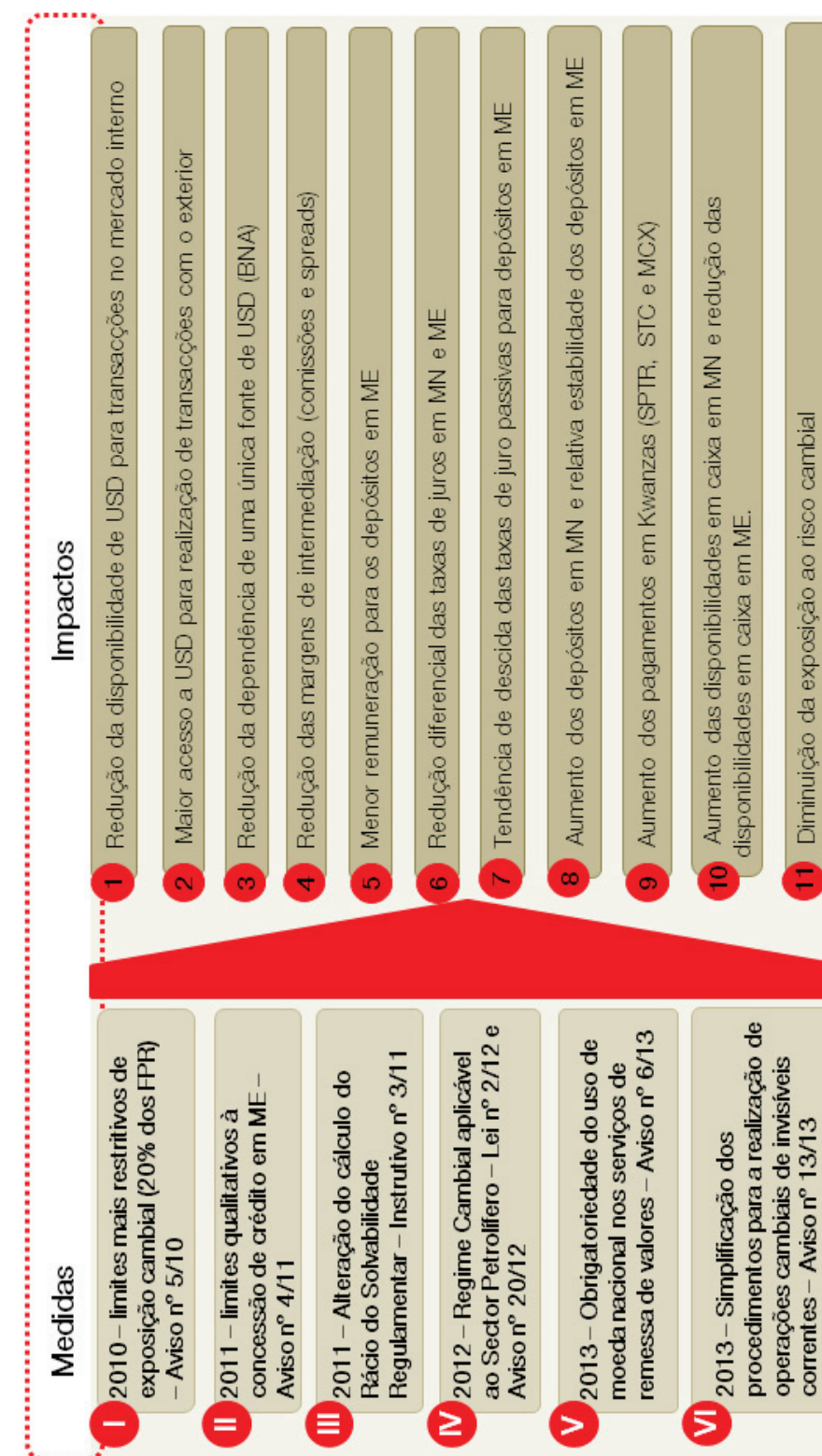
- Redução da concessão de crédito em moeda estrangeira,
- Obrigatoriedade do uso de moeda nacional nos serviços de remessa de valores,
- Limite da exposição cambial,
- Implementação do Regime Cambial aplicável ao sector petrolífero,
- Alteração do cálculo do rácio de solvabilidade regulamentar com agravamento dos ponderadores para o cálculo do risco de crédito em ME,
- Simplificação dos procedimentos para a realização de operações cambiais de invisíveis correntes, para tornar mais eficiente e flexível a realização de pagamentos e transferências para o exterior.

Através da desdolarização, o BNA pretende incentivar o uso da moeda nacional como meio de pagamento nas transacções internas, reduzir os riscos cambiais, atenuar a apetência dos agentes económicos por moeda estrangeira e maior adequação do sistema para a adopção do regime cambial petrolífero.

Como consequência, em 2013, é visível uma redução da disponibilidade de Dólares para transacções no mercado interno, um maior acesso a Dólares para a realização de transacções com o exterior, o aumento diferencial das taxas de juros em MN e ME, além do aumento do stock da massa monetária em Kwanzas, do aumento de operações sobre o sistema de pagamentos nacional e da concessão de créditos em moeda nacional.

A partir do quarto trimestre de 2013, a transacção do Kwanza passou a ser feita internacionalmente, de forma experimental, para pequenas transacções em numerário (o limite de saída é de 50.000 Kwanzas por pessoa), disponível inicialmente em quatro países (Portugal, Moçambique, Namíbia e França). A internacionalização da moeda nacional vem como resultado da política cambial do BNA, que garante uma convertibilidade segura e um maior controlo sobre a moeda, à mesma taxa de câmbio que se pratica em Angola, facilitando a emissão de dívida angolana nos mercados internacionais, o que, em última *ratio*, fortalece a moeda nacional.

Esquema 5 - Desdolarização da economia: medidas e impactos



Fonte: ABANC

## Sistema Bancário Angolano

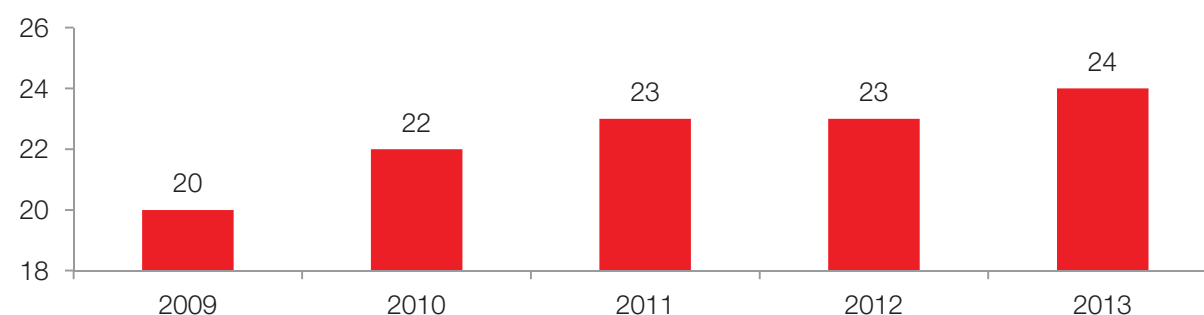


### III. Sistema Bancário Angolano

Em 2013, o sistema bancário é caracterizado por vinte e quatro bancos, dos quais quatro são bancos públicos, oito são bancos privados com controlo accionista exercido por bancos estrangeiros (com sede em Portugal, África do Sul, Inglaterra e Rússia) e doze são bancos privados nacionais, enquanto existem nove escritórios de representação de instituições financeiras bancárias com sede no estrangeiro.

Para uma imagem mais abrangente, o sector segurador angolano é composto por dez companhias de seguros e cinco sociedades gestoras de fundos de pensões, enquanto o sector financeiro não bancário ligado à moeda e crédito é composto por setenta casas de câmbio, três sociedades de microcrédito e uma sociedade prestadora de serviços de pagamentos.

Gráfico 3 – Evolução do Número de Instituições Bancárias Autorizadas<sup>17</sup>



Fonte: ABANC

Até ao último trimestre de 2013, o BNA autorizou quatro novos bancos a iniciar a sua actividade no mercado nacional, nomeadamente o Banco Pungo Andongo (BPAN), Standard Chartered Bank de Angola (SCBA), o Banco Prestígio (BPR) e o Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), embora somente os bancos BPPH e SCBA concluíram o processo de constituição e registo especial.

Para este estudo, focamo-nos nas 22 instituições financeiras em actividade, sendo todas de direito angolano e com uma actividade universal, agrupadas segundo a sua quota de mercado de activos<sup>18</sup>. O Gráfico 6 mostra uma distribuição assimétrica positiva do activo, em

que somente seis instituições apresentam um activo superior à média de 315 mil milhões de Kwanzas em 2013<sup>19</sup>.

Organizando a amostra por segmentos de acordo com a sua quota de activo, temos um sistema bancário formado por:

- Cinco instituições de grande dimensão, que representam 71,8% do total do activo agregado, o equivalente a 4.754 mil milhões de Kwanzas;
- Nove instituições de média dimensão, que representam 26,0% do total do activo agregado, o que representa 1.720 mil milhões de Kwanzas;
- Sete instituições de pequena dimensão, que representam 2,2% do total de activos, o equivalente a 146 mil milhões de Kwanzas.

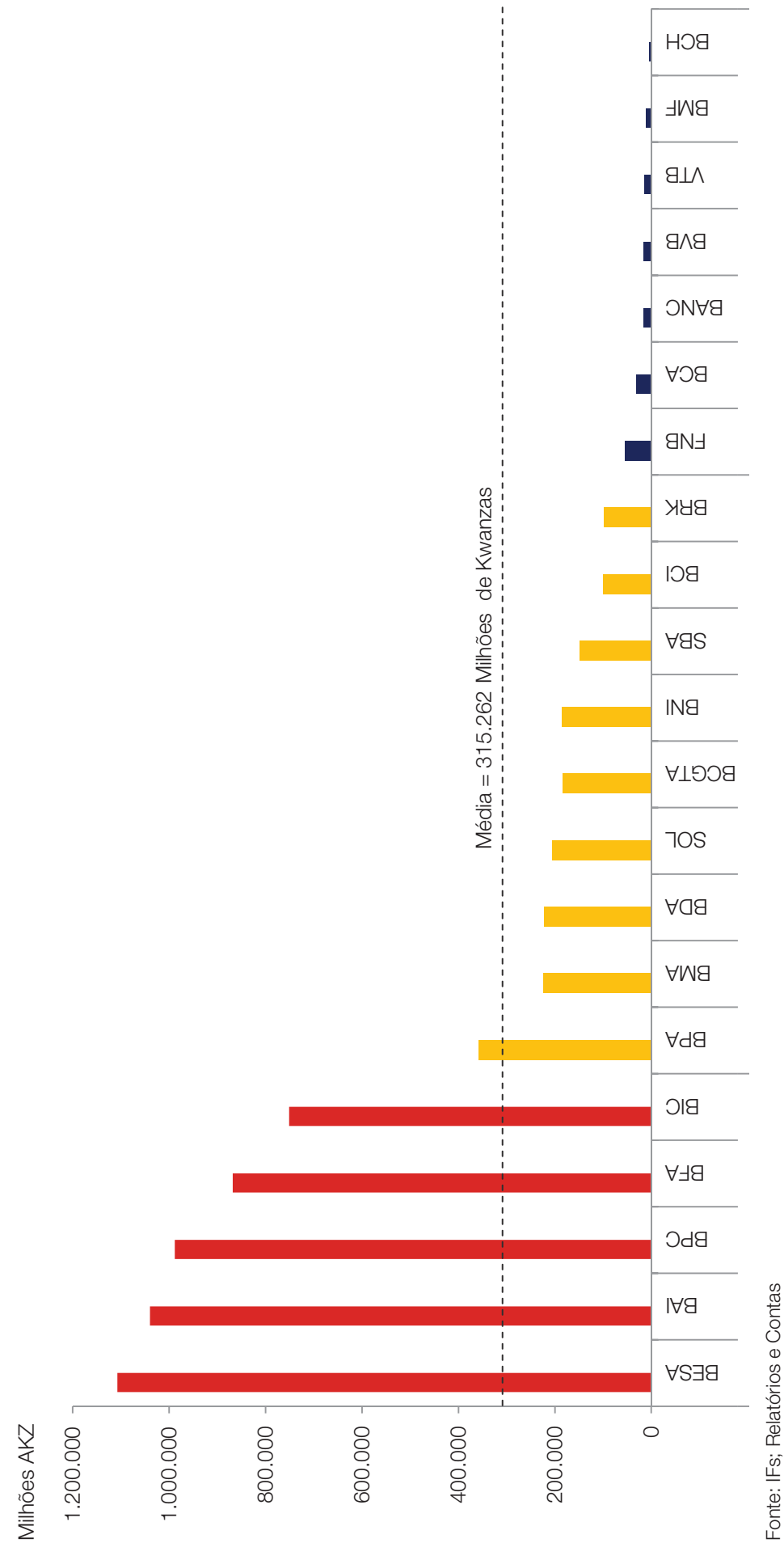
<sup>19</sup> Para garantir a comparabilidade dos dados e melhor análise da evolução no período, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, ou seja, o agrupamento das instituições nos diversos segmentos para o período 2009-2013 foi feito segundo a distribuição dos activos em 2013, de modo a que a constituição dos segmentos fosse uniforme para todo o período.

<sup>17</sup> Estão contabilizadas as instituições que concluíram o seu processo de constituição até Dezembro de 2013.

<sup>18</sup> Ver Metodologia. São mencionados em nota de rodapé as instâncias em que a amostra foi reajustada por falta de dados.



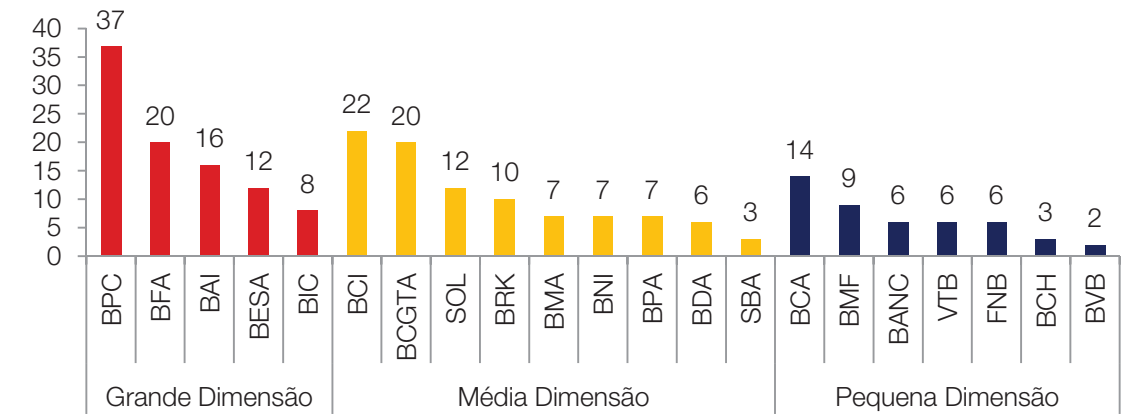
Gráfico 4 – Distribuição do Activo por Dimensão das Instituições Financeiras em 2013<sup>20</sup>



<sup>20</sup> A amostra em 2013 é constituída por 21 instituições, pois o banco BKI não foi integrado por falta de dados.

Procedendo a uma comparação entre a idade das instituições associadas<sup>21</sup> em actividade, podemos concluir que as instituições de grande dimensão são aquelas que estão há mais tempo no mercado, com uma idade média de 18,6 anos, seguidas pelas instituições de média dimensão, com 10,4 anos, e pelas instituições de pequena dimensão, com presença no sector bancário há 6,6 anos.

Gráfico 5 - Idade das Instituições Bancárias por Dimensão em 2013



Fonte: ABANC

<sup>21</sup> Idade média das instituições – média ponderada da idade das instituições financeiras associadas em cada categoria de dimensão

## Recursos Humanos



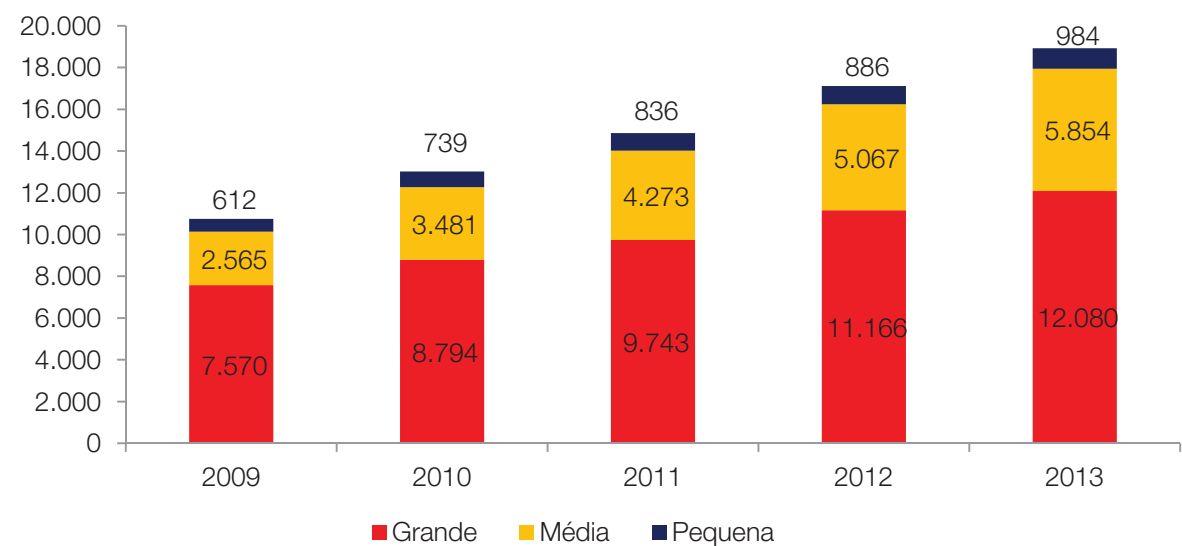


IV. Recursos Humanos

Sendo os recursos humanos o principal activo de uma organização, é visível um maior investimento no sector bancário, quer na captação de quadros quer na sua formação.

O sector bancário contava com 18.918 funcionários em 2013, verificando-se um aumento de 10,5% em relação a 2012, sendo esta evolução influenciada pela expansão da rede de agências bancárias em todo território nacional.

Gráfico 6 – Evolução do Número de Funcionários por Dimensão



Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Na distribuição por dimensões, o segmento de grande dimensão tem vindo a perder o seu peso sobre o total de funcionários, representando 63,9%, o que se traduz numa desaceleração na taxa de crescimento durante o período em análise. Em contrapartida, o segmento de média dimensão foi o que mais evoluiu, com uma taxa de 15,5% em 2013, o que contribuiu 4,6% para a variação agregada do número total de funcionários.

22 Nesta análise, a amostra é constituída por 21 instituições, pois o banco BKI não foi integrado por falta de dados.

Quadro 4 – Decomposição do Número de Funcionários por Dimensão

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Número de Funcionários	12.080	11.166	9.743	8.794	7.570
Quota de Mercado	63,9%	65,2%	65,6%	67,6%	70,4%
Taxa de Crescimento Anual	8,2%	14,6%	10,8%	16,2%	16,5%
Contribuição para Variação Agregada	5,3%	9,6%	7,3%	11,4%	11,6%
<b>Média Dimensão</b>					
Número de Funcionários	5.854	5.067	4.273	3.481	2.565
Quota de Mercado	30,9%	29,6%	28,8%	26,7%	23,9%
Taxa de Crescimento Anual	15,5%	18,6%	22,8%	35,7%	13,5%
Contribuição para Variação Agregada	4,6%	5,3%	6,1%	8,5%	3,3%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Número de Funcionários	984	886	836	739	612
Quota de Mercado	5,2%	5,2%	5,6%	5,7%	5,7%
Taxa de Crescimento Anual	13,0%	6,9%	13,1%	20,8%	26,7%
Contribuição para Variação Agregada	0,7%	0,3%	0,7%	1,2%	1,4%
<b>Número Total de Funcionários</b>	<b>18.918</b>	<b>17.119</b>	<b>14.852</b>	<b>13.014</b>	<b>10.747</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>10,6%</b>	<b>15,3%</b>	<b>14,1%</b>	<b>21,1%</b>	<b>16,3%</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas

Em termos agregados, em 2013 a distribuição por género é equilibrada, uma vez que 52,6% são funcionários do sexo masculino e 47,4% são funcionários do sexo feminino.

Por outro lado, 72,7% dos funcionários estão afectos à actividade comercial, enquanto o restante 27,3% se dedica a outras actividades.

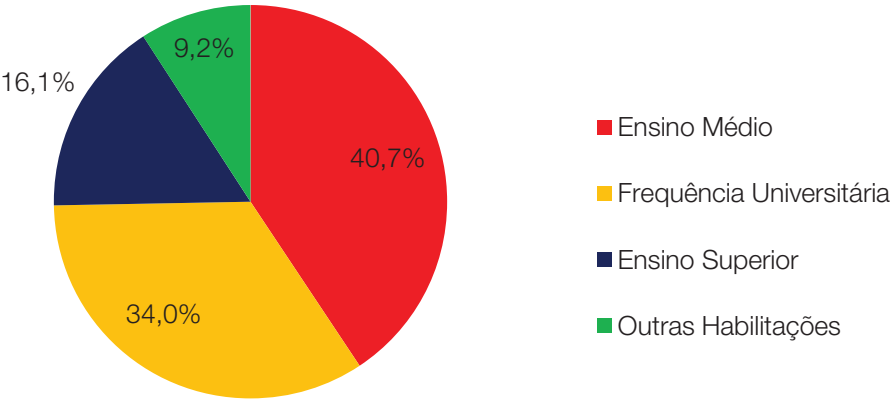
Deste grupo, os funcionários com ensino médio representavam 40,7% do total de funcionários afectos à actividade bancária, seguidos de funcionários com frequência universitária e com formação superior, que correspondem a 34,0% e 16,1% do total de funcionários, respectivamente.

Na análise dos recursos humanos agrupados por habilitações e por dimensão, 66,0% dos quadros nas instituições de pequena dimensão possuem frequência universitária ou formação superior, enquanto que nas instituições de grande e média dimensão, este grupo corresponde a 49,8% e 40,3% do total de funcionários, respectivamente.

23 Para garantir a comparabilidade dos dados, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, segundo a distribuição dos activos em 2013.

24 A amostra usada para a análise desagregada dos recursos humanos é constituída por 14 bancos, pois o BCA, BDA, BKI, BMF, FNB e VTB não foram integrados por falta de dados.

Gráfico 7 - Distribuição dos Recursos Humanos por Habilitações Literárias em 2013<sup>25</sup>



Fonte: IFs; ABANC

Os funcionários das instituições de maiores dimensões possuem maioritariamente o ensino médio (40,8%), e dada a representatividade destas instituições no total da amostra, a distribuição percentual dos recursos humanos por habilitações literárias nas instituições de grande e média dimensão têm maior contributo para a caracterização agregada no sector.

Quadro 5 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Habilitações e por Dimensão, em 2013

	Ensino Médio	Ensino Superior	Frequência Universitária	Outras Habilitações
Grande Dimensão	40,8%	13,0%	32,6%	10,7%
Média Dimensão	41,0%	21,3%	26,7%	9,2%
Pequena Dimensão	24,0%	34,0%	32,1%	9,9%
Total	40,7%	16,1%	34,0%	9,2%

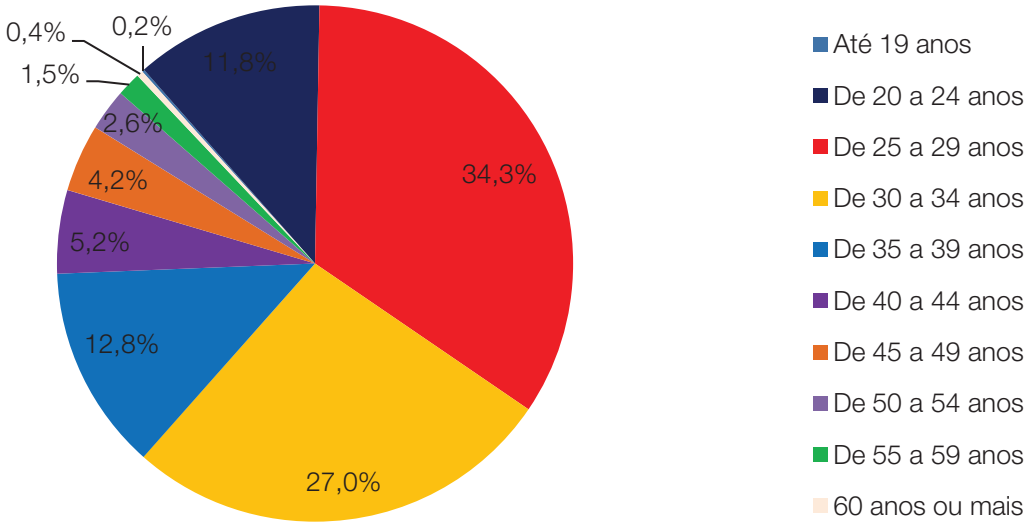
Fonte: IFs; ABANC

Caracterizando os recursos humanos por funções desempenhadas, as funções específicas detém maior peso sobre o conjunto, com 41,8%, seguidas das funções administrativas (23,9%).

Em termos de faixa etária, 61,3% dos recursos humanos são compostos por funcionários entre os 25 e os 34 anos, 22,3% pertence à faixa dos 35 aos 50 anos, 11,9% tem entre os 19 e os 24 anos e 4,5% tem 50 anos ou mais.

<sup>25</sup> O agrupamento “Outras Habilitações” corresponde a funcionários com ensino primário e ensino básico e frequência ao ensino médio.  
A amostra usada para a análise desagregada dos recursos humanos é constituída por 14 bancos, pois o BCA, BDA, BKI, BMF, FNB e VTB não foram integrados por falta de dados.

Gráfico 8 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Idades, em 2013



Fonte: IFs; ABANC

# Indicadores de Cobertura Bancária

- 49 Rede Bancária
- 54 Terminais bancários
- 58 Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização da População
- 64 Cartões de Pagamento Multicaixa

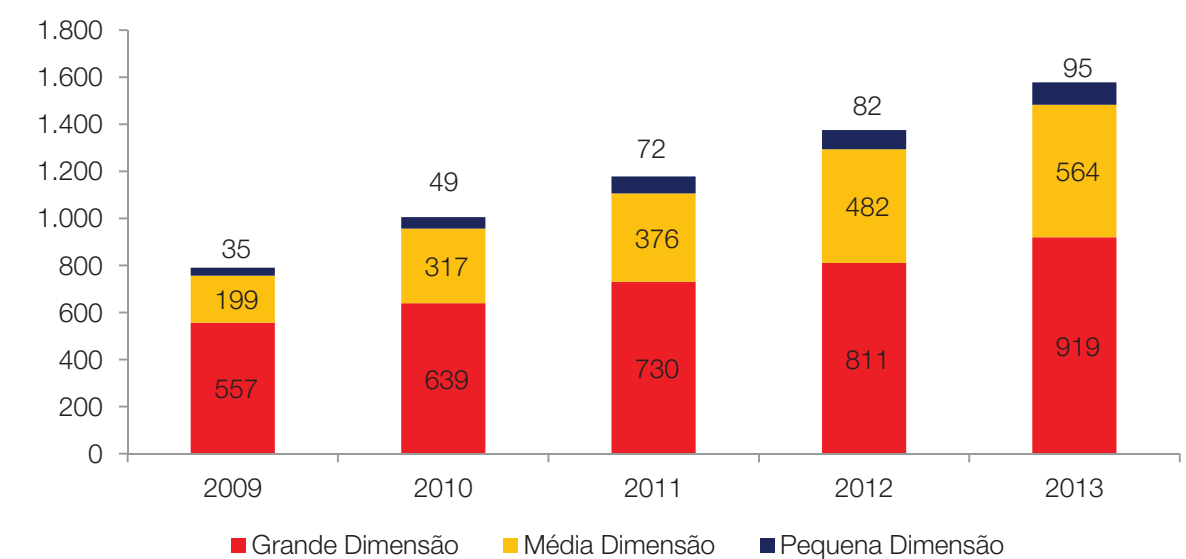


## V. Indicadores de Cobertura Bancária

### Rede Bancária

Tal como no ano anterior, verificou-se a tendência de crescimento da rede bancária em 2013, com um aumento de 203 unidades bancárias, totalizando 1.578 agências<sup>26</sup> em território nacional.

Gráfico 9 – Evolução do Número de Agências<sup>27</sup>



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

A representatividade do segmento de grande dimensão tem vindo a decrescer no período em análise, apesar destas instituições possuírem uma maior rede de unidades bancárias, detendo 58,2% da quota de mercado em 2013.

Em contrapartida, os outros segmentos têm acompanhado a tendência para o crescimento. O segmento de média dimensão teve um maior crescimento relativo, representando 35,7%, o equivalente a um aumento de 82 agências face às 482 unidades existentes no ano anterior. O segmento de pequena dimensão atingiu 95 agências, o equivalente a um crescimento de 15,9% em 2013.

<sup>26</sup> Nesta agregação de agências existentes, foram consideradas agências, dependências, postos de atendimento, postos móveis, banca privada, centros de investimento e de empresas.

<sup>27</sup> Para a análise evolutiva, a amostra é composta por 16 instituições em 2008 pois os bancos BCA e BCI não foram integrados por falta de dados. O banco BKL não foi integrado na amostra por falta de dados.

Quadro 6 – Decomposição da Distribuição de Agências por Dimensão

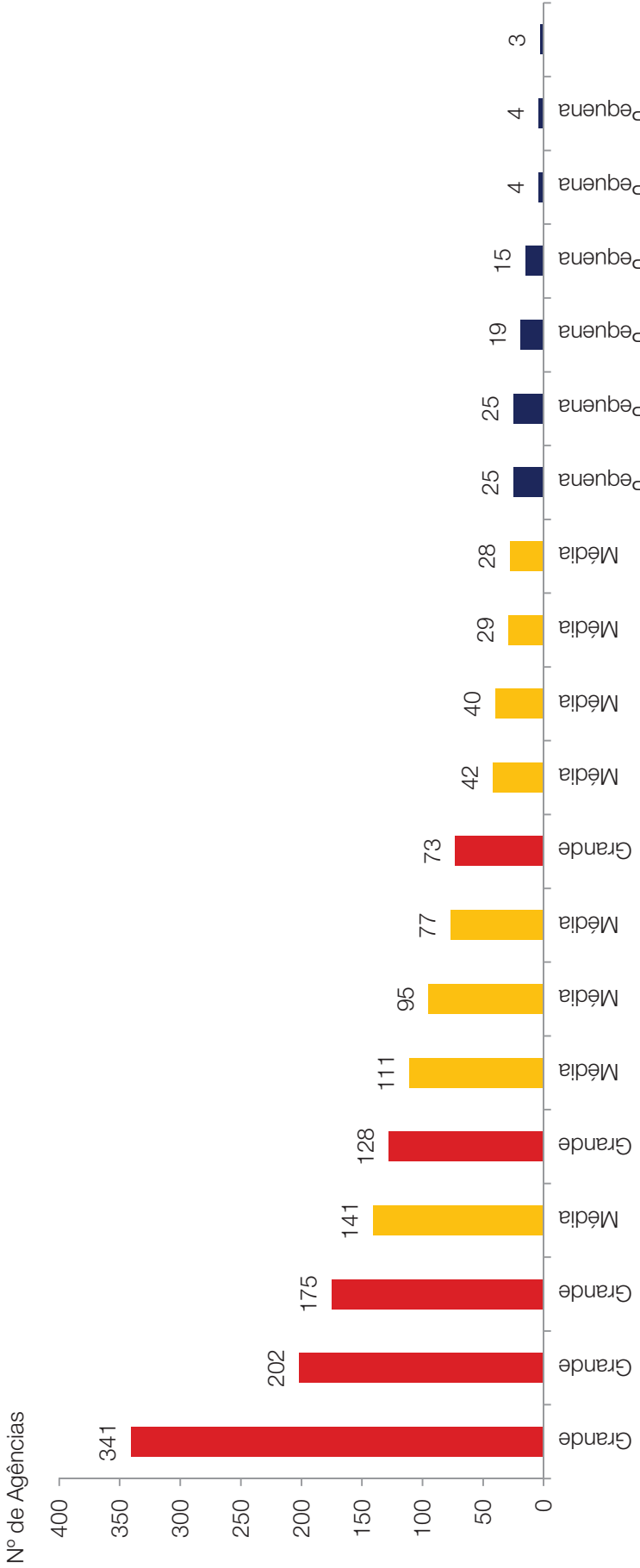
	2013	2012	2011	2010	2009
Grande Dimensão					
Número Total de Balcões	919	811	730	639	557
Quota de Mercado	58,2%	59,0%	62,0%	63,6%	70,4%
Taxa de Crescimento Anual	13,3%	11,1%	14,2%	14,7%	18,0%
Contribuição para a Variação Agregada	7,9%	6,9%	9,1%	10,4%	14,1%
Média Dimensão					
Número Total de Balcões	564	482	376	317	199
Quota de Mercado	35,7%	35,1%	31,9%	31,5%	25,2%
Taxa de Crescimento Anual	17,0%	28,2%	18,6%	59,3%	60,5%
Contribuição para a Variação Agregada	6,0%	9,0%	5,9%	14,9%	12,5%
Pequena Dimensão					
Número Total de Balcões	95	82	72	49	35
Quota de Mercado	6,0%	6,0%	6,1%	4,9%	4,4%
Taxa de Crescimento Anual	15,9%	13,9%	46,9%	40,0%	483,3%
Contribuição para a Variação Agregada	0,9%	0,8%	2,3%	1,8%	4,8%
Número Total de Balcões	1.578	1.375	1.178	1.005	791
Taxa de Crescimento Anual	14,8%	16,7%	17,2%	27,1%	31,4%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Mantem-se a tendência para a desconcentração gradual da quota de mercado para a rede de agências, visível pela variação da quota de mercado, com o segmento de média dimensão a ganhar maior representatividade.

Existe uma maior competitividade entre as instituições bancárias, o que contribui para uma maior homogeneidade do mercado. Esta variação é consistente com o comportamento dos índices de concentração dos activos, embora de um modo mais acentuado ao nível da distribuição das unidades bancárias, o que é demonstrativo das políticas de expansão da cobertura bancária implementadas pela maioria das instituições bancárias.

Gráfico 10 – Distribuição do Número de Agências por Dimensão em 2013<sup>28</sup>

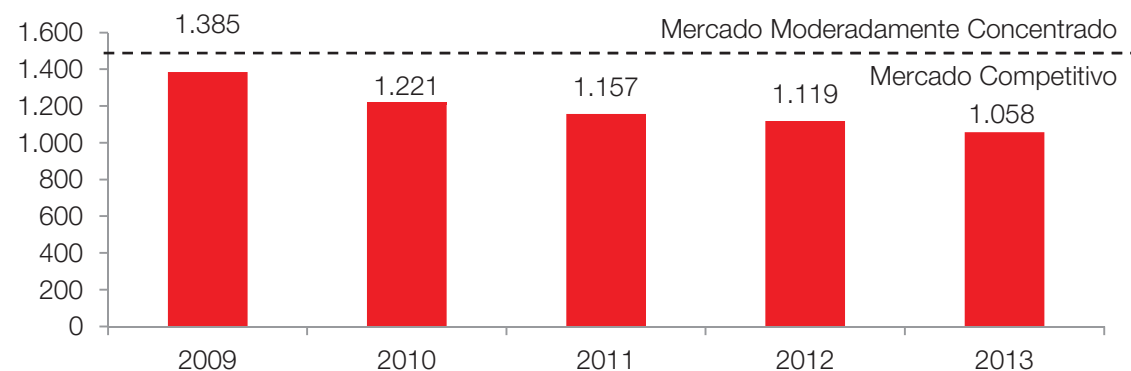


Fonte: ABANC

<sup>28</sup> O banco BKI não foi integrado na análise por falta de dados.

Esta conclusão é corroborada pelo índice de Herfindahl<sup>29</sup>, que tem vindo a decrescer para níveis típicos de um mercado não concentrado, no que respeita ao número de agências bancárias.

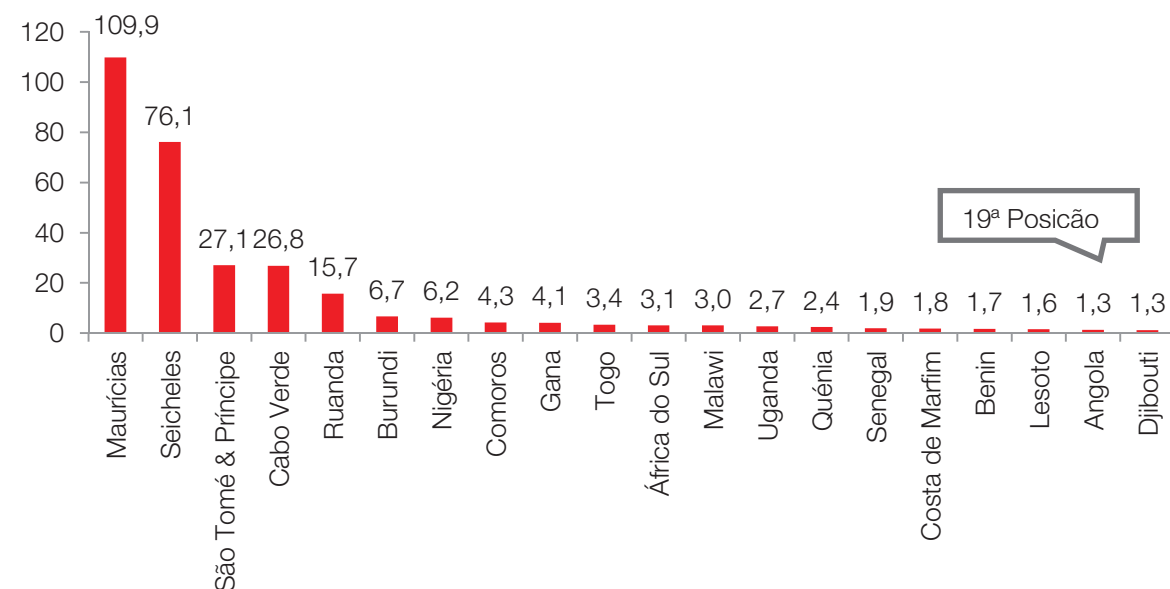
Gráfico 11 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado da Rede Bancária



Fonte: ABANC

Inserindo o sistema bancário nacional no contexto da África Subsaariana, Angola tem a 3ª maior rede de postos de atendimento, com a Nigéria e África do Sul no topo da lista, com 5.636 postos e 3.697 postos respectivamente.

Gráfico 12 – Distribuição do Número de Agências por 1.000 km² em 2013

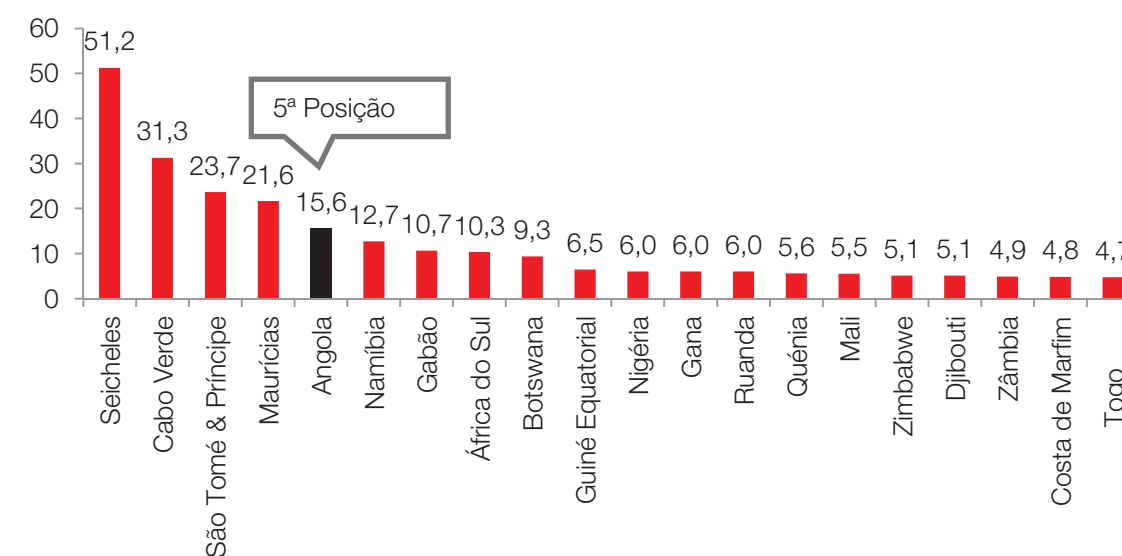


Fonte: Financial Access Survey 2014, FMI; ABANC

<sup>29</sup> Ver Metodologia.

Analisando a rede de postos bancários por 1.000 km² da África Subsaariana, em 2013, Angola ocupava a 19ª posição, num total de 42 países. É importante realçar que os 4 países no topo têm áreas geográficas muito pequenas<sup>30</sup> se comparados com os restantes países do grupo.

Gráfico 13 – Distribuição do Número de Agências por 100.000 Adultos em 2013



Fonte: Financial Access Survey 2014, FMI; ABANC

Medindo o rácio número de agências por cada 100.000 adultos em 2013, os países com maior acesso aos serviços bancários foram as Seicheles, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e as ilhas Maurícias, e coincidentemente os 3 países de topo são os que têm o menor número de habitantes da África Subsaariana<sup>31</sup>. Para este rácio, Angola detinha a 5ª posição, com uma média de 15,6<sup>32</sup> agências por cada 100.000 adultos, enquanto África do Sul ocupava a 8ª posição, com 10,3 agências.

<sup>30</sup> Áreas geográficas dos 4 países no topo: Maurícias – 2.040 Km², Seicheles – 455 km², Cabo Verde – 4.033 km², S. Tome e Príncipe – 1.001 km².

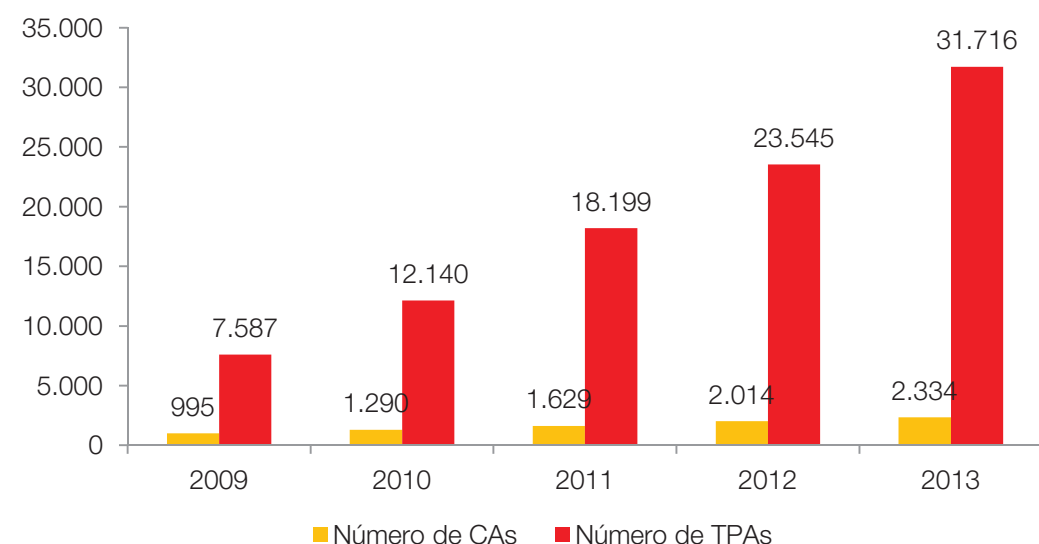
<sup>31</sup> População Adulta dos 4 países no topo: Seicheles – 68.343, São Tomé e Príncipe – 109.843, Cabo Verde – 345.242 (FMI).

<sup>32</sup> Utilizou-se os cálculos da ABANC como fonte para a informação referente a Angola, pois os dados do FMI apresentam um rácio do número de agências bancárias por 100.000 adultos de 12,8 enquanto os cálculos da ABANC revelam um rácio de 15,6.

## Terminais bancários

Os terminais bancários têm ocupado um lugar de destaque na política de modernização dos serviços bancários. No período em análise, verifica-se que as instituições financeiras têm investido nos meios electrónicos de pagamento como parte da estratégia de bancarização da população, dando apoio à crescente rede de agências, permitindo o aumento da eficiência e facilitando o acesso generalizado aos serviços financeiros. Das 22 instituições bancárias em funcionamento em 2013, 19 integravam a rede de CAs e de TPAs.

Gráfico 14 – Evolução de Terminais Bancários

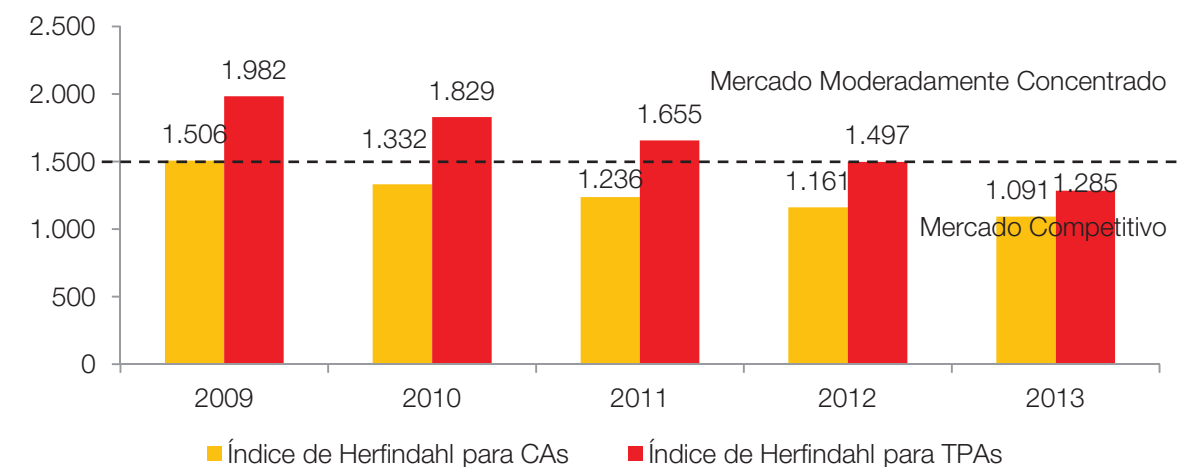


Fonte: EMIS

Mais especificamente, o parque de CAs matriculados ultrapassou as 2.300 unidades, correspondente a um aumento de 15,9% face a 2012. Do mesmo modo, verificou-se um crescimento de 34,7% da rede de TPAs, atingindo 31.716 unidades matriculadas em 2013.

A distribuição do parque de terminais de pagamento entre os diferentes segmentos revela uma tendência de menor concentração dos níveis de representatividade entre as instituições associadas. Como nos indica o Índice de Herfindahl, o mercado continua a tender para níveis de baixa concentração (abaixo de 1500), apesar de ainda ser visível alguma convergência em torno do segmento de grande dimensão, como detentores de maior número de terminais de pagamento (TPAs).

Gráfico 15 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado dos Terminais Bancários

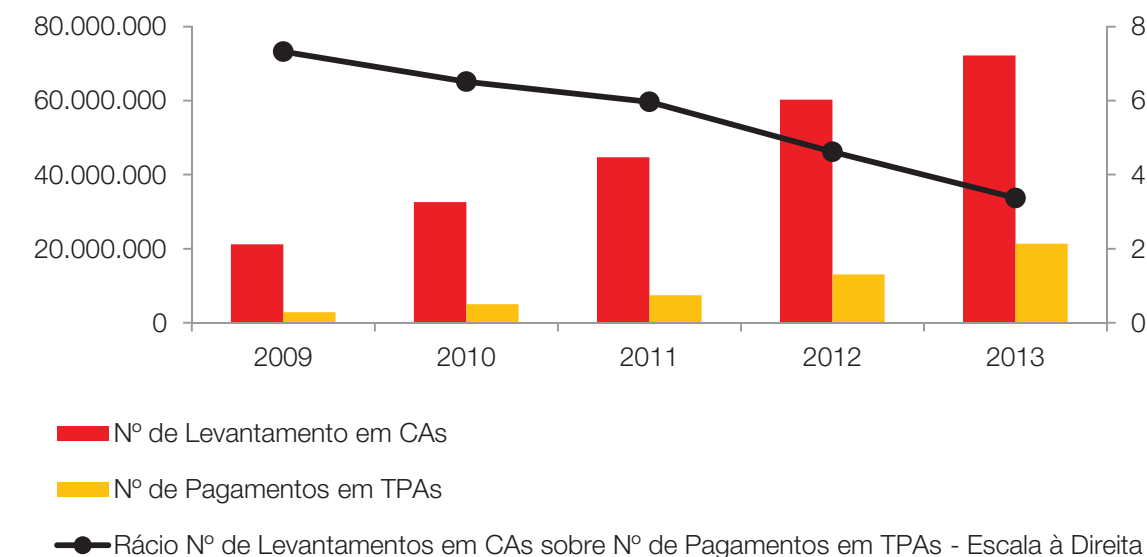


Fonte: ABANC

Em 2013, foi levantado um total de 747 mil milhões de Kwanzas na rede de CAs, e o volume de compras na rede de TPAs atingiu os 250 mil milhões de Kwanzas.

O Subsistema de Transferências a Crédito (STC) iniciou o seu funcionamento em 2012 para o processamento e compensação de transferências electrónicas a crédito de valor inferior a 5 milhões de Kwanzas. No final de 2013 foram transferidos 234 mil milhões de Kwanzas, contando com a participação directa de todas as instituições bancárias em actividade.

Gráfico 16 – Evolução do Rácio Número de Levantamentos em CAs sobre o Número de Pagamentos em TPAs

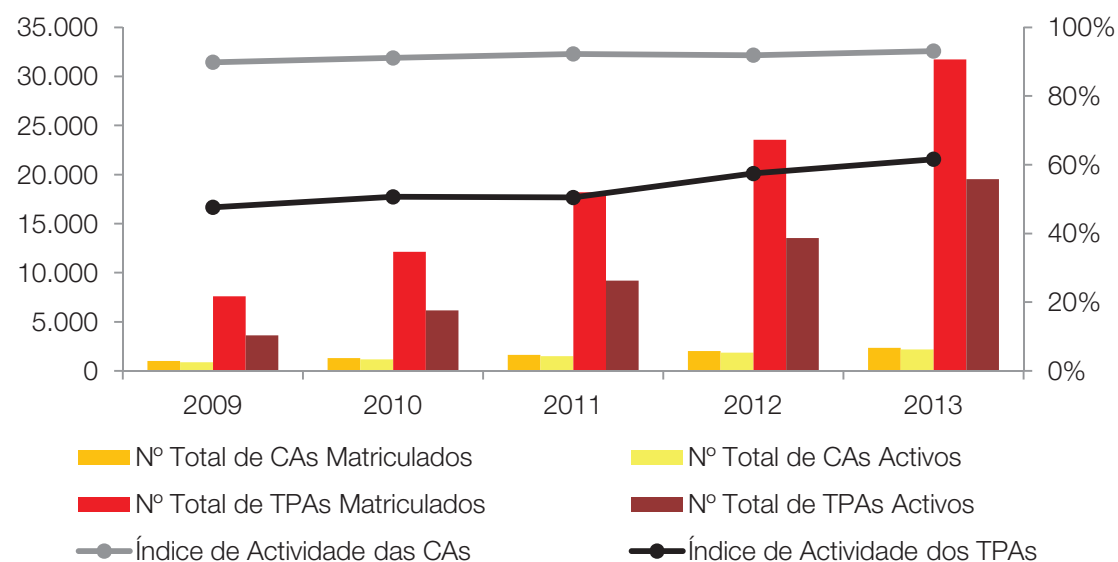


Fonte: EMIS



Apesar da maior apetência em utilizar CAs para transacções, os utilizadores do sistema de terminais de pagamentos electrónicos demonstram interesse crescente em realizar pagamentos de bens e serviços através de TPAs, como demonstra o rácio número de levantamentos em CAs sobre o número de pagamentos em TPAs, que manteve a tendência decrescente, com o número de pagamentos em CAs representando, em termos médios, 3,4 vezes o número de levantamentos realizados por TPAs (menos 1 do que em 2012).

Quadro 7 - Evolução do Índice de Actividade das CAs e TPAs

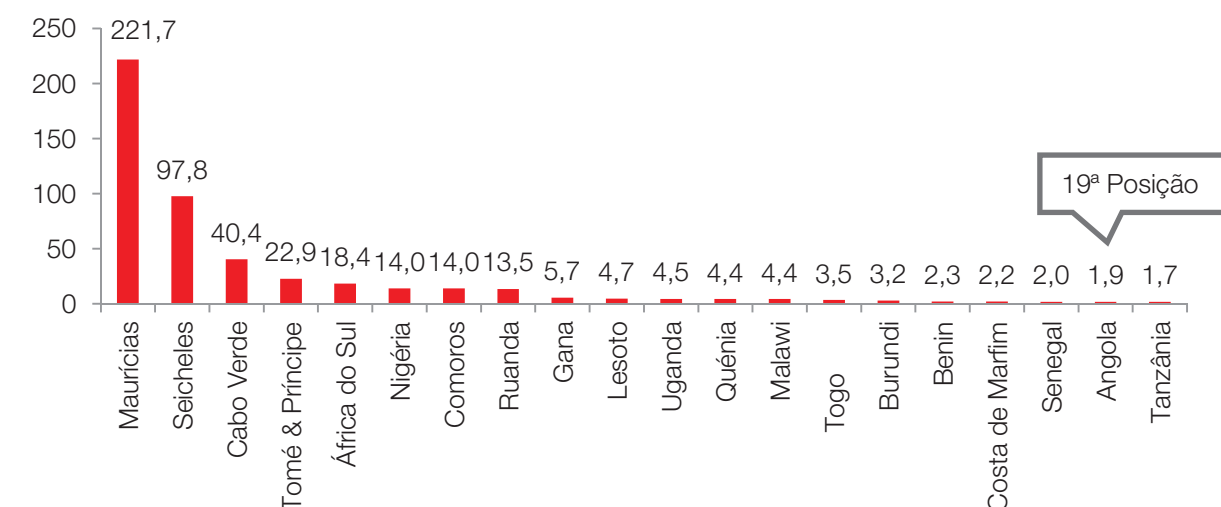


Fonte: EMIS

Não obstante a extensão da rede de TPAs e o crescimento do número de operações neles efectuadas, o índice de actividade<sup>33</sup> em 2013 é de 61,6%, indicando que 38,4% dos TPAs matriculados estão inactivos, contraposto com o índice de actividade das CAs na ordem do 93,1%.

Em comparação com os países da África Subsaariana, em 2013 Angola ocupava a 19ª posição no ranking do número de CAs por 1.000 Km<sup>2</sup>, apesar de ser o 4º país com maior rede de CAs, após a África do Sul (22.324 unidades), Nigéria (12.755 unidades) e o Quênia (2.487 unidades)<sup>34</sup>.

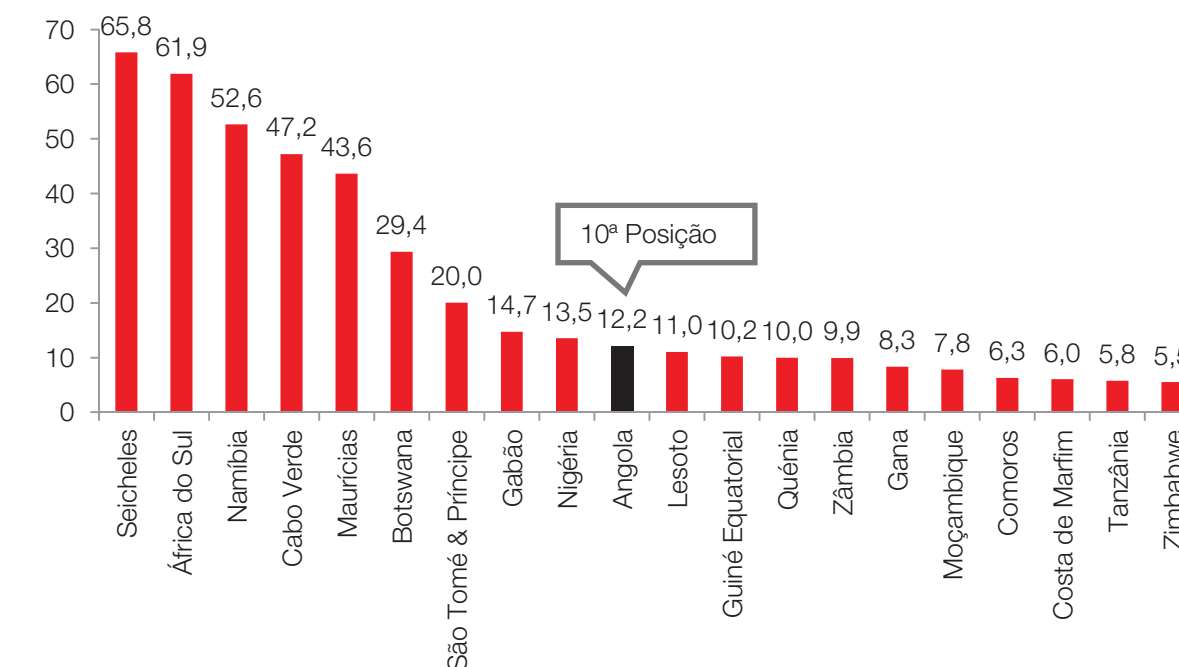
Gráfico 17 – Distribuição do Número de CAs por 1.000 km2 em 2013



Fonte: Financial Access Survey 2014, FMI

Relativamente ao rácio número de CAs por 100.000 adultos, Angola ocupava a 10ª posição do ranking, após a Nigéria.

Gráfico 18 – Distribuição do Número de CAs por 100.000 Adultos em 2013



Fonte: Financial Access Survey 2014, FMI

<sup>33</sup> Ver Metodologia.

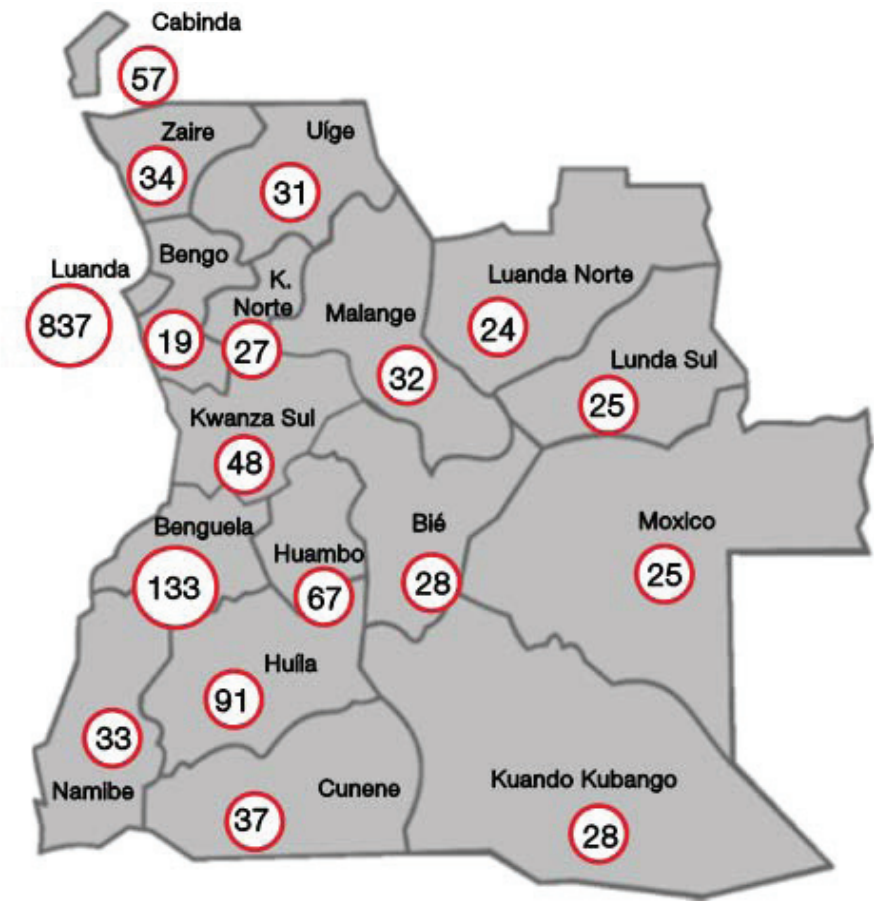
<sup>34</sup> Esta comparação é feita com dados do Financial Access Survey 2014 do FMI.

Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização da População

O conceito de bancarização relaciona o acesso dos agentes económicos aos serviços financeiros adequados às suas necessidades. Uma maior taxa de bancarização promove a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população, além de potenciar maiores níveis de captação da poupança e sua canalização para os intermediários financeiros. Por esse motivo, a maior cobertura territorial pela rede de serviços e produtos bancários tem sido uma das principais prioridades das autoridades, da sociedade em geral, e das instituições financeiras em particular.

O mapa abaixo apresenta a distribuição da rede bancária por província. É de se salientar que a maioria das agências no país se localiza na província de Luanda, com 53,3% do total de agências, seguidas pelas províncias de Benguela (8,3%), a Huíla (5,8%) e o Huambo (4,2%).

Ilustração 1 – Distribuição da Rede Bancária por Província em 2013<sup>35</sup>



Fonte: IFs; BANC

<sup>35</sup> A amostra conta com um total de 1.576 agências pois não foi possível obter a localização de algumas agências do banco BMF.

Por outro lado, as províncias com menos agências são o Bengo com 19 balcões, o Moxico com 25 balcões, a Lunda Sul e a Lunda Norte, com 25 e 24 balcões respectivamente.

As empresas nos diferentes ramos de actividade no território nacional estão concentradas nas províncias do litoral e do centro, nomeadamente Luanda (64,0%), Benguela (6,8%), Kwanza Sul (3,8%), Huíla (3,9%), Cabinda (3,0%) e Huambo (2,6%). Analisando estes dados em conjunto com o rácio número de habitantes na província sobre número total de habitantes e o indicador de densidade populacional, pode-se concluir que a convergência de agências nas zonas do litoral e do centro coincide com as áreas com maior concentração de habitantes e de empresas.

Quadro 8 - Indicadores de Densidade Populacional em 2013

	Nº de Habitantes na Província em % do Nº Total de Habitantes	Densidade Populacional	Número Total de Agências	Nº de Empresas na Província em % do Nº Total de Empresas <sup>36</sup>
Luanda	27,5%	115,6	837	64,0%
Huíla	10,0%	19,7	91	3,9%
Benguela	9,5%	57,3	133	6,8%
Huambo	8,3%	7,1	67	2,6%
Kwanza Sul	6,9%	22,4	48	3,8%
Bié	5,6%	15,3	28	1,5%
Uíge	5,2%	5,0	31	1,7%
Lunda Norte	3,8%	7,2	24	2,1%
Malange	3,6%	12,5	32	1,5%
Cunene	3,2%	10,6	37	1,4%
Moxico	2,8%	21,9	25	1,1%
Cabinda	2,2%	58,0	57	3,0%
Zaire	2,0%	11,3	34	1,0%
Kuando Kubango	2,0%	4,3	28	0,7%
Lunda Sul	1,9%	153,7	25	1,0%
Kwanza Norte	1,9%	9,0	27	0,9%
Namibe	1,8%	4,7	33	2,0%
Bengo	1,8%	10,7	19	1,1%
Total	19.183.590	15,3	1.576	46.478

Fonte: INE; ABANC; EMIS

Há que realçar uma maior necessidade de cobertura bancária não só nas zonas rurais, mas também nos centros urbanos, onde reside a maior parte da população que necessita de

<sup>36</sup> Foram utilizados os dados de 2012, por indisponibilidade de informação para o período.

ser bancarizada, como forma de ultrapassar parte dos constrangimentos verificados no atendimento ao público.

Analisando a distribuição de agências por município, existem 56 municípios que ainda não têm uma agência<sup>37</sup> e 105 municípios com pelo menos 1 agência, ou seja, 65,0% dos municípios estão cobertos pela rede bancária.

Podemos também concluir que a rede bancária tem-se expandido não só em municípios com infra-estrutura bancária já existente – o crescimento relativo do número de municípios com mais de 3 agências de 2010 para 2013 foi 36,4% - mas também se expandiu em municípios sem agências, como indica a variação do número de municípios com 1 agência, na ordem dos 33,3%, nos últimos 3 anos.

Quadro 9 - Tipo de Agência por Município<sup>38</sup>

Número de Agências no Município	Número de Municípios em 2013	Número de Municípios em 2012	Número de Municípios em 2010
0	57	60	87
1	32	35	24
2	19	20	9
3	7	4	9
>3	46	42	33
Total	161	161	161
Nº de Municípios com Agências	104	100	75
% de Municípios com Agências	64,6%	62,1%	46,0%

Fonte: ABANC

Sendo uma das métricas mais utilizadas para o nível de bancarização, o rácio de número total de clientes bancários activos sobre o total da população em 2013 alcançou os 30,3%, um aumento de 1.1 p.p. em relação ao ano anterior. Considerando somente a população adulta, a taxa de bancarização de adultos é de 57,3%, um aumento de 2 p.p. em relação a 2012. Importa realçar que o crescimento do número de clientes bancários activos (7,1%) foi superior ao crescimento da população adulta (3,4%).

<sup>37</sup> As províncias do Uíge (11 municípios), Malange (10 municípios), Huambo (6 municípios), Kwanza Norte (3 municípios) apresentam maior número de municípios sem balcão. Ver Anexo B.

<sup>38</sup> A tabela indica-nos quantos municípios têm 0,1,2,3 ou mais de 3 agências.

Quadro 10 - Indicadores de Bancarização<sup>39</sup>

	2013	2012	Variação
Número de Clientes Bancários	5.895.938	5.419.615	8,8%
Número Total de Agências	1.578	1.375	14,8%
Número Total de Habitantes	19.183.590	18.576.568	3,3%
Número Total de Adultos	10.128.049	9.796.192	3,4%
Número de Clientes por Agência	3.680	3.942	-5,2%
Número de Habitantes por Agência	12.157	13.510	-10,0%
Número de Clientes em % de Habitantes	30,7%	29,2%	1,6 p.p.
Número de Clientes em % de Adultos	58,2%	55,3%	2,9 p.p.
Área por Agência	790,1	906,6	-12,9%
Número de Balcões por 100.000 Habitantes	8,2	7,4	11,1%
Número de CAs por 100.000 Habitantes	12,2	10,8	12,2%
Número de TPAs por 1.000 Habitantes	165,3	126,7	30,4%
Número de Balcões por 100.000 Adultos	16	14	11,0%
Número de CAs por 100.000 Adultos	23	21	12,1%
Número de TPAs por 100.000 Adultos	313	240	30,3%
Número de Balcões por 1.000 km2	1,3	1,1	14,8%
Número de CAs por 1.000 km2	1,9	1,6	15,9%
Número de TPAs por 1.000 km2	25,4	18,9	34,7%

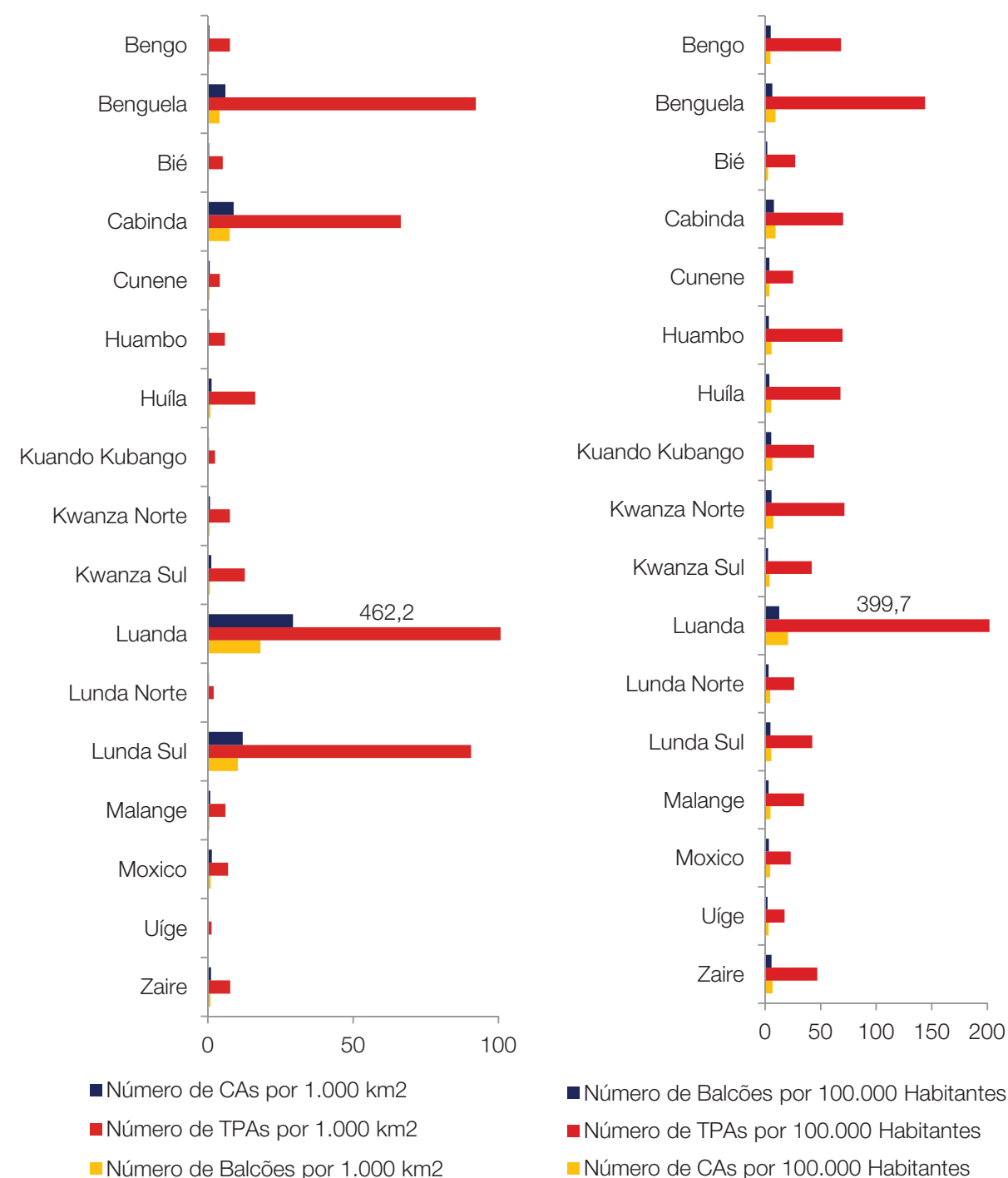
Fonte: INE; ABANC

Os indicadores sobre a distribuição da rede bancária em 2013 indicam que cada agência serve, em média, 3.680 habitantes e cobre cerca de 790,1 Km², uma redução da concentração de habitantes por agência e diminuição da distância média entre unidades bancárias, em relação ao ano anterior.

De um modo geral, as províncias com maior disponibilidade de serviços bancários são Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla e Huambo, quer se considere a existência de agências, CAs ou TPAs, o que coincide com as localidades com maior densidade populacional e maior concentração de empresas.

<sup>39</sup> Para 2013, o banco BKI não foi integrado na amostra por falta de dados.

Gráfico 19 – Distribuição da Disponibilidade de Serviços Bancários por Província em 2013



Fonte: ABANC

A maior disponibilidade dos serviços financeiros não se resume à presença física de agências nas zonas rurais. Neste processo, os terminais de pagamento electrónicos têm sido instrumentos muito úteis, disponibilizando serviços bancários em áreas que não têm unidades bancárias próximo.

O investimento contínuo em inovações tecnológicas que permitem a realização de operações financeiras sem a necessidade de se deslocar para uma agência física, como os serviços de *homebanking*<sup>40</sup>, através da internet, por chamada telefónica ou por mensagens SMS, que também estão a contribuir para uma ampliação dos canais de acesso aos serviços bancários. Em 2013, contava-se com 996.284 utilizadores de serviços de *homebanking* (contra os 744.348 utilizadores em 2012), o que representa um crescimento de 33,8%.

Reconhecendo que o maior acesso aos serviços financeiros através da expansão da rede bancária está limitado pelos elevados investimentos e custos de abertura e manutenção de agências, o BNA, a EMIS, as instituições financeiras e outros operadores estão a preparar as condições para a implementação de serviços bancários móveis<sup>41</sup>, como um canal de acesso aos serviços financeiros mais acessível e flexível à população de baixa renda e ao mercado informal.

Esta solução surge como um complemento à expansão da rede bancária e de terminais bancários, permitindo que os consumidores realizem operações bancárias através de um dispositivo móvel, sem ter que se deslocar a uma agência, o que promove a maior inclusão social e financeira, a formalização das transacções financeiras, além de criar oportunidades para o estímulo da economia local (através da criação de novas fontes de receita e do aumento do volume de negócios) e criação de novos postos de trabalho.

<sup>40</sup> *Homebanking* consiste na possibilidade de se realizar operações bancárias através da internet, sem se deslocar a uma agência ou a um CA.

<sup>41</sup> Serviços bancários móveis ou *mobile banking* consiste na disponibilização de produtos e serviços bancários através da utilização de um telemóvel, ou outro dispositivo móvel.

## Cartões de Pagamento Multicaixa

Em 2013, o número de cartões emitidos pelas instituições bancárias aumentaram 22,9%, tendo atingido 3.486 mil cartões válidos registados na rede.

Quadro 11 – Decomposição do Número de Cartões de Pagamento Multicaixa por Dimensão

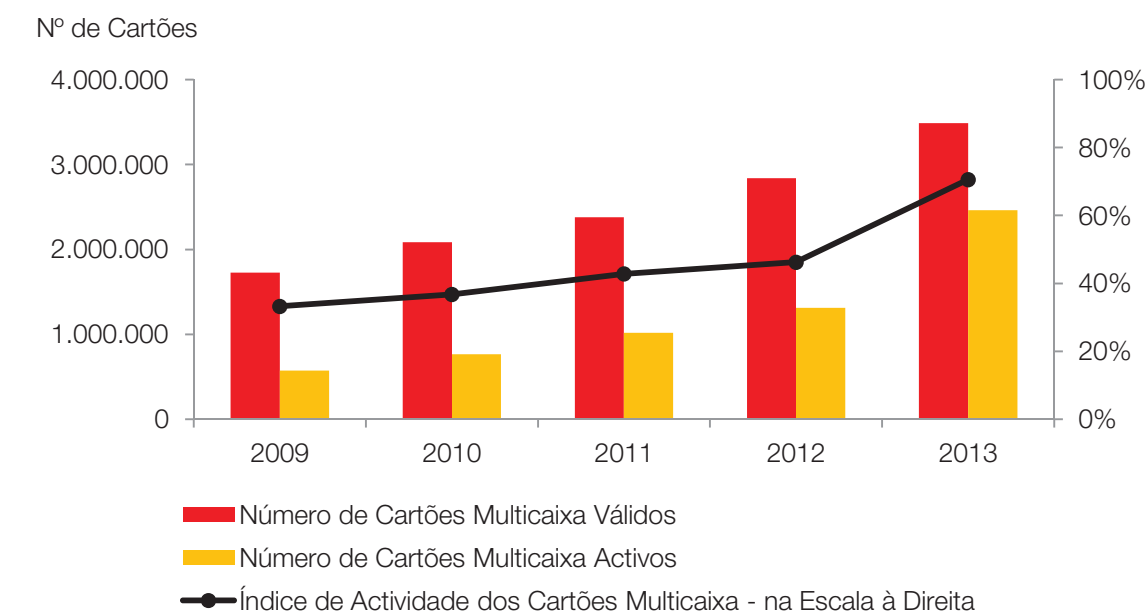
	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Número de Cartões Multicaixa Válidos	2.421.446	2.114.116	1.887.975	1.737.872	1.529.626
Quota de Mercado	69,5%	74,5%	79,4%	83,4%	88,6%
Taxa de Crescimento Anual	14,5%	12,0%	8,6%	13,6%	12,0%
Contribuição para a Variação Agregada	10,9%	9,5%	7,2%	12,1%	10,6%
<b>Média Dimensão</b>					
Número de Cartões Multicaixa Válidos	1.016.251	673.063	457.232	326.762	181.009
Quota de Mercado	29,2%	23,7%	19,2%	15,7%	10,5%
Taxa de Crescimento Anual	51,0%	47,2%	39,9%	80,5%	12,2%
Contribuição para a Variação Agregada	12,2%	9,1%	6,3%	8,5%	1,3%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Número de Cartões Multicaixa Válidos	48.108	50.158	31.888	18.993	15.474
Quota de Mercado	1,4%	1,8%	1,3%	0,9%	0,9%
Taxa de Crescimento Anual	-4,1%	57,3%	67,9%	22,7%	54,9%
Contribuição para a Variação Agregada	-0,1%	0,8%	0,6%	0,2%	0,4%
<b>Número de Cartões Multicaixa Válidos</b>	<b>3.485.805</b>	<b>2.837.33</b>	<b>2.377.337</b>	<b>2.083.627</b>	<b>1.726.109</b>
<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>22,9%</b>	<b>19,4%</b>	<b>14,1%</b>	<b>20,7%</b>	<b>12,3%</b>

Fonte: EMIS

De acordo com o rácio de cartões de pagamento activos sobre cartões válidos<sup>42</sup>, a utilização da rede Multicaixa aumentou de 46,2% para 70,6%, o que significa que os clientes detentores de cartões têm feito uma maior utilização dos mesmos, evidenciando uma maior adopção deste meio de pagamento.

<sup>42</sup> Ver Metodologia.

Gráfico 20 – Evolução do Índice de Actividade dos Cartões de Pagamento Multicaixa<sup>43</sup>



Fonte: EMIS

<sup>43</sup> Ver Metodologia.



# Análise Financeira

68 Balanço

- 68 Activo
- 72 Crédito
- 80 Títulos e Valores Mobiliários
- 81 Funding
- 84 Depósitos

88 Balanço em Moeda Estrangeira

90 Demonstração de Resultados

95 Rentabilidade

97 Análise do Valor Acrescentado Bruto

99 Indicadores do Sistema Bancário

- 99 Indicadores do Balanço
- 101 Rácio Activo Total por Número de Funcionários
- 102 Rácio Produto Bancário por Número de Funcionários
- 102 Rácio Funcionários por Balcão
- 103 Síntese de Indicadores do Sistema Bancário



## VI. Análise Financeira

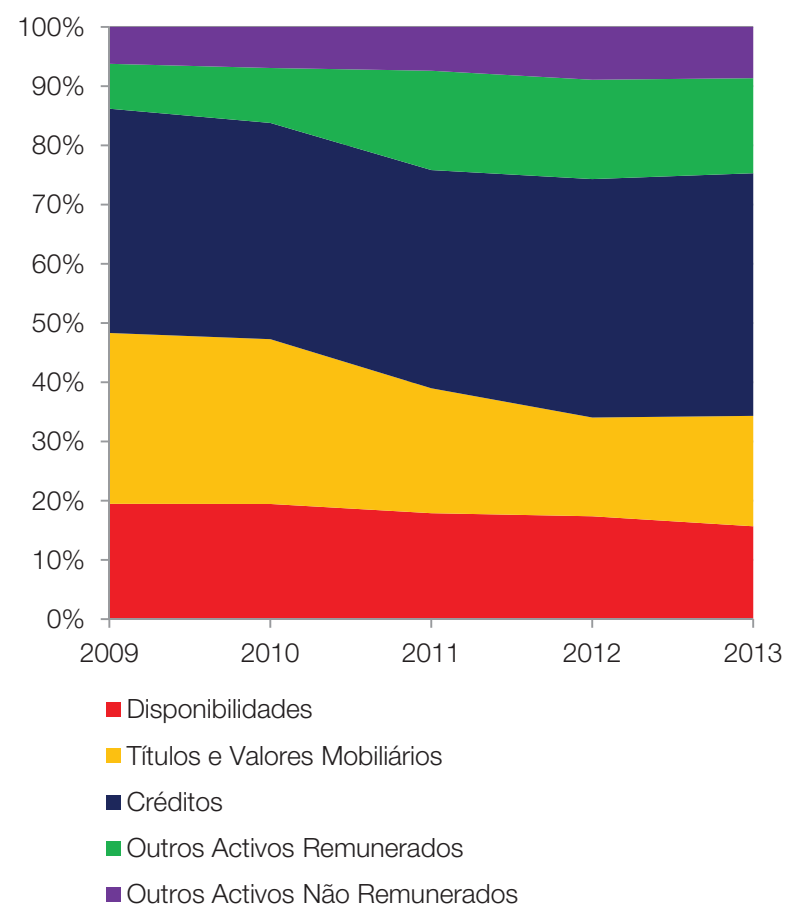
### Balanço

Este capítulo inicia a análise das demonstrações financeiras das bancárias, usando como método a decomposição qualitativa dos elementos que a constituem e a sua expressão quantitativa, de modo a revelar os factores antecedentes e determinantes da situação actual.

### Activo

A actividade do sector bancário tem-se desenvolvido, apesar de se registar uma desaceleração na taxa de crescimento desde 2011. Em 2013 o activo total do sistema cresceu 12,3%, de 5.897 mil milhões de Kwanzas em 2012 para 6.621 mil milhões de Kwanzas em 2013.

Gráfico 12 – Estrutura do Activo



Fonte: Relatórios e Contas

A análise do activo agregado evidencia que a actividade do sector bancário continua centrada na concessão de crédito, sendo esta componente a que tem maior participação percentual na estrutura do activo agregado, representando 40,9% do total de activos, mantendo-se a tendência verificada nos anos anteriores (contra 40,3% em 2012 e 36,8% em 2011).

A componente que mais cresceu em 2013, os títulos e valores mobiliários, com uma taxa de crescimento de 25,5% em relação exercício anterior, são o segundo elemento de maior peso sobre o total de activos, com um total de 1.234 mil milhões de Kwanzas, o que corresponde a 18,6% dos activos agregados.

Quadro 13 – Decomposição do Activo

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.038.401</b>	<b>1.024.662</b>	<b>915.271</b>	<b>800.587</b>	<b>669.185</b>
Em % do Total de Activos	15,7%	17,4%	17,9%	19,5%	19,5%
Taxa de Crescimento Anual	1,3%	12,0%	14,3%	19,9%	76,3%
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.233.959</b>	<b>983.139</b>	<b>1.078.584</b>	<b>1.144.641</b>	<b>990.864</b>
Em % do Total de Activos	18,6%	16,7%	21,1%	27,8%	28,8%
Taxa de Crescimento Anual	25,5%	-8,8%	-5,8%	15,7%	1,6%
<b>Créditos</b>	<b>2.710.974</b>	<b>2.373.547</b>	<b>1.883.915</b>	<b>1.502.088</b>	<b>1.300.568</b>
Em % do Total de Activos	40,9%	40,3%	36,8%	36,5%	37,9%
Taxa de Crescimento Anual	14,2%	26,0%	25,4%	15,6%	61,8%
<b>Outros Activos Remunerados</b>	<b>1.062.310</b>	<b>988.744</b>	<b>857.517</b>	<b>381.704</b>	<b>260.478</b>
Em % do Total de Activos	16,0%	16,8%	16,8%	9,3%	7,6%
Taxa de Crescimento Anual	7,4%	15,3%	124,7%	46,5%	-25,2%
<b>Outros Activos Não Remunerados</b>	<b>574.859</b>	<b>526.749</b>	<b>379.078</b>	<b>285.851</b>	<b>214.367</b>
Em % do Total de Activos	8,7%	8,9%	7,4%	6,9%	6,2%
Taxa de Crescimento Anual	9,1%	39,0%	32,6%	33,3%	23,2%
<b>Total de Activos</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.841</b>	<b>5.114.365</b>	<b>4.114.871</b>	<b>3.435.462</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>12,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>24,3%</b>	<b>19,8%</b>	<b>28,2%</b>

Fonte: Relatórios e Contas

A representatividade do agrupamento de outros activos remunerados tem vindo a aumentar nos últimos 4 anos, atingindo 16,0% do activo total em 2013. A variação desta rubrica está dependente da maior preferência por operações em aplicações de liquidez, nomeadamente operações no mercado monetário interbancário, que experimentou um crescimento de 12,5% no período, o equivalente a um aumento de 98 mil milhões de Kwanzas em 2013.



Agrupando a amostra, o segmento das instituições de grande dimensão teve um maior contributo para o crescimento do total de activos agregados, apesar de se verificar que a sua quota manteve a tendência de redução no período em análise. Por sua vez, o segmento de média dimensão tem adquirido maior representatividade no sector, detendo 26,0% do total de activos em 2013, uma variação de 319 mil milhões de Kwanzas.

#### Quadro 14 – Decomposição do Activo por Dimensão<sup>44</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

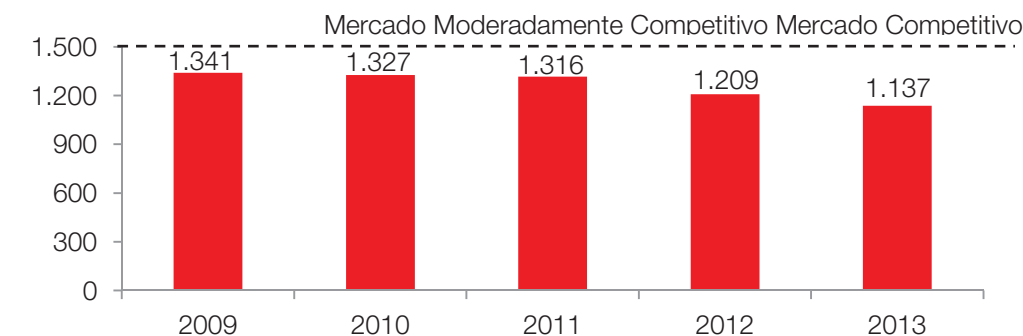
	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Activo	4.754.370	4.384.108	3.922.567	3.228.475	2.685.143
Quota de Mercado	71,8%	74,3%	76,8%	78,5%	78,3%
Taxa de Crescimento Anual	8,4%	11,8%	21,5%	20,2%	26,3%
Contribuição para a Variação Agregada	6,3%	9,0%	16,9%	15,8%	20,9%
<b>Média Dimensão</b>					
Activo	1.720.158	1.401.079	1.092.610	824.947	704.114
Quota de Mercado	26,0%	23,8%	21,4%	20,1%	20,5%
Taxa de Crescimento Anual	22,8%	28,2%	32,4%	17,2%	34,9%
Contribuição para a Variação Agregada	5,4%	6,0%	6,5%	3,5%	6,8%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Activo	145.975	111.654	91.916	60.122	46.205
Quota de Mercado	2,2%	1,9%	1,8%	1,5%	1,3%
Taxa de Crescimento Anual	30,7%	21,5%	52,9%	30,1%	38,1%
Contribuição para a Variação Agregada	0,6%	0,4%	0,8%	0,4%	0,5%
<b>Total de Activos</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.841</b>	<b>5.107.093</b>	<b>4.113.544</b>	<b>3.435.462</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>12,3%</b>	<b>15,5%</b>	<b>24,2%</b>	<b>19,7%</b>	<b>28,2%</b>

Fonte: Relatórios e Contas

Os indicadores de concentração do sector bancário (Índice de Herfindahl-Hirshman) apontam para um aumento relativo nos níveis de competitividade bancária, apesar do volume da actividade bancária ainda estar concentrado num número reduzido de instituições. O IHH tem vindo a diminuir no intervalo em análise, não só devido ao aumento do número de instituições no mercado bancário, mas principalmente pela gradual diminuição da disparidade existente entre o total de activos das instituições bancárias nos diferentes segmentos.

<sup>44</sup> Os totais desta análise não coincidem com os valores do Quadro 14 para 2011 e 2010 pois o banco BKI não foi integrado na amostra por falta de dados.

#### Gráfico 21 – Índices de Herfindahl relativos à Quota de Mercado do Activo



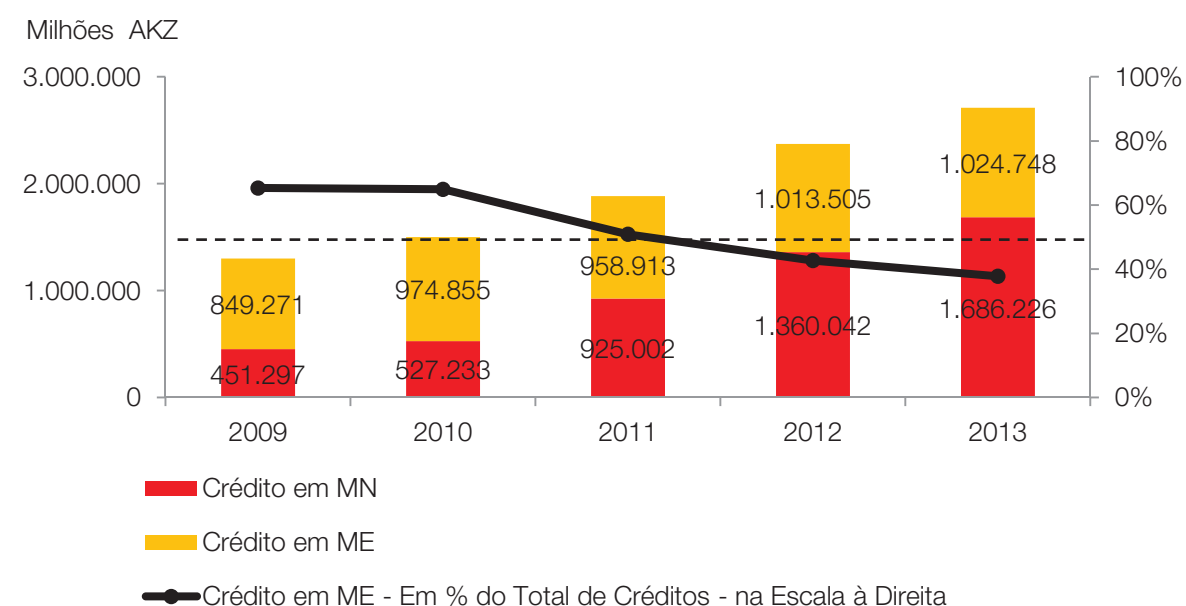
Fonte: ABANC

## Crédito

O volume de crédito manteve a tendência crescente, equivalente a um aumento de 14,2% em 2013, alcançando um total de 2.711 mil milhões de Kwanzas em carteira.

Analisando a rubrica por moedas, a expansão do crédito deveu-se principalmente ao crédito em MN, que registou um crescimento de 24,0% em relação a 2012, com um total de 1.686 mil milhões de Kwanzas, enquanto o crédito em ME apresenta um ligeiro crescimento na ordem dos 1,1%.

Gráfico 22 – Evolução do Crédito por Moeda<sup>45</sup>



Fonte: Relatórios e Contas; BNA

<sup>45</sup> Devido à insuficiência dos dados apresentados por parte dos associados, não foi possível apresentar a decomposição do crédito total por modalidades, limitando a profundidade da análise desta rubrica. Os valores apresentados foram inferidos a partir dos dados do BNA. Ver Metodologia.

Quadro 15 – Decomposição do Crédito por Moeda<sup>46</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

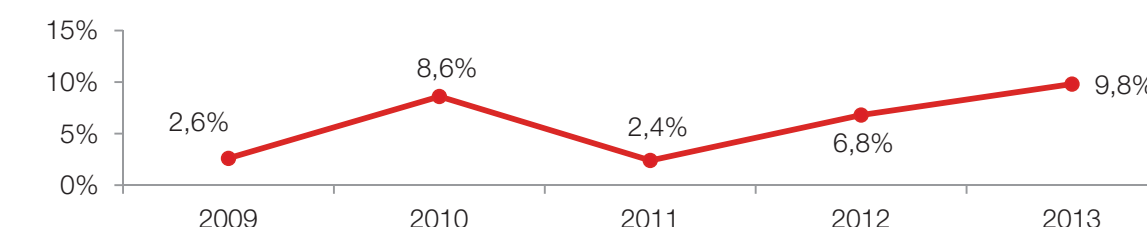
	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Crédito em MN</b>	<b>1.686.226</b>	<b>1.360.042</b>	<b>925.002</b>	<b>527.233</b>	<b>451.297</b>
Em % do Total de Créditos	62,2%	57,3%	49,1%	35,1%	34,7%
Taxa de Crescimento Anual	24,0%	47,0%	75,4%	16,9%	64,9%
<b>Crédito em ME</b>	<b>1.024.748</b>	<b>1.013.505</b>	<b>958.913</b>	<b>974.855</b>	<b>849.271</b>
Em % do Total de Créditos	37,8%	42,7%	50,9%	64,9%	65,3%
Taxa de Crescimento Anual	1,1%	5,7%	-1,6%	14,9%	62,0%
<b>Total de Créditos</b>	<b>2.710.974</b>	<b>2.373.547</b>	<b>1.883.915</b>	<b>1.502.088</b>	<b>1.300.568</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>14,2%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,4%</b>	<b>15,6%</b>	<b>63,0%</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; BNA

Com a implementação de medidas de desdolarização<sup>47</sup>, verificou-se maior concessão de créditos em Kwanzas, que evidencia uma desaceleração no seu ritmo de crescimento desde 2011. É de realçar que 42,5% dos depósitos estão denominados em moeda estrangeira, que têm sido utilizados para financiar o crédito em moeda estrangeira<sup>48</sup>.

Devido a estas alterações, as taxas de juros activas em moeda nacional apresentam uma tendência decrescente, ao contrário do que se verifica com as taxas no crédito em moeda estrangeira.

Gráfico 23 – Evolução do Rácio Crédito Vencido sobre Crédito Bruto



Fonte: BNA

Contrariando a tendência de crescimento observada até 2012, as provisões para risco de crédito reduziram 3,3%, alcançando um total de 194 mil milhões de Kwanzas em 2013. Consequentemente, o rácio provisões para risco de crédito sobre o crédito bruto decresceu 1 p.p., motivado não só pela diminuição das provisões mas também pela desaceleração do crescimento do crédito concedido a clientes.

<sup>46</sup> Estes valores foram inferidos a partir dos dados do BNA, uma vez que a informação disponibilizada não é uniforme e somente 6 bancos discriminam o valor do crédito concedido a clientes por moeda. Ver Metodologia.

<sup>47</sup> Limite de exposição cambial sobre os fundo próprios regulamentares, regulada pelo Aviso nº 5/2010, de 10 de Novembro e limites impostos à concessão de crédito em moeda estrangeira, introduzidos pelo Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho

<sup>48</sup> Ver Gráfico 26.

#### Quadro 16 – Indicadores de Qualidade do Crédito Bancário<sup>49</sup>

Valores em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
Credito Vencido sobre Crédito Bruto	9,8%	6,8%	2,4%	8,6%	2,6%
Provisões sobre Crédito Bruto	6,7%	7,8%	6,8%	6,5%	4,8%
Provisões sobre Crédito Vencido	68,1%	114,5%	282,6%	76,1%	184,0%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; BNA

No final de 2013 assistiu-se ao aumento do crédito vencido, na ordem dos 62,6%, o equivalente a 285 mil milhões de Kwanzas. Tendo em conta que a actividade creditícia tem maior peso na estrutura dos activos, a trajetória ascendente dos níveis de incumprimento tem limitado a reaplicação destes recursos na economia, assim como condiciona a actividade das instituições financeiras, o que implica o aumento dos custos de transacção e a adopção de exigências contratuais e garantias mais rígidas.

Neste contexto, os factores que constroem a concessão de créditos e elevam o risco associado, incluem:

- A escassez de garantias e capital próprio limitado;
- Morosidade do sistema jurídico em caso de recuperação legal dos créditos em mora;
- Necessidade de formação do capital humano;
- Limitações nos fundamentos legais e judiciais, com vista a garantir a execução contractual e legalização da titularidade das garantias;
- Diferenças entre as maturidades reduzidas dos instrumentos de funding e das necessidades de crédito a prazos mais longos;
- Limitações existentes para a análise correcta da capacidade financeira dos mutuários;
- A falta de informação sobre a rentabilidade e solvência dos mutuários;
- Reduzida capacidade de gestão e experiência dos micro e pequenos empreendedores;
- Os baixos níveis de educação financeira da população de baixa renda, que restringem o acesso ao sistema bancário e a utilização dos produtos de crédito;
- Os baixos níveis de sofisticação financeira dos empreendedores informais e microempresas, que constroem a sua capacidade para fundamentar pedidos de crédito.

<sup>49</sup> Estes valores foram inferidos a partir dos dados do BNA, uma vez que a informação disponibilizada não é uniforme.

#### Quadro 17 – Decomposição do Crédito<sup>50</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Crédito Vencendo</b>	<b>2.620.118</b>	<b>2.398.949</b>	<b>1.972.459</b>	<b>1.468.999</b>	<b>1.330.400</b>
Em % do Crédito Bruto	90,2%	93,2%	97,6%	91,4%	97,4%
Taxa de Crescimento Anual	9,2%	21,6%	34,3%	10,4%	70,2%
<b>Crédito Vencido</b>	<b>284.669</b>	<b>175.031</b>	<b>48.503</b>	<b>138.221</b>	<b>35.514</b>
Em % do Crédito Bruto	9,8%	6,8%	2,4%	8,6%	2,6%
Taxa de Crescimento Anual	62,6%	260,9%	-64,9%	289,2%	77,2%
<b>Crédito Bruto</b>	<b>2.904.787</b>	<b>2.573.980</b>	<b>2.020.962</b>	<b>1.607.220</b>	<b>1.365.914</b>
Taxa de Crescimento Anual	12,9%	27,4%	25,7%	17,7%	70,4%
<b>Provisões</b>	<b>-193.813</b>	<b>-200.433</b>	<b>-137.047</b>	<b>-105.132</b>	<b>-65.346</b>
Taxa de Crescimento Anual	-3,3%	46,3%	30,4%	60,9%	284,7%
<b>Total de Créditos</b>	<b>2.710.974</b>	<b>2.373.547</b>	<b>1.883.915</b>	<b>1.502.088</b>	<b>1.300.568</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>14,2%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,4%</b>	<b>15,5%</b>	<b>63,0%</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; BNA

Verifica-se uma tendência de aumento do peso do crédito a médio e longo prazo (MLP), representando 64,8% do total do crédito à economia em 2013. É de realçar que em 2010 é visível uma inversão desta tendência devido ao aumento do crédito a curto prazo em ME.

#### Quadro 18 – Crédito por Prazo de Vencimento

Valores em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
Crédito a Curto Prazo (em % do Crédito Total)	35,2%	37,9%	35,6%	32,4%	32,8%
Crédito a Médio e Longo Prazo (em % do Crédito Total)	64,8%	62,1%	64,4%	67,6%	67,2%

Fonte: BNA

Decompondo o crédito em modalidades, pode-se verificar que os empréstimos e financiamentos detêm maior peso das operações de crédito realizadas, num total de 58,9%. Agrupando por tipologia de clientes, o crédito concedido a empresas detêm maior representatividade sobre o total de crédito concedido, na ordem dos 75,5%, seguido pelo crédito concedido aos particulares, representando 20,1%.

<sup>50</sup> Estes valores foram inferidos a partir dos dados do BNA, uma vez que a informação disponibilizada não foi uniforme. Ver Metodologia.

### Quadro 19 - Crédito por Modalidades e por Tipologia de Cliente<sup>51</sup>

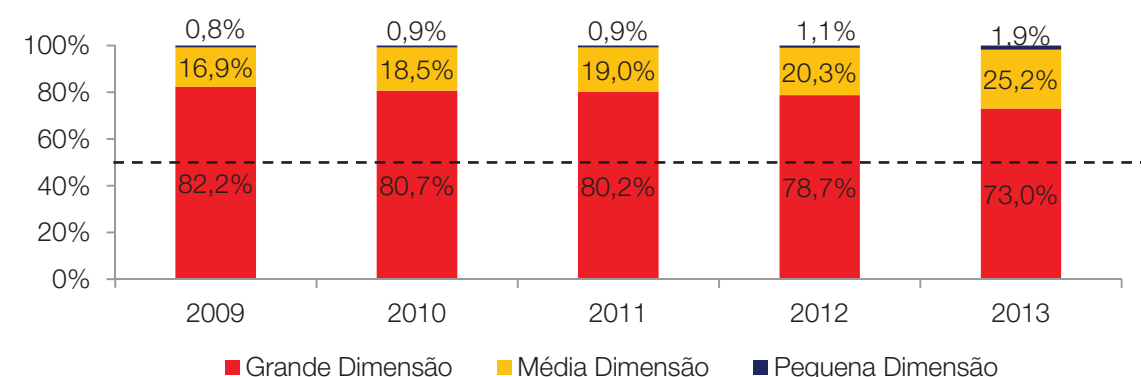
Valores em percentagens

	2013
<b>Crédito por Modalidades</b> (em % do Crédito Total)	
Créditos em Conta Corrente	8,5%
Descobertos em Depósitos à Ordem	6,4%
Empréstimos <sup>52</sup>	24,9%
Financiamento <sup>53</sup>	34,0%
Crédito ao Consumo	6,6%
Outros Créditos <sup>54</sup>	19,6%
<b>Crédito por Tipologia de Cliente</b> (em % do Crédito Total)	
Crédito ao Sector Público	4,4%
Crédito a Empresas	75,5%
Crédito a Particulares	20,1%

Fonte: Relatórios e Contas; IFs

Por outro lado, é expectável que a bolsa de valores traga mais soluções de financiamento, constituindo uma outra fonte alternativa ao sector empresarial e um complemento ao crédito bancário, com soluções para gestão de alguns riscos financeiros.

### Gráfico 24 – Evolução da Quota de Mercado do Crédito por Dimensão



Fonte: Relatórios e Contas

As instituições de grande dimensão continuam a deter a maior quota de mercado com 73,0% (equivalente a 1.978 mil milhões de Kwanzas), enquanto o segmento de média dimensão agrega 25,2% e o segmento de pequena dimensão detém 1,9% do total de crédito concedido em 2013.

<sup>51</sup> A mostra é composta por 15 bancos, pois os bancos BANC, BCA, BDA, BKI, BMF, BVB e VTB não foram integrados por falta de dados.

<sup>52</sup> Empréstimos - são as operações realizadas sem destino específico ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos.

<sup>53</sup> Financiamentos - são as operações realizadas com destino específico, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos.

<sup>54</sup> Inclui cartões de crédito, operações de leasing e factoring, entre outras.

Mais especificamente, o segmento de grande dimensão teve maior impulso na evolução positiva do crédito agregado, contribuindo 7,3% para a variação agregada do crédito concedido: No entanto, este foi o segmento que registou menores índices de crescimento relativo, uma vez que a quota de mercado do segmento de grande dimensão cresceu 9,6% em 2013, enquanto a quota de mercado dos segmentos de média e pequena dimensão cresceram 26,9% e 66,0%, respectivamente.

### Quadro 20 - Decomposição do Crédito por Dimensão

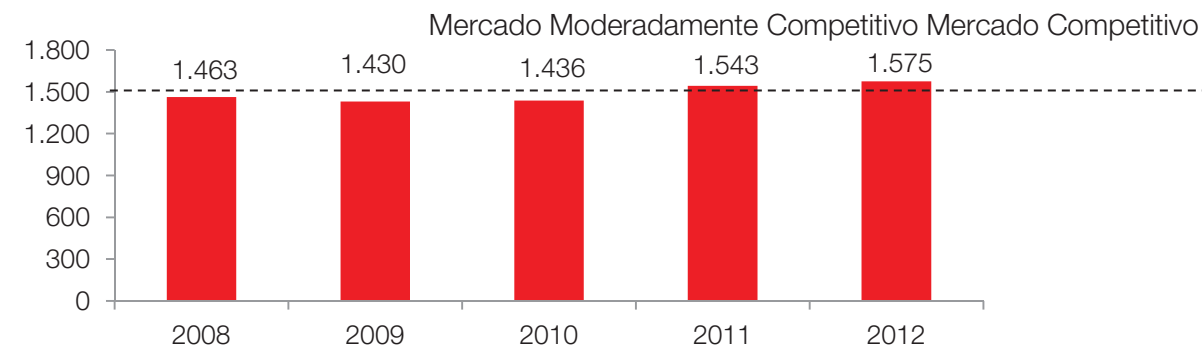
Valores em milhões de Kwanzas, excepto em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Créditos	1.978.439	1.805.545	1.478.889	1.192.244	1.055.451
Quota de Mercado	73,0%	76,1%	78,5%	79,4%	81,2%
Taxa de Crescimento Anual	9,6%	22,1%	24,0%	13,0%	56,5%
Contribuição para a Variação Agregada	7,3%	17,3%	19,1%	10,5%	47,7%
<b>Média Dimensão</b>					
Créditos	682.319	537.758	383.360	295.837	233.509
Quota de Mercado	25,2%	22,7%	20,3%	19,7%	18,0%
Taxa de Crescimento Anual	26,9%	40,3%	29,6%	26,7%	99,7%
Contribuição para a Variação Agregada	6,1%	8,2%	5,8%	4,8%	14,6%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Créditos	50.216	30.244	21.666	14.007	11.608
Quota de Mercado	1,9%	1,3%	1,2%	0,9%	0,9%
Taxa de Crescimento Anual	66,0%	39,6%	54,7%	20,6%	76,2%
Contribuição para a Variação Agregada	0,8%	0,5%	0,5%	0,2%	0,6%
<b>Total de Créditos</b>	<b>2.710.974</b>	<b>2.373.547</b>	<b>1.883.915</b>	<b>1.502.088</b>	<b>1.300.568</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>14,2%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,4%</b>	<b>15,5%</b>	<b>63,0%</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Noutra vertente, o IHH tem evoluído no sentido crescente (menor competitividade), contrariando a tendência que se observou para as outras rubricas. Esta variação ocorreu devido ao contínuo crescimento da carteira de crédito das instituições bancárias que lideram o mercado do crédito, a par do aumento das operações de crédito realizadas pelos segmentos de média e pequena dimensão.

Gráfico 25 – Evolução do Índice de Herfindahl relativo ao Crédito

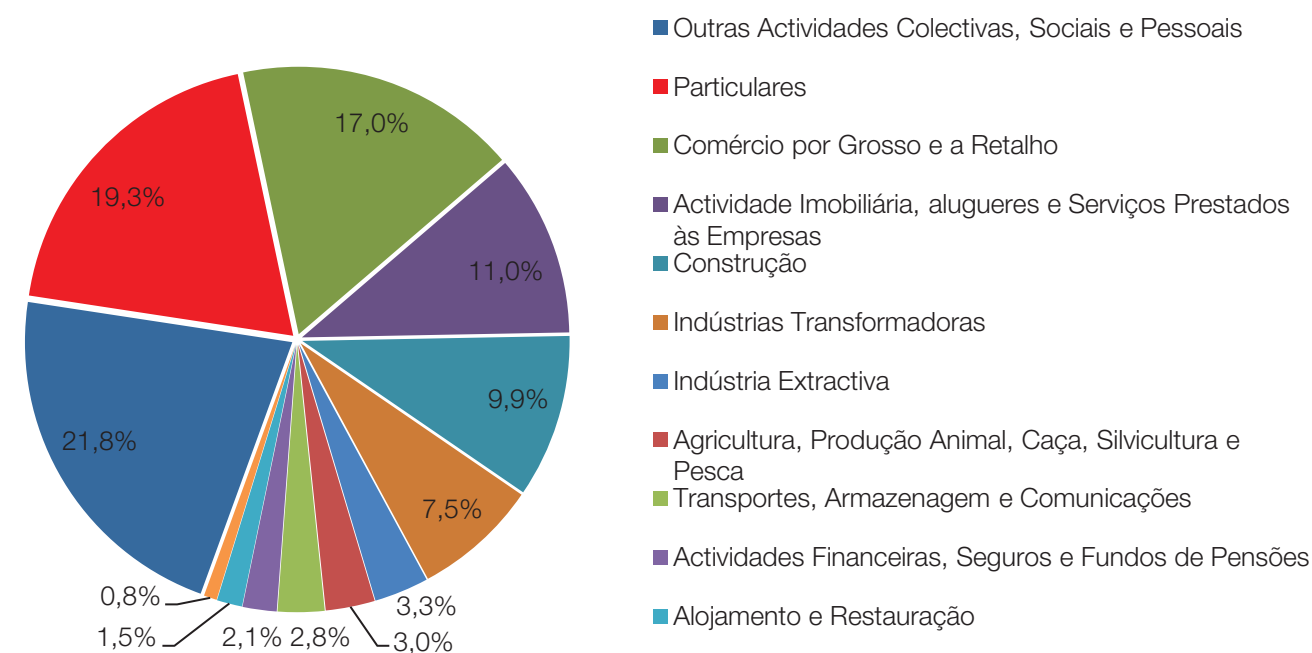


Fonte: ABANC

Em 2013, 96,3% do crédito concedido concentrou-se no sector privado, em que os sectores das actividades colectivas, sociais e pessoais (com 21,8%), dos particulares (com 19,3%) e do comércio (17,0%) absorveram uma parte significativa do crédito concedido, num total de 58,1%.

A distribuição do crédito por sectores revela que os bancos têm priorizado a oferta de crédito aos particulares e aos sectores das actividades colectivas, sociais e pessoais (equivalente a 41,1% do crédito concedido), sector dos bens não transaccionáveis, em detrimento ao financiamento do investimento privado nos sectores primário e secundário, especificamente nos sectores de actividade extractiva, transformadora, agro-pecuária e pescas, produção e distribuição de electricidade, gás e água (correspondente a 14,0% do crédito concedido). As operações de crédito destinadas à construção sofreram um ligeiro decréscimo, enquanto o crédito para o sector do comércio permanece relativamente estável nos últimos 3 anos, em comparação com o observado nos outros sectores.

Gráfico 26 – Distribuição do Crédito por Sectores em 2013



Fonte: BNA



Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos de dívida pública registaram um crescimento de 25,5% em 2013, em contraste com a contracção registada em 2012 e 2011, revelando uma preferência para activos mais líquidos face aos constrangimentos associados à situação de incumprimento dos créditos.

Quadro 21 – Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários

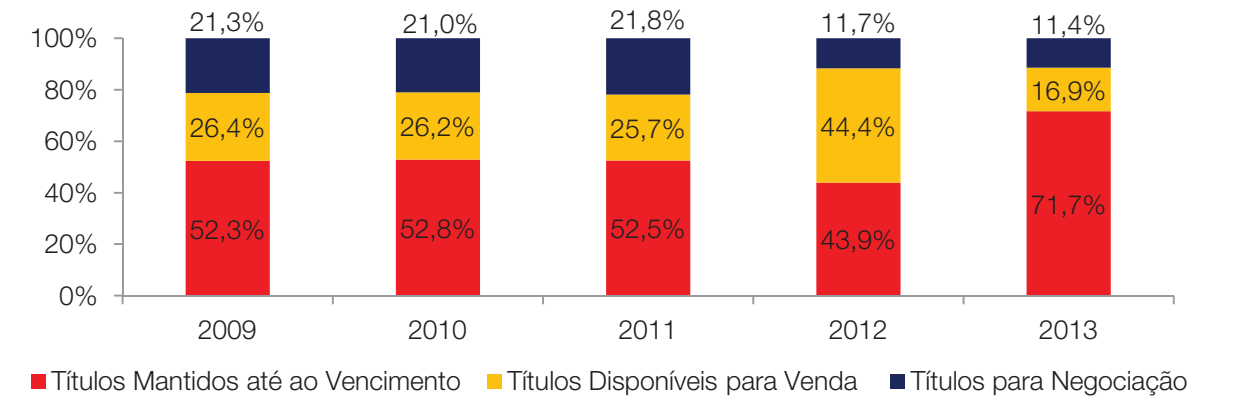
Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>141.147</b>	<b>115.005</b>	<b>235.381</b>	<b>240.560</b>	<b>210.784</b>
Em % do Total de TVM	11,4%	11,7%	21,8%	21,0%	21,3%
Taxa de Crescimento Anual	22,7%	-51,1%	-2,2%	14,1%	-
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>208.356</b>	<b>436.645</b>	<b>276.667</b>	<b>299.396</b>	<b>261.611</b>
Em % do Total dos TVM	16,9%	44,4%	25,7%	26,2%	26,4%
Taxa de Crescimento Anual	-52,3%	57,8%	-7,6%	14,4%	-
<b>Títulos Mantidos até ao Vencimento</b>	<b>884.456</b>	<b>431.491</b>	<b>566.536</b>	<b>604.685</b>	<b>518.469</b>
Em % do Total dos TVM	71,7%	43,9%	52,5%	52,8%	52,3%
Taxa de Crescimento Anual	105,0%	-23,8%	-6,3%	16,6%	-
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.233.959</b>	<b>983.139</b>	<b>1.078.584</b>	<b>1.144.641</b>	<b>990.864</b>
Taxa de Crescimento Anual	25,5%	-8,8%	-5,8%	15,5%	1,6%

Fonte: Relatórios e Contas

O crescimento dos títulos para negociação e títulos mantidos até ao vencimento, representando 83,1% dos títulos e valores mobiliários, tiveram maior impacto na evolução agregada de TVM, totalizando 1.025 mil milhões de Kwanzas.

Gráfico 27- Estrutura dos Títulos e Valores Mobiliários

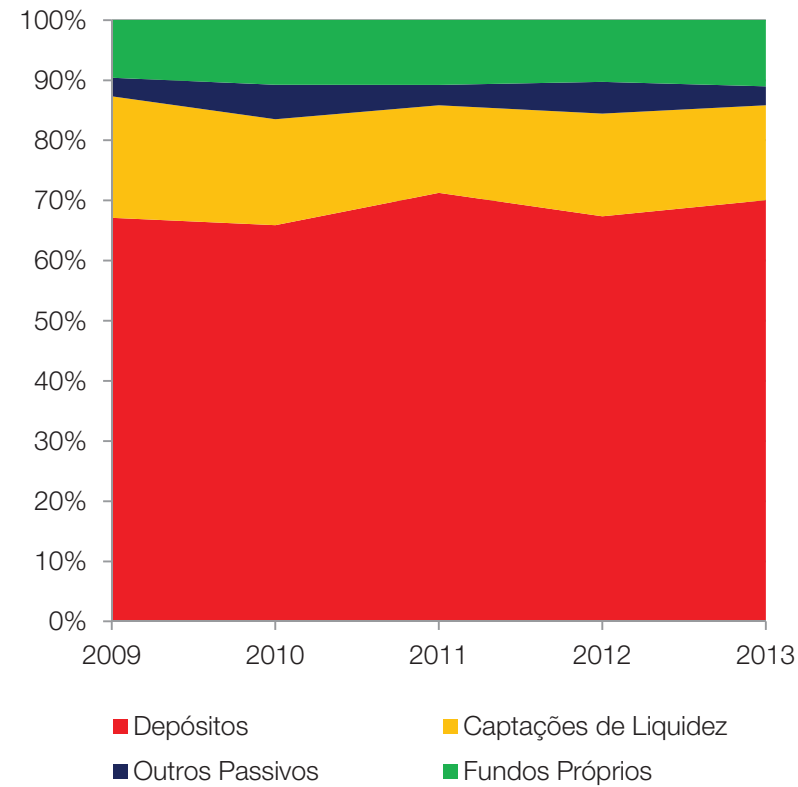


Fonte: Relatórios e Contas

Funding

Na estrutura do passivo e dos capitais próprios, observou-se um aumento de 12,3%, totalizando 6.621 mil milhões de Kwanzas. Os depósitos constituem a fonte mais predominante de financiamento da banca, pesando 70,0% do total de funding, secundado pelas captações de liquidez, como operações do mercado interbancário e captações com títulos e valores mobiliários.

Gráfico 28 – Estrutura do Funding



Fonte: Relatórios e Contas

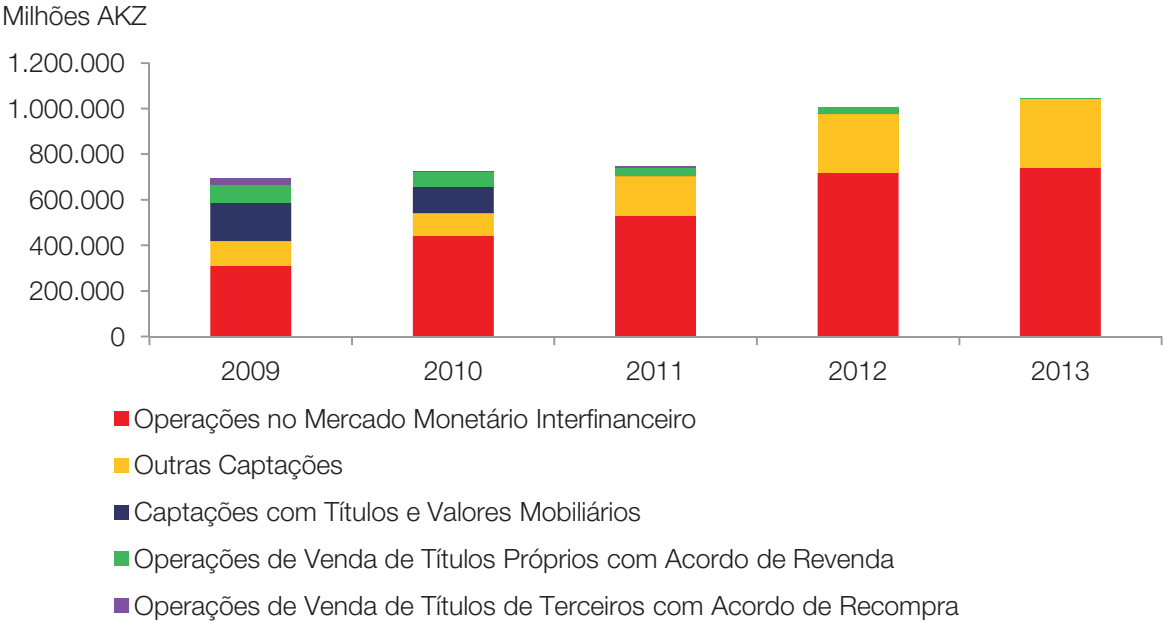
Em 2013, regista-se um aumento dos fundos próprios das instituições bancárias na ordem dos 20,4%, no âmbito de políticas de capitalização das instituições financeiras, em resposta à necessidade de reaplicar os lucros obtidos no exercício anterior para investimento e de atender às exigências do BNA. Esta evolução deveu-se ao crescimento do capital social em 53,3%, dos resultados potenciais em 28,0%, das reservas e fundos em 16,0%, do resultado do exercício em 13,1%, perfazendo um total de 731 mil milhões de Kwanzas no final de 2013.

Estima-se um maior reforço dos fundos próprios agregados no final de 2014, devido a exigência do Aviso nº14/2013, de 2 de Dezembro, para a manutenção de capital social e fundos próprios regulamentares acima dos 2,5 mil milhões de Kwanzas. Até Dezembro de 2013, três instituições de pequena dimensão, uma de média dimensão e uma de grande dimensão detinham capital social inferior ao limite imposto pelo Aviso supracitado.



As captações para liquidez apresentam uma ligeira variação de 3,7%, em 2013, após desaceleração do crescimento e menor diversificação de instrumentos utilizados no período 2009-2012. Estas captações traduzem-se em operações de gestão de tesouraria e de liquidez das instituições bancárias, uma vez que as operações no mercado monetário interbancário, maioritariamente de curto prazo, representam 70,9% das operações de captação para liquidez em 2013.

Gráfico 29 - Estrutura das Captações para Liquidez



Fonte: Relatórios e Contas

A rubrica outros passivos, que têm vindo a perder representatividade na composição do funding, regista uma diminuição na sua contribuição sobre o total de recursos, influenciada pela redução das obrigações no sistema de pagamentos e das operações cambiais, quantificado em 71,1% e 20,5% respectivamente (uma perda de 109 mil milhões de Kwanzas em 2013), o que justifica a descida do conjunto de outros passivos em 34,6%.

Quadro 22 – Decomposição do Funding

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Depósitos</b>	<b>4.636.532</b>	<b>3.971.221</b>	<b>3.643.664</b>	<b>2.710.451</b>	<b>2.304.959</b>
Em % do Total do Funding	70,0%	67,3%	71,2%	65,9%	67,1%
Taxa de Crescimento Anual	16,8%	9,0%	34,4%	17,6%	61,4%
<b>Captações para Liquidez</b>	<b>1.044.536</b>	<b>1.007.142</b>	<b>744.860</b>	<b>724.962</b>	<b>694.122</b>
Em % do Total do Funding	15,8%	17,1%	14,6%	17,6%	20,2%
Taxa de Crescimento Anual	3,7%	35,2%	2,7%	4,4%	-22,3%
<b>Outros Passivos</b>	<b>208.293</b>	<b>311.221</b>	<b>173.119</b>	<b>235.843</b>	<b>106.077</b>
Em % do Total do Funding	3,1%	5,3%	3,4%	5,7%	3,1%
Taxa de Crescimento Anual	-34,6%	79,4%	-76,6%	-36,7%	-158,7%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>731.142</b>	<b>607.258</b>	<b>552.722</b>	<b>443.616</b>	<b>330.303</b>
Em % do Total do Funding	11,0%	10,3%	10,8%	10,8%	9,6%
Taxa de Crescimento Anual	20,4%	9,9%	24,6%	34,3%	22,4%
<b>Funding</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.842</b>	<b>5.114.365</b>	<b>4.114.872</b>	<b>3.435.461</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>12,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>24,3%</b>	<b>19,8%</b>	<b>28,2%</b>

Fonte: Relatórios e Contas

## Depósitos

Beneficiando com o aumento da taxa de bancarização e com a expansão da rede de agências bancárias, que permitiu uma maior captação de recursos de clientes, o total de depósitos cresceu mais 665 mil milhões de Kwanzas em 2013, totalizando 4.637 mil milhões de Kwanzas.

### Quadro 23 – Decomposição dos Depósitos por produto e moeda<sup>55</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Depósitos à Ordem</b>	<b>2.594.594</b>	<b>2.199.087</b>	<b>2.146.574</b>	<b>1.670.843</b>	<b>1.566.700</b>
Em % do Total dos Depósitos	56,0%	55,4%	58,9%	61,6%	68,0%
Taxa de Crescimento Anual	18,0%	2,4%	28,5%	6,6%	39,1%
<b>Depósitos à Ordem MN</b>	<b>1.650.446</b>	<b>1.159.984</b>	<b>1.056.365</b>	<b>778.319</b>	<b>643.336</b>
Em % dos Depósitos à Ordem	0,63611	52,7%	49,2%	46,6%	41,1%
Taxa de Crescimento Anual	42,3%	9,8%	35,7%	21,0%	24,2%
<b>Depósitos à Ordem ME</b>	<b>944.148</b>	<b>1.039.103</b>	<b>1.090.208</b>	<b>892.524</b>	<b>923.364</b>
Em % dos Depósitos à Ordem	0,36389	0,47252	0,50788	0,53418	0,58937
Taxa de Crescimento Anual	-9,1%	-4,7%	22,1%	-3,3%	51,7%
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>2.041.938</b>	<b>1.772.134</b>	<b>1.497.090</b>	<b>1.039.608</b>	<b>738.259</b>
Em % do Total dos Depósitos	44,0%	44,6%	41,1%	38,4%	32,0%
Taxa de Crescimento Anual	15,2%	18,4%	44,0%	40,8%	145,8%
<b>Depósitos a Prazo MN</b>	<b>1.016.438</b>	<b>809.276</b>	<b>657.087</b>	<b>459.523</b>	<b>281.811</b>
Em % dos Depósitos a Prazo	49,8%	45,7%	43,9%	44,2%	38,2%
Taxa de Crescimento Anual	25,6%	23,2%	43,0%	63,1%	554,1%
<b>Depósitos a Prazo ME</b>	<b>1.025.501</b>	<b>962.858</b>	<b>840.004</b>	<b>580.085</b>	<b>456.448</b>
Em % dos Depósitos a Prazo	50,2%	54,3%	56,1%	55,8%	61,8%
Taxa de Crescimento Anual	6,5%	14,6%	44,8%	27,1%	77,4%
<b>Depósitos em MN</b>	<b>2.666.884</b>	<b>1.969.260</b>	<b>1.713.452</b>	<b>1.237.842</b>	<b>925.147</b>
Em % do Total dos Depósitos	57,5%	49,6%	47,0%	45,7%	40,1%
Taxa de Crescimento Anual	35,4%	14,9%	38,4%	33,8%	64,9%
<b>Depósitos em ME</b>	<b>1.969.648</b>	<b>2.001.961</b>	<b>1.930.212</b>	<b>1.472.609</b>	<b>1.379.812</b>
Em % do Total dos Depósitos	42,5%	50,4%	53,0%	54,3%	59,9%
Taxa de Crescimento Anual	-1,6%	3,7%	31,1%	6,7%	59,4%
<b>Total de Depósitos</b>	<b>4.636.532</b>	<b>3.971.221</b>	<b>3.643.664</b>	<b>2.710.451</b>	<b>2.304.959</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>16,8%</b>	<b>9,0%</b>	<b>34,4%</b>	<b>17,6%</b>	<b>61,5%</b>

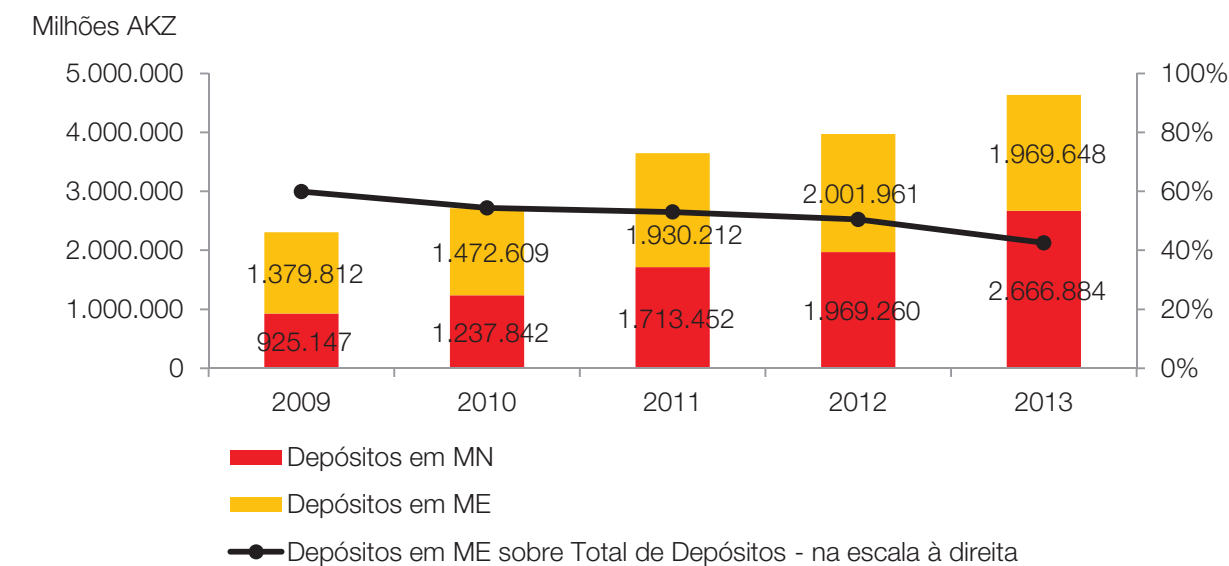
Fonte: Relatórios e Contas; BNA

Na agregação por categorias, os depósitos a prazo apresentam níveis de crescimento maiores que os depósitos à ordem, com excepção de 2013, traduzindo-se numa taxa de crescimento para os depósitos a prazo de 15,2% (representando 44,0% do total de

<sup>55</sup> Por falta de dados desagregados, foi utilizada a proporção dos depósitos de acordo com o balanço consolidado do BNA para estimar os valores dos depósitos pelas diferentes categorias. Ver Metodologia

depósitos), versus uma taxa de crescimento de 18,0% para os depósitos a ordem (representando 56,0% do total de depósitos).

### Gráfico 30 – Evolução dos Depósitos<sup>56</sup>



Fonte: Relatórios e Contas

Agregando por moedas, os depósitos em moeda nacional tiveram maior contributo para a evolução positiva dos valores agregados, apresentando um aumento de 35,4%, o equivalente a 2.667 mil milhões de Kwanzas. Até 2011, os depósitos em moeda estrangeira tinham maior representatividade sobre o total deste tipo de captações, representando 53,0% em 2011 contra os 54,3% em 2010 e 59,9% em 2009. Em 2012, verifica-se a inversão desta tendência, com os depósitos em moeda nacional correspondendo a 49,6% do total de depósitos, devido ao processo de desdolarização da economia, que se traduz no aumento dos depósitos em moeda nacional, no aumento dos pagamentos em Kwanzas através do sistema de pagamentos, e aumento das disponibilidades em caixa em moeda nacional e consequente redução das disponibilidades em caixa em moeda estrangeira. Em 2013, o peso dos depósitos em moeda estrangeira reduziu para 42,5%, influenciado pela aplicação, a partir de Julho, da 3ª fase do regime cambial aplicável ao sector petrolífero.

A estrutura dos depósitos por prazo de vencimento evidencia que estes são maioritariamente de curto prazo. Em termos de peso no total dos depósitos agregados, 97,0% dos depósitos a prazo são de curto prazo, à semelhança com a maturidade das captações para liquidez. Isto implica dizer que a maturidade dos instrumentos de funding são maioritariamente de curto prazo, o que limita a concessão de créditos nos prazos mais longos.

<sup>56</sup> Por falta de dados desagregados, foi utilizada a proporção dos depósitos de acordo com o balanço consolidado do BNA para estimar os valores dos depósitos pelas diferentes categorias.

#### Quadro 24 - Depósitos a Prazo por Prazo de Vencimento

	2013
Depósitos a Prazo a Curto Prazo em % do Total de Depósitos a Prazo	97,0%
Depósitos a Prazo a Médio Prazo em % do Total de Depósitos a Prazo	3,0%

Fonte: IFs

Em finais de 2013, seguindo a tendência nas demais rubricas (com excepção do crédito), o segmento de grande dimensão reduziu a sua quota de mercado para 72,5%, absorvida pelos segmentos de média e pequena dimensão, que passaram a uma maior representação ao deter uma quota de 25,3% e 2,2%, respectivamente. Coincidentemente, o segmento de grande dimensão foi o que mais contribuiu para o crescimento agregado do total de depósitos, apesar dos segmentos de média e pequena dimensão registarem maior crescimento relativo.

#### Quadro 25 – Evolução dos Depósitos por Dimensões<sup>57</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Depósitos	3.362.555	2.987.706	2.858.524	2.121.320	1.856.509
Quota de Mercado	72,5%	75,2%	78,6%	78,3%	80,5%
Taxa de Crescimento Anual	12,5%	4,5%	34,8%	14,3%	52,2%
Contribuição para a Variação Agregada	9,4%	3,6%	27,2%	11,5%	44,6%
<b>Média Dimensão</b>					
Depósitos	1.172.291	906.988	717.465	546.792	417.741
Quota de Mercado	25,3%	22,8%	19,7%	20,2%	18,1%
Taxa de Crescimento Anual	29,3%	26,4%	31,2%	30,9%	120,4%
Contribuição para a Variação Agregada	6,7%	5,2%	6,3%	5,6%	16,0%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Depósitos	101.686	76.527	61.811	41.863	30.709
Quota de Mercado	2,2%	1,9%	1,7%	1,5%	1,3%
Taxa de Crescimento Anual	32,9%	23,8%	47,6%	36,3%	64,2%
Contribuição para a Variação Agregada	0,6%	0,4%	0,7%	0,5%	0,8%
<b>Total de Depósitos</b>	<b>4.636.532</b>	<b>3.971.221</b>	<b>3.637.800</b>	<b>2.709.975</b>	<b>2.304.959</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>16,8%</b>	<b>9,2%</b>	<b>34,2%</b>	<b>17,6%</b>	<b>61,5%</b>

Fonte: ABANC

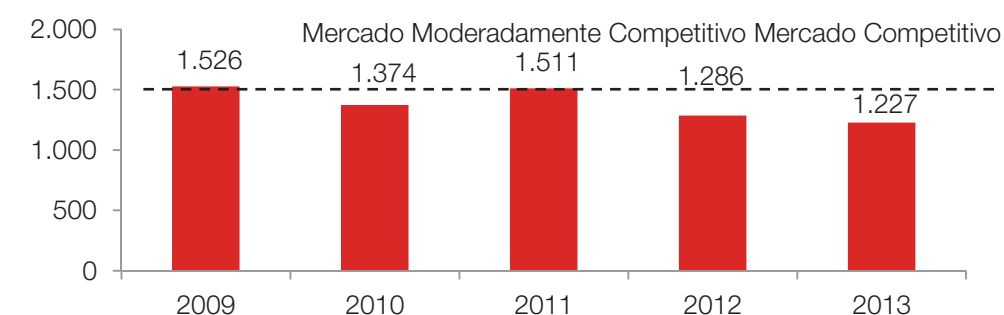
Analisando os níveis de concentração do mercado dos depósitos para 2013, é visível a continuação da tendência verificada no ano anterior, com a redução do índice de Herfindahl

<sup>57</sup> Os totais desta análise não coincidem com os valores do Quadro 23 para os exercícios de 2010 e 2011 pois o banco BKL não foi integrado na amostra por falta de dados.

(IHH) para níveis de maior competitividade no mercado, após flutuações do referido índice nos anos anteriores.

O facto de se registar uma desaceleração no crescimento do segmento de grande dimensão em termos de depósitos em 2012 e em 2013, reduzindo a sua quota de mercado face a 2011 em 6 p.p., também contribuiu significativamente para que o IHH diminuísse mais de 200 pontos, no sentido de um mercado mais competitivo.

#### Gráfico 31 –Índice de Herfindahl relativo aos Depósitos de Clientes

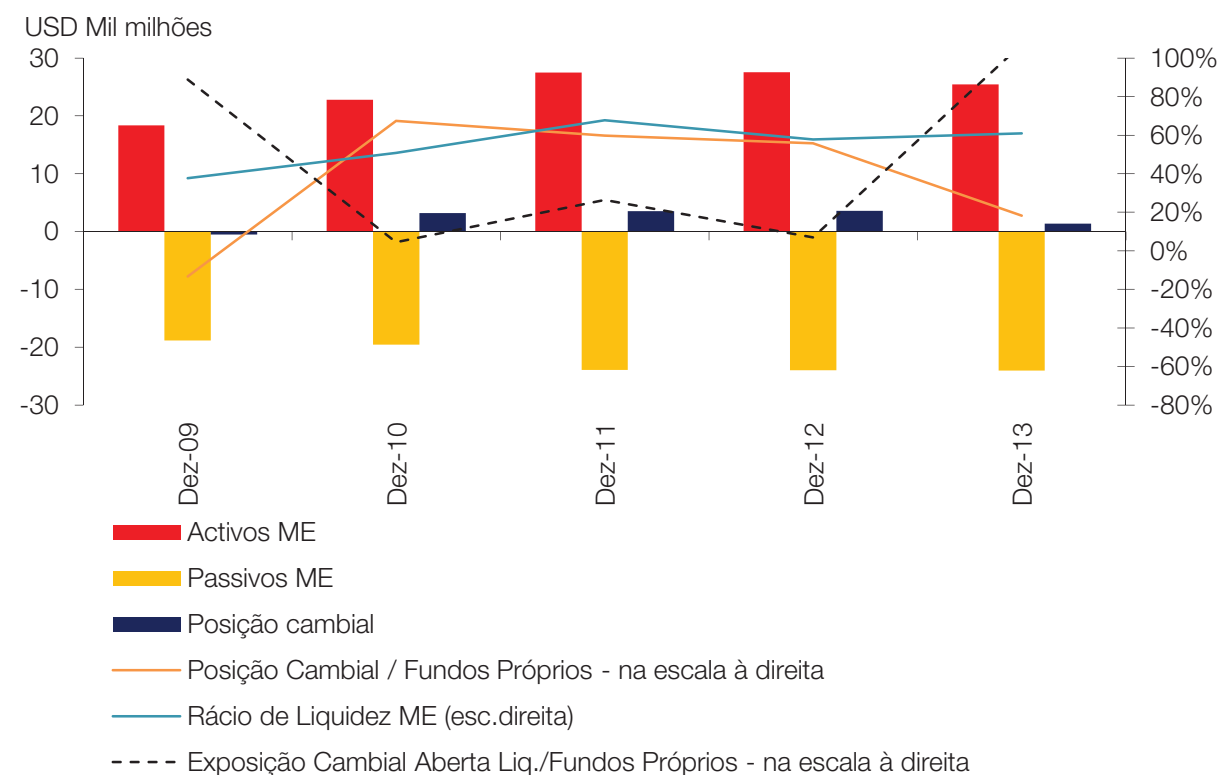


Fonte: ABANC

## Balanço em Moeda Estrangeira

O rácio de liquidez em ME variou de 57,8% para 60,8% em 2013. Nesse período, verificou-se a redução da posição cambial longa (activos em ME superiores a passivos em ME) do balanço agregado do sector bancário, de USD 3,6 mil milhões em Dezembro de 2012 para USD 1,4 mil milhões em Dezembro de 2013, essencialmente explicada pela conversão de crédito e de outros activos denominados em ME e MN.

Gráfico 32 – Evolução do Rácio de Posição Cambial e Liquidez em ME



Fonte: BNA; Cálculos ABANC

Regista-se a redução do crédito à economia em ME, em USD 7,9 mil milhões, mantendo-se a tendência de redução do peso do crédito em ME sobre o total do crédito, rondando os 36,7% em 2013 (contra os 43,3% em 2012).

A exposição ao risco cambial sobre os fundos próprios regulamentares aumentou de uma posição longa de 7,0% em Dezembro de 2012, para 16,4% em Dezembro de 2013, mantendo-se dentro do limite regulamentar de 20%. No entanto, este aumento é difícil de ser explicado, tendo em conta a redução da posição cambial longa (acima explicado) e que se verificou o resgate em Dezembro de 2013 de um elevado valor de OT indexadas à taxa de câmbio (59 mil milhões de Kwanzas), tendo implicado uma redução da exposição cambial longa.

## Quadro 26 – Balanço Agregado em Moeda Estrangeira

Em Milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	Dez-13	Dez-12	Dez-11	Dez-10	Dez-09
<b>Activos</b>	<b>2.476</b>	<b>2.641</b>	<b>2.617</b>	<b>2.111</b>	<b>1.639</b>
Disponibilidades em ME	1.101	1.074	1.213	690	508
No BNA	312	280	270	111	76
Sobre o exterior	587	623	831	496	409
Outras disponibilidades e aplicações	201	171	112	82	23
Crédito ao Governo Central	232	212	263	342	278
Crédito à Economia	1.075	1.156	1.065	1.053	851
Outros activos	69	199	77	27	2
<b>Passivos</b>	<b>-2.343</b>	<b>-2.296</b>	<b>-2.280</b>	<b>-1.814</b>	<b>-1.684</b>
Depósitos	-1.740	-1.773	-1.718	-1.297	-1.228
Outros Recursos	-34	-41	-66	-35	-50
Outras Responsabilidades c/Exterior	-569	-482	-496	-482	-407
<b>Posição Cambial</b>	<b>134</b>	<b>345</b>	<b>338</b>	<b>298</b>	<b>-45</b>
c/v USD milhões	1,4	3,6	3,5	3,2	0
<b>Fundos Próprios</b>	<b>732</b>	<b>619</b>	<b>566</b>	<b>442</b>	<b>336</b>
<b>Câmbio</b>	<b>97,381</b>	<b>95,826</b>	<b>95,282</b>	<b>92,643</b>	<b>89,398</b>
<b>Rácios</b>					
Posição Cambial / Fundos Próprios	18,3%	55,8%	59,7%	67,4%	-13,3%
Crédito ME / Depósitos ME	61,8%	65,2%	62,0%	81,2%	69,3%
Crédito ME / Total Crédito (MN+ME)	36,7%	43,3%	49,4%	62,9%	64,0%
Rácio de Liquidez em ME <sup>58</sup>	60,8%	57,8%	67,8%	50,8%	37,7%
Numerário ME/Depósitos ME	2,3%	2,8%	2,8%	2,4%	3,6%
Depósitos ME / Total depósitos (MN+ME)	2,4%	45,7%	50,8%	51,5%	50,7%
Crédito MN / Depósitos MN	44,5%	82,2%	70,5%	56,5%	56,1%
Exposição Cambial Aberta Líquida / Fundos Próprios	16,4%	7,0%	21,1%	4,5%	88,8%

Fonte: BNA

<sup>58</sup> Ver Metodologia.



## Demonstração de Resultados

No exercício de 2013, o resultado líquido agregado foi de 105 mil milhões de Kwanzas, o que representa um crescimento de 29,0% em relação ao ano anterior. A rentabilidade obtida pelas instituições bancárias provém do aumento da margem financeira e da redução das provisões para crédito de cobrança duvidosa, resultando no crescimento dos resultados de intermediação financeira em 15,4%.

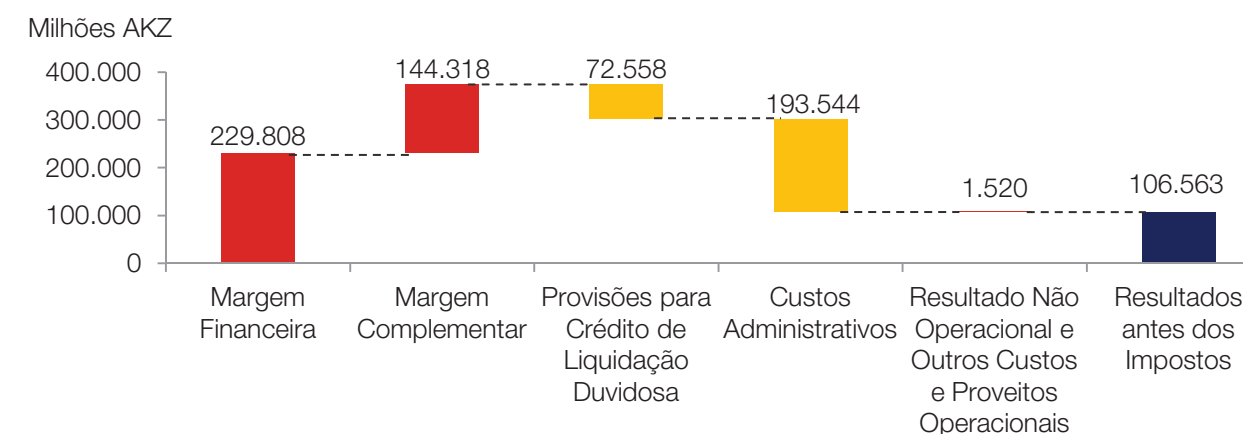
### Quadro 27 – Decomposição da Demonstração de Resultados

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Margem Financeira</b>	<b>229.808</b>	<b>205.796</b>	<b>220.061</b>	<b>192.693</b>	<b>121.070</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	61,4%	58,8%	65,9%	69,0%	52,2%
Taxa de Crescimento Anual	11,7%	-6,5%	14,2%	59,2%	35,4%
<b>Margem Complementar</b>	<b>144.318</b>	<b>144.339</b>	<b>114.085</b>	<b>90.974</b>	<b>110.825</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	38,6%	41,2%	34,1%	32,6%	47,8%
Taxa de Crescimento Anual	0,0%	26,5%	25,4%	-17,9%	114,4%
<b>Produto Bancário Bruto</b>	<b>374.126</b>	<b>350.135</b>	<b>334.146</b>	<b>279.339</b>	<b>231.895</b>
Taxa de Crescimento Anual	6,9%	4,8%	19,6%	20,5%	64,3%
<b>Provisões</b>	<b>79.563</b>	<b>101.212</b>	<b>73.078</b>	<b>51.372</b>	<b>40.066</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	21,3%	28,9%	21,9%	18,4%	17,3%
Taxa de Crescimento Anual	-20,8%	38,8%	42,6%	26,3%	101,4%
<b>Resultados de Intermediação</b>	<b>301.568</b>	<b>254.932</b>	<b>266.778</b>	<b>240.140</b>	<b>205.861</b>
Taxa de Crescimento Anual	18,3%	-4,4%	11,1%	16,7%	70,2%
<b>Custos Administrativos</b>	<b>193.544</b>	<b>168.545</b>	<b>137.091</b>	<b>109.455</b>	<b>80.616</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	51,7%	48,1%	41,0%	39,2%	34,8%
Taxa de Crescimento Anual	14,8%	22,9%	25,2%	35,8%	46,1%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>106.751</b>	<b>89.630</b>	<b>130.895</b>	<b>131.852</b>	<b>112.995</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	28,5%	25,6%	39,2%	47,2%	48,7%
Taxa de Crescimento Anual	19,1%	-31,5%	-0,7%	16,7%	54,5%
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>-189</b>	<b>5.512</b>	<b>2.654</b>	<b>1.755</b>	<b>-566</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	-0,1%	1,6%	0,8%	0,6%	-0,2%
Taxa de Crescimento Anual	-103,4%	107,7%	51,2%	410,1%	-251,6%
<b>Encargos sobre o Resultado</b>	<b>16.265</b>	<b>13.907</b>	<b>7.223</b>	<b>5.880</b>	<b>9.549</b>
Em % do Produto Bancário Bruto	4,3%	4,0%	2,2%	2,1%	4,1%
Taxa de Crescimento Anual	17,0%	92,5%	22,8%	-38,4%	24,4%
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>91.873</b>	<b>81.235</b>	<b>126.326</b>	<b>127.727</b>	<b>102.881</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>13,1%</b>	<b>-35,7%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>24,2%</b>	<b>57,5%</b>

Fonte: Relatórios e Contas

### Gráfico 33 - Formação do Resultado Antes dos Impostos Agregado em 2013



Fonte: Relatórios e Contas

Na formação do resultado agregado, antes dos impostos, observa-se que a margem financeira permanece como a componente de maior peso, representando 61,4% do produto bancário em 2013. A variação do resultado agregado também contou com o contributo da redução das provisões para crédito de cobrança duvidosa, em 23 mil milhões de Kwanzas, e da desaceleração no crescimento dos custos administrativos, quantificado em 14,8% (em contraste a variação em 2012 na ordem dos 22,9% e em 2011 em 25,2%).

O resultado do segmento de média dimensão apresentou maior crescimento relativo em 2013, na ordem dos 107,0%, o que alavancou a evolução positiva do resultado agregado nesse período. Em contrapartida, os segmentos de grande e pequena dimensão reduziram o seu lucro em 2013, em comparação ao período homólogo, mantendo a trajectória descendente iniciada em 2011.

É de salientar que, com a excepção do exercício de 2013, o segmento de grande dimensão tem tido maior contributo na formação do resultado agregado, quer influenciando positivamente para a subida do resultado agregado, como sucedeu em 2009 e 2010, quer influenciando negativamente para a descida, como ocorreu em 2011 e 2012.

### Quadro 28 - Decomposição do Resultado do Exercício por Dimensão<sup>59</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010
<b>Grande Dimensão</b>				
Resultado do Exercício	66.467	67.557	103.966	106.006
Quota de Mercado	72,3%	83,2%	82,4%	83,0%
Taxa de Crescimento Anual	-1,6%	-35,0%	-1,9%	29,6%
Contribuição para a Variação Agregada	-1,3%	-28,9%	-1,6%	23,5%
<b>Média Dimensão</b>				
Resultado do Exercício	24.026	11.606	19.696	18.872
Quota de Mercado	26,2%	14,3%	15,6%	14,8%
Taxa de Crescimento Anual	107,0%	-41,1%	4,4%	-2,1%
Contribuição para a Variação Agregada	15,3%	-6,4%	0,6%	-0,4%
<b>Pequena Dimensão</b>				
Resultado do Exercício	1.380	2.072	2.542	2.810
Quota de Mercado	1,5%	2,6%	2,0%	2,2%
Taxa de Crescimento Anual	-33,4%	-18,5%	-9,5%	55,6%
Contribuição para a Variação Agregada	-0,9%	-0,4%	-0,2%	1,0%
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>91.873</b>	<b>81.235</b>	<b>126.204</b>	<b>127.688</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>13,1%</b>	<b>-35,6%</b>	<b>-1,2%</b>	<b>24,1%</b>

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Desagregando a margem financeira, os custos de instrumentos financeiros apresentam um ligeiro crescimento de 2,8% em 2013, contraposto com uma evolução mais acentuada dos proveitos financeiros, um aumento de 24 mil milhões de Kwanzas face ao ano homólogo, justificada pelo crescimento relativo dos proveitos com créditos e com aplicações de liquidez, quantificado em 9,0% e 13,1% respectivamente.

### Quadro 29 - Evolução da Margem Financeira

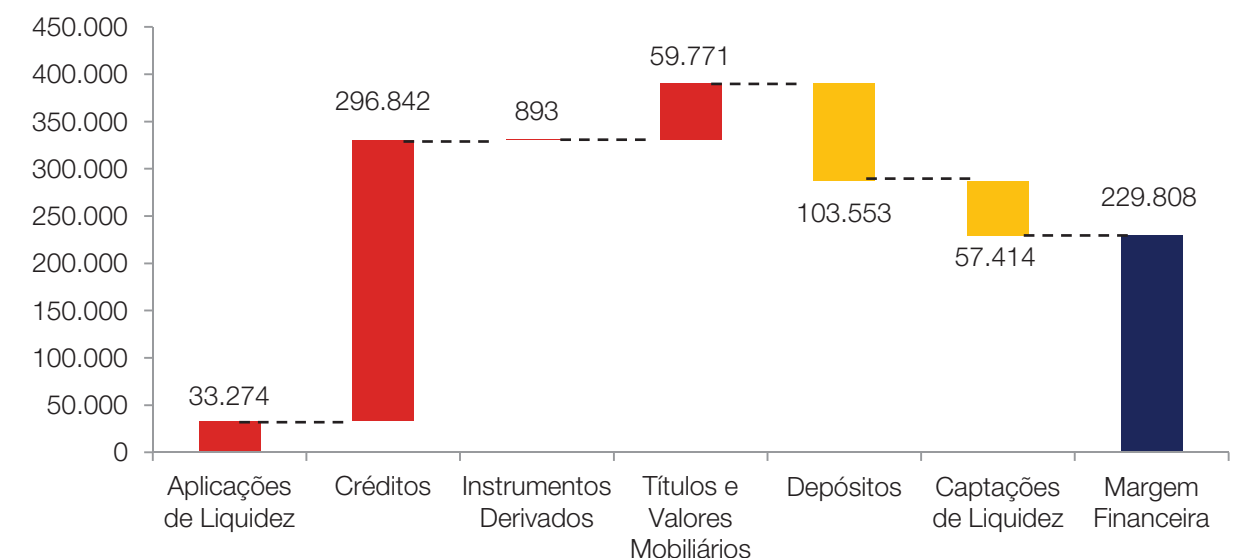
Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Proveitos de Instrumentos Activos</b>	<b>390.777</b>	<b>362.398</b>	<b>376.387</b>	<b>318.212</b>	<b>205.945</b>
Taxa de Crescimento Anual	7,8%	-3,7%	18,3%	54,5%	44,2%
<b>Custos de Instrumentos Passivos</b>	<b>160.969</b>	<b>156.603</b>	<b>156.327</b>	<b>125.519</b>	<b>84.875</b>
Taxa de Crescimento Anual	2,8%	0,2%	24,5%	47,9%	59,0%
<b>Margem Financeira</b>	<b>229.808</b>	<b>205.796</b>	<b>220.061</b>	<b>192.693</b>	<b>121.070</b>
Taxa de Crescimento Anual	11,7%	-6,5%	14,2%	59,2%	35,4%

Fonte: Relatórios e Contas; IFs; ABANC

### Gráfico 34 – Decomposição da Margem Financeira em 2013

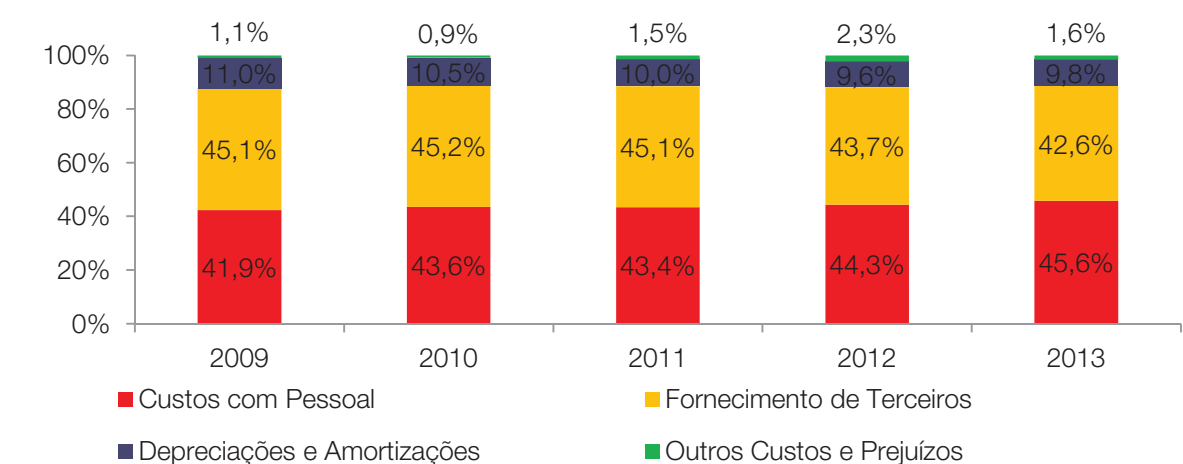
Milhões AKZ



Fonte: Relatórios e Contas

Quanto à estrutura dos custos administrativos, é visível a continuação da desaceleração da taxa de crescimento dos custos administrativos agregados, embora se mantenha a tendência para o crescimento dos valores absolutos, observada nos anos anteriores. Custos com pessoal permanece como a componente de maior expressão no total dos custos administrativos em 2013, correspondente a 45,6% do peso total, à semelhança da representatividade dos custos com fornecimentos de terceiros, com 42,6% do total dos custos administrativos.

### Gráfico 35 – Estrutura dos Custos Administrativos<sup>60</sup>



Fonte: Relatórios e Contas

<sup>59</sup> Os totais desta análise não coincidem com os valores para os exercícios de 2011 e 2010 no Quadro 27 pois o banco BKI não foi integrado da amostra por falta de dados.

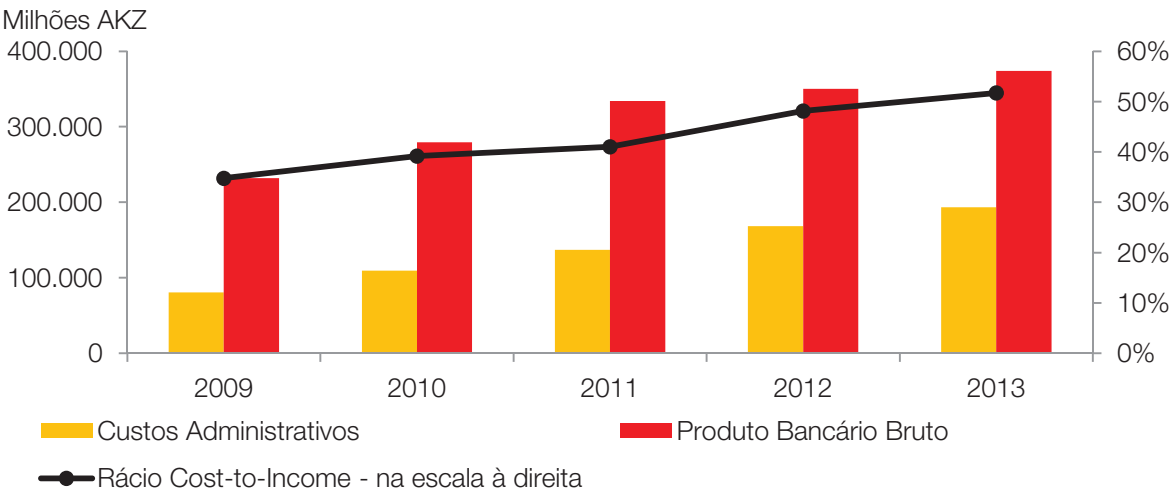
<sup>60</sup> Para a análise das componentes dos custos administrativos, a amostra em 2011, 2012 e 2013 consiste em 21 instituições, pois o banco BKI não foi integrado por falta de dados desagregados. Em 2009 a amostra não integra os bancos BKI e BMF.



A variação anual dos custos administrativos em 14,8% confirma o investimento feito na expansão da rede de agências bancárias, na maior contratação de funcionários bancários, nas estratégias de diversificação de serviços e na crescente sofisticação tecnológica que a acompanharam.

Como consequência, o rácio cost-to-income tem vindo a crescer, com uma variação de 4 p.p. para 51,7% em 2013, revelando que os custos de estrutura têm um crescimento mais acentuado que o produto bancário durante o período em análise.

Gráfico 36 – Evolução do Rácio Cost-to-Income<sup>61</sup>



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

<sup>61</sup> Ver Metodologia.

Rentabilidade

Em 2013, a Rentabilidade dos Activos Médios (ROAA) aumentou de 1,5% para 1,7%, manifestando o aumento da margem financeira e a redução das provisões para crédito de cobrança duvidosa.

Quadro 30 – Estrutura da Rentabilidade (%)

Valores em percentagens	2013	2012	2011	2010	2009
Margem Financeira	0,9	0,9	1,2	1,3	1,0
Lucros em Operações Financeiras	1,2	1,3	1,4	1,4	2,2
Comissões e Proveitos	1,1	1,3	1,0	0,9	1,3
Produto Bancário	6,0	6,4	7,2	7,4	7,6
Custos de Estrutura	3,1	3,1	3,0	2,9	2,6
Resultados de Exploração	1,7	1,6	2,8	3,5	3,7
Provisões	1,3	1,8	1,6	1,4	1,3
Resultados Extraordinários	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Resultados antes dos Impostos	1,7	1,7	2,9	3,5	3,7
Encargos sobre o Resultado	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3
ROAA	1,5	1,5	2,7	3,4	3,4
Grau de Alavancagem	9,4	9,5	9,3	9,8	10,2
ROAE	13,7	14,0	25,4	33,0	34,3

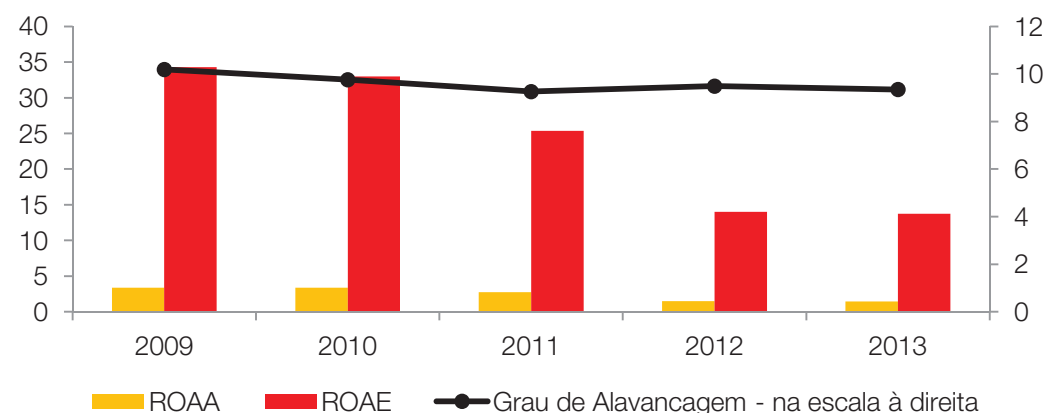
Valores em milhões de Kwanzas	2013	2012	2011	2010	2009
Activo Médio	6.258.673	5.505.604	4.614.619	3.775.167	3.058.096
Fundos Próprios Médios	669.200	579.990	498.169	387.311	300.134

Fonte: Relatórios e Contas

O grau de alavancagem regista uma ligeira descida de 0,1 p.p., passando de 9,5 em 2012 para 9,4 em 2013, o que indica que, em termos proporcionais, os fundos próprios médios cresceram mais rapidamente que os activos médios, à semelhança ao que se observou no ano anterior.

Consequentemente, a Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE), em termos agregados, continuou a sua trajectória decrescente, apresentando um valor de 13,7% (face os 14,0% em 2012 e os 25,4,% em 2011).

Gráfico 37 – Evolução do ROAE e ROAA (%)



Fonte: ABANC

O segmento de média dimensão apresenta uma maior rentabilidade relativa dos capitais próprios em 2013, contrariando a tendência observada em anos anteriores, em que o segmento de grande dimensão obteve os valores mais elevados do sector para o ROAE. Em relação ao ROAA, o segmento de pequena dimensão tem obtido maior rentabilidade dos activos médios, com excepção dos exercícios de 2013.

Gráfico 38 - ROAE por dimensão

Valores em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
ROAA	1,5%	1,6%	2,9%	3,6%	3,4%
ROAE	13,8%	16,2%	29,0%	38,6%	37,6%
<b>Média Dimensão</b>					
ROAA	1,5%	0,9%	2,1%	2,5%	3,4%
ROAE	14,7%	8,0%	15,8%	19,3%	27,6%
<b>Pequena Dimensão</b>					
ROAA	1,1%	2,0%	3,8%	5,9%	4,6%
ROAE	5,7%	11,2%	21,2%	27,1%	27,4%

Fonte: ABANC

## Análise do Valor Acrescentado Bruto

No contexto do sector bancário, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) é calculado como o somatório de todos os montantes que foram distribuídos pelas instituições financeiras via salários e impostos pagos, encargos financeiros incorridos e lucros obtidos como remuneração dos intervenientes no processo produtivo. Este indicador é usado para medir o impacto causado pela actividade do sector bancário na economia e o retorno devido a todos os seus beneficiários (accionistas, administração, credores, trabalhadores e Governo), através da soma dos rendimentos transferidos para a economia.

Quadro 31 - Decomposição do Valor Acrescentado Bruto<sup>62</sup>

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Retribuição ao Pessoal</b>	<b>86.902</b>	<b>74.580</b>	<b>59.001</b>	<b>47.501</b>	<b>32.938</b>
Em % do VAB	21,7%	21,1%	15,8%	14,7%	13,4%
Taxa de Crescimento Anual	16,5%	26,4%	24,2%	44,2%	-
Contribuição para a Variação Agregada	3,5%	4,2%	3,6%	5,9%	-
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>10.037</b>	<b>8.844</b>	<b>6.848</b>	<b>4.817</b>	<b>2.934</b>
Em % do VAB	2,5%	2,5%	1,8%	1,5%	1,2%
Taxa de Crescimento Anual	13,5%	29,1%	42,2%	64,2%	-
Contribuição para a Variação Agregada	0,3%	0,5%	0,6%	0,8%	-
<b>Custos Financeiros</b>	<b>175.490</b>	<b>158.525</b>	<b>158.396</b>	<b>129.907</b>	<b>86.193</b>
Em % do VAB	43,9%	44,8%	42,5%	40,2%	35,2%
Taxa de Crescimento Anual	10,7%	0,1%	21,9%	50,7%	-
Contribuição para a Variação Agregada	4,8%	0,0%	8,8%	17,9%	-
<b>Impostos</b>	<b>20.583</b>	<b>15.534</b>	<b>14.601</b>	<b>6.742</b>	<b>10.386</b>
Em % do VAB	5,2%	4,7%	3,9%	2,1%	4,2%
Taxa de Crescimento Anual	24,5%	13,2%	116,6%	-35,1%	-
Contribuição para a Variação Agregada	1,1%	0,2%	2,4%	-1,5%	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>106.562</b>	<b>95.142</b>	<b>133.549</b>	<b>133.607</b>	<b>112.428</b>
Em % do VAB	26,7%	26,9%	35,9%	41,4%	45,9%
Taxa de Crescimento Anual	12,0%	-28,8%	0,0%	18,8%	-
Contribuição para a Variação Agregada	3,2%	-10,3%	0,0%	8,6%	-
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	<b>399.573</b>	<b>353.624</b>	<b>372.394</b>	<b>322.574</b>	<b>244.879</b>
Taxa de Crescimento Anual	13,0%	-5,0%	15,4%	31,7%	-
<b>VAB em % do PIB Nominal</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,2%</b>	<b>3,8%</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,1%</b>
<b>VAB em % do PIB Não Petrolífero</b>	<b>5,8%</b>	<b>6,0%</b>	<b>7,6%</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,7%</b>

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

<sup>62</sup> Ver Metodologia.

De um modo global, o VAB do sector bancário cresceu na ordem dos 10,3% no período 2009-2013. Em 2013, retomou-se a tendência de crescimento do VAB, após um decréscimo no ano anterior, com uma variação na ordem dos 13,0%, perfazendo um total de 400 mil milhões de Kwanzas. O aumento dos custos financeiros, dos custos com o pessoal, do resultado líquido e dos impostos tiveram maior contributo para a evolução agregado do VAB no período, sendo estas as componentes de maior expressão na estrutura do VAB. Mais especificamente, a componente dos impostos directos e indirectos foi a que expressou maior crescimento em 2013, fruto da reforma tributária, que afectou o sector bancário através do alargamento da base tributária do imposto do selo e do imposto sobre aplicação de capitais.

Analisando o peso do VAB sobre o PIB nominal em 2013, a actividade do sector bancário pesava aproximadamente 3,4% do PIB nacional, o que revela uma tendência decrescente do seu contributo na economia desde 2009, apesar do sector dos serviços mercantis (onde a actividade bancária se enquadra) manter o seu peso na estrutura percentual do PIB (uma média aproximada de 21,6% no período em análise). Em relação ao PIB do sector não petrolífero, verifica-se a mesma tendência decrescente, em que o VAB do sector bancário representa 5,8% desse PIB em 2013.

Esta variação pode justificar-se pelos resultados positivos dos esforços envidados para a maior diversificação da economia traduzirem-se no crescimento do sector não petrolífero (exceptuando os serviços mercantis) mais acelerado, em termos agregados, que o crescimento observado no sector dos serviços mercantis (onde o sector bancário se insere), cujo peso na estrutura do PIB não tem registado grande variação desde 2009.

## Indicadores do Sistema Bancário

### Indicadores do Balanço

#### Quadro 32 – Indicadores do Balanço<sup>63</sup>

Valores em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
Rácio de Transformação	56,5%	57,9%	50,8%	54,6%	55,7%
Liquidez Reduzida	18,4%	20,5%	20,5%	22,7%	21,5%
Liquidez de Curto Prazo	34,0%	32,6%	37,0%	36,3%	36,2%
Financiamento do Activo Financeiro	87,4%	88,2%	88,2%	87,6%	89,8%
Relevância de Recursos de Clientes	83,5%	79,5%	83,8%	76,9%	77,1%
Solvabilidade Bruta	11,3%	10,5%	10,9%	10,7%	9,6%

Fonte: ABANC

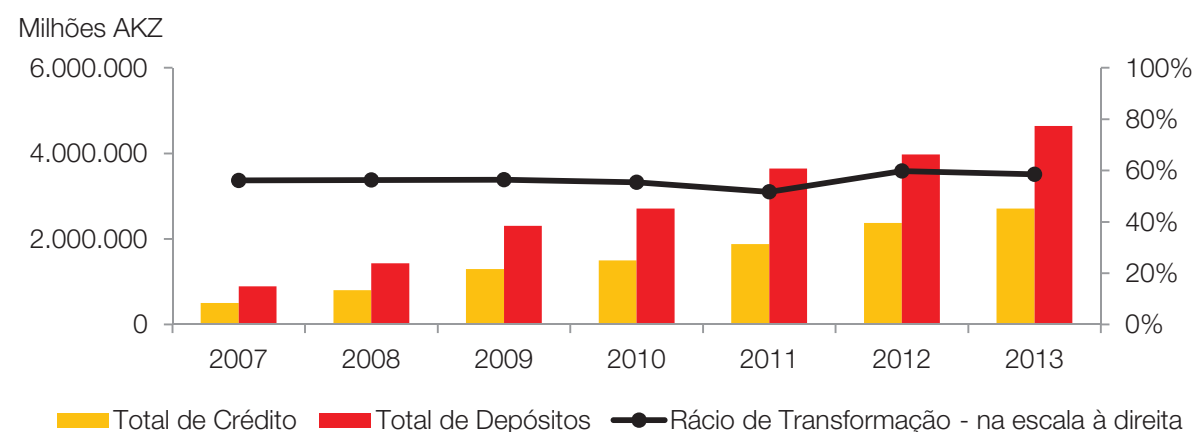
O sector apresenta um rácio de liquidez de curto prazo por volta dos 34,0%, o que nos indica que possui aplicações de curto prazo em níveis suficientes para que estes fundos possam ser convertidos em numerário, com facilidade, de modo a satisfazer as necessidades operacionais de liquidez.

O rácio de solvabilidade bruta indica-nos qual o peso dos fundos próprios no financiamento do activo, e para o exercício de 2013 o sector bancário registou um rácio de 11,3%, o valor máximo observado no período em análise. Para o mesmo período, o rácio de solvabilidade regulamentar situa-se nos 19,5%, bem acima do limite estabelecido pelo BNA, revelando maior solidez do sistema financeiro, em termos financeiros. É de salientar que o rácio de solvabilidade regulamentar foi alterado em 2011, através do Instrutivo nº 3/2011, de 8 de Junho, de modo a alinhar os requisitos de fundos próprios às diferenças o risco de crédito entre MN e ME.

O rácio de transformação teve uma redução de 1 p.p. em 2013 para 56,5%, após ter decrescido em 2010 e 2011, decorrente do facto de depósitos de clientes ter registado um crescimento mais acentuado que o crédito concedido. Coincidente com a distribuição da quota de mercado do crédito e depósitos por segmentos, as instituições de grande dimensão têm maior grau alavancagem, com 58,8%, seguidas das instituições de média dimensão e as instituições de pequena dimensão, com 50,5% e 49,4% respectivamente.

<sup>63</sup> Ver Metodologia.

Gráfico 39 – Evolução do Rácio de Transformação<sup>64</sup>



Fonte: ABANC

A evolução do crédito bancário tem acompanhado o desenvolvimento da economia nacional, tendo alcançado, no fim do período em análise, uma representatividade de 39,2% do PIB do sector não petrolífero, uma diminuição de 1 p.p. em relação a 2012. Do mesmo modo, o rácio depósitos sobre PIB não petrolífero registou uma ligeira redução em 2013 de 0,1 p.p. para 67,1%, acompanhando a desaceleração do crescimento desta rubrica. De um modo geral, esta variação é demonstrativa de uma evolução positiva da actividade bancária, pois no todo, os créditos e depósitos têm tido um crescimento mais acelerado que o PIB nominal, que nos indica que o sector bancário tem aumentado a sua capacidade de captação do recurso de clientes, que tem sido canalizados para o financiamento da economia.

### Quadro 33- Indicadores de Profundidade Financeira

Valores em percentagens

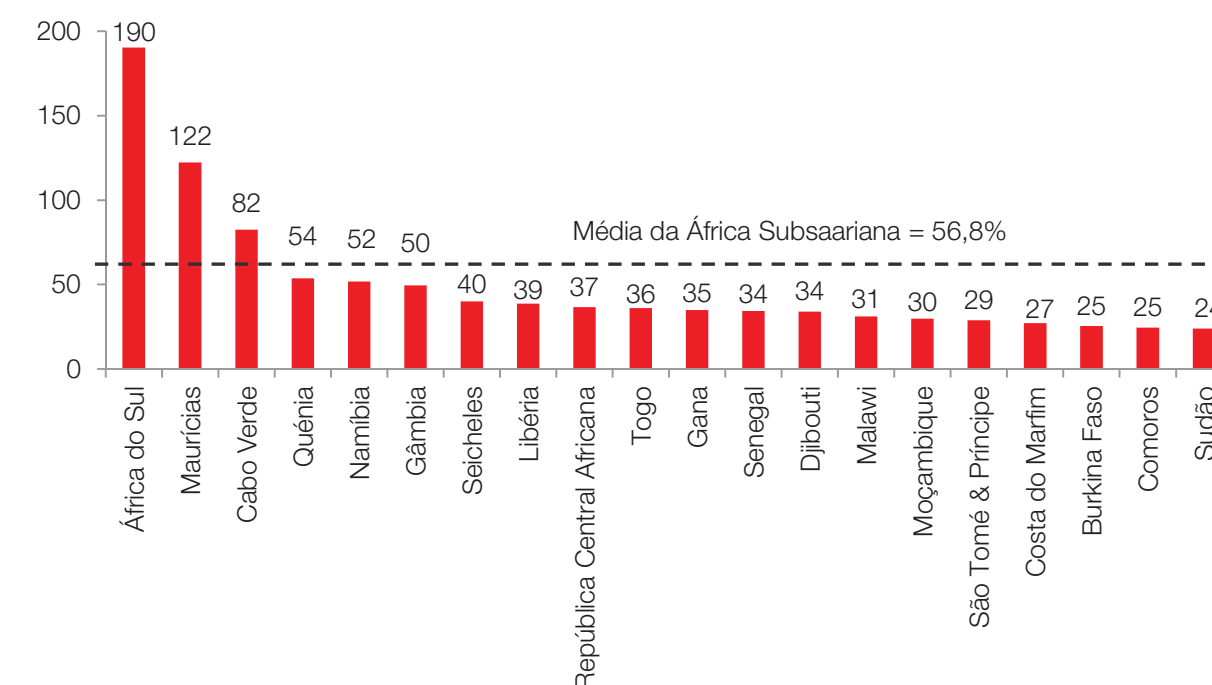
	2013	2012	2011	2010	2009
Massa Monetária M3 sobre PIB Nominal	37,7%	36,3%	37,6%	36,0%	42,5%
Massa Monetária M2 sobre PIB Nominal	37,2%	35,5%	36,1%	34,6%	38,5%
Depósitos sobre PIB Nominal	39,4%	36,5%	37,5%	35,7%	38,5%
Depósitos sobre PIB Não Petrolífero	67,1%	67,4%	74,5%	67,8%	72,5%
Crédito sobre PIB Nominal	23,0%	21,8%	19,4%	19,8%	21,7%
Crédito sobre PIB Não Petrolífero	39,2%	40,3%	38,5%	37,6%	40,9%

Fonte: ABANC

Apesar do peso do crédito sobre o PIB ter crescido nos últimos anos, esta relação é relativamente baixa, se comparado com a média da África Subsaariana, que rondava os 56,8% em 2013.

<sup>64</sup> Também conhecido por Rácio de Intermediação Financeira. Ver Metodologia.

Gráfico 40- Crédito ao Sector Privado (% do PIB) em 2013



Fonte: Banco Mundial

### Rácio Activo Total por Número de Funcionários

O rácio total de activos por número de funcionários avalia o emprego eficiente dos recursos humanos. Com a excepção do exercício de 2010, este rácio tem evoluído positivamente, significando que o activo agregado tem crescido a um ritmo mais rápido que o número de funcionários.

Em 2013, verifica-se um aumento de 3,1 p.p., devido ao facto de que a variação do total de activos ter sido mais acentuada que a evolução de número de funcionários, apesar da desaceleração da taxa de crescimentos das componentes que compõem este rácio. Este rácio indica que o sector bancário tem progredido quanto à sua eficiência operacional, pois cada funcionário bancário tem em média, sob a sua gestão, 350 milhões de Kwanzas de activos em 2013.

### Quadro 34 – Evolução do Rácio Total de Activos por Número de Funcionários

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Total do Activo</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.842</b>	<b>5.114.365</b>	<b>4.114.872</b>	<b>3.435.461</b>
Taxa de Crescimento Anual	12,3%	15,3%	24,3%	19,8%	31,9%
<b>Número Total de Funcionários</b>	<b>18.918</b>	<b>17.119</b>	<b>14.890</b>	<b>13.043</b>	<b>10.747</b>
Taxa de Crescimento Anual	10,5%	15,0%	14,2%	21,4%	19,2%
<b>Rácio Activo por Funcionário</b>	<b>350,0</b>	<b>344,5</b>	<b>343,5</b>	<b>315,5</b>	<b>319,7</b>
Variação Anual (p.p.)	5,5	1,0	28,0	-4,2	30,9

Fonte: ABANC

## Rácio Produto Bancário por Número de Funcionários

O rácio produto bancário por número de funcionários decresceu em 2013, indicando que o número de funcionários sofreu uma evolução mais acelerada que o produto bancário. Este rácio sugere que cada funcionário bancário contribuiu, em média, com 20 milhões de Kwanzas para a formação do produto bancário.

### Quadro 35 – Evolução do Rácio Produto Bancário por Número de Funcionários

Valores em milhões de Kwanzas, excepto percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Produto Bancário Bruto</b>	<b>374.126</b>	<b>350.135</b>	<b>334.146</b>	<b>279.339</b>	<b>231.895</b>
Taxa de Crescimento Anual	6,9%	4,8%	19,6%	20,5%	64,3%
<b>Número de Funcionários</b>	<b>18.918</b>	<b>17.119</b>	<b>14.890</b>	<b>13.043</b>	<b>10.747</b>
Taxa de Crescimento Anual	10,5%	15,0%	14,2%	21,4%	19,2%
<b>Rácio Produto Bancário por Funcionário</b>	<b>19,8</b>	<b>20,5</b>	<b>22,4</b>	<b>21,4</b>	<b>21,6</b>
Variação Anual (p.p.)	-0,7	-2,0	1,0	-0,2	5,9

Fonte: ABANC

## Rácio Funcionários por Balcão

Quanto ao rácio funcionários por balcão, a rede de balcões tem aumentado a um ritmo mais acelerado que o número de funcionários, implicando a redução progressiva do rácio para 12,0 funcionários por balcão em 2013. Por outro lado, pelo facto de ambas componentes apresentarem uma tendência de crescimento no período, confirma-se os esforços feitos no sentido de expandir a distribuição da rede bancária para todo o país.

### Quadro 36 – Evolução do Rácio Funcionários por Balcão

	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Número Total de Funcionários</b>	<b>10.747</b>	<b>13.043</b>	<b>14.890</b>	<b>17.104</b>	<b>18.701</b>
Taxa de Crescimento Anual	16,3%	21,4%	14,2%	14,9%	9,3%
<b>Número de Balcões</b>	<b>791</b>	<b>1.006</b>	<b>1.179</b>	<b>1.373</b>	<b>1.552</b>
Número de Balcões - Taxa de Crescimento Anual	31,4%	27,2%	17,2%	16,5%	13,0%
<b>Rácio Funcionários por Balcão</b>	<b>13,6</b>	<b>13,0</b>	<b>12,6</b>	<b>12,5</b>	<b>12,0</b>
Variação Anual (p.p.)	-1,8	-0,6	-0,3	-0,2	-0,4

Fonte: ABANC

## Síntese de Indicadores do Sistema Bancário

O quadro seguinte sintetiza a actividade para o conjunto de instituições em análise, nas categorias de adequação de capital, qualidade dos activos, rentabilidade e liquidez.

### Quadro 37 – Indicadores do Sistema Bancário<sup>65</sup>

Valores em percentagens

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Adequação do Capital</b>					
Solvabilidade = FPR/APR + (ECRC/0,10)	19,5	18,3	18,5	18,6	19,5
Fundos Próprios de Base (Nível 1)/(Activos Ponderadores para Risco)	14,3	13,6	14,3	17,9	14,7
<b>Qualidade dos Activos</b>					
Credito ME/Crédito Total	37,8	42,7	50,9	64,9	65,3
Crédito Vencido/Crédito Total	9,8	6,8	2,4	8,6	2,6
(Crédito Vencido - Provisões para Crédito)/FPR	22,3	11,6	4,0	24,0	11,6
<b>Distribuição de Crédito por Sector de Actividade</b>					
Crédito ao Sector Público / Crédito Total	3,7	5,7	5,4	4,4	9,4
Crédito ao Sector Privado / Crédito Total	96,3	94,3	94,6	95,6	90,6
<b>Lucro e Rentabilidade</b>					
Rendibilidade dos Activos (ROA)	1,4	1,6	2,6	3,0	3,4
Rendibilidade do Capital (ROE)	10,9	12,5	21,6	32,1	36,5
Cost-to-Income	53,7	99,4	90,2	84,0	45,5
Taxa de Empréstimos - Taxa de Depósitos à Ordem (Spread)	13,9	13,3	9,1	16,1	9,0
Taxa de Depósitos de Poupanças	4,1	7,0	8,6	1,7	8,6
Margem Financeira / Margem Bruta de Intermediação	62,5	59,8	67,3	68,2	26,7
<b>Liquidez</b>					
Activos Líquidos / Activos Totais	30,1	26,3	28,1	32,0	31,4
Activos Líquidos / Passivos de Curto Prazo	36,9	33,7	35,4	38,6	56,9
Crédito Total / Depósitos Totais	63,3	65,5	59,5	60,6	55,8
Passivo ME / Passivo Total	43,0	50,7	53,6	53,7	54,9
<b>Sensibilidade e Mutações do Mercado</b>					
Exposição Cambial Aberta Líquida / Fundos Próprios	16,4	7,2	21,1	4,5	88,8

Fonte: BNA

<sup>65</sup> Esta tabela corresponde aos indicadores do sistema bancário, publicados pelo BNA e alguns valores diferem dos dados calculados pela ABANC.



## **Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões**





## VII. Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões

O ano 2013 foi marcado pela intensificação da desdolarização da economia e a conclusão da implementação do novo regime cambial aplicável ao sector petrolífero, em simultâneo com a manutenção da taxa de inflação abaixo dos 9% (o que constituiu um mínimo histórico), a estabilização da taxa de câmbio e a materialização de programas para a diversificação da economia, intensificação da industrialização e fortalecimento do empreendedorismo.

Em 2013, a economia angolana esteve, ainda, muito dependente das conjunturas do sector petrolífero (e, em menor medida, de outras indústrias extractivas), e a Banca nacional, como não poderia deixar de ser, acusou também os efeitos desta dependência. E, para mais, teve de lidar com a crise das Dívidas Soberanas europeias, não directamente, mas através dos danos que esta crise ia provocando nos mercados interbancários europeus, onde a Banca nacional tem uma parte relevante das suas actividades de correspondência bancária.

O sistema financeiro está a vivenciar profundas transformações, com (i) a introdução de um quadro regulatório e prudencial mais sofisticado e de acordo com as práticas aceites internacionalmente; (ii) maior eficiência e complexidade do sistema de pagamentos e (iii) a introdução de novas soluções de financiamento. Paralelamente, assistiu-se à maior informatização dos serviços e a utilização de novas tecnologias ao serviço da melhoria da eficiência operativa e da qualidade dos serviços prestados, em resposta aos desafios associados com dinamização do sector, a expansão da rede bancária em todo o território nacional e a necessidade de maior inclusão financeira.

Neste cenário, é de realçar os progressos na organização e funcionamento das instituições bancárias, com destaque para a governação, estratégias e políticas de gestão de riscos, reforço das relações de confiança com os clientes e aumento de transparência, pois o mercado bancário tem crescido de forma consistente e o clima concorrencial tem-se acentuado fortemente nos últimos anos.

Por outro lado, pode-se constatar maior sinistralidade na carteira de crédito, evidenciada pelo aumento dos níveis de incumprimento. Este elevado nível de inadimplência, ao erodir os capitais próprios dos Bancos, limita a produção de novos créditos bancários, o que leva ao cenário actual, caracterizado por: (i) desaceleração da taxa de crescimento da carteira de crédito bancário; (ii) pela uma maior preferência pela liquidez na estrutura do activo da Banca; (iii) e adopção de exigências contratuais e garantias mais rígidas.

É visível um forte crescimento dos índices de bancarização, quer em consequência das políticas dirigidas à inclusão financeira que estão em curso, quer através da expansão dos serviços bancários, sendo esta uma prioridade na maioria dos planos de negócios dos players do mercado bancário. A cobertura dos serviços bancários está a expandir-se por toda a extensão do território nacional, evidenciada (i) pelo aumento da rede bancária; (ii) pela redução dos municípios sem acesso a serviços bancários; (iii) pela redução da distância entre as agências e (iv) pela redução do número de clientes que cada agência serve. O maior investimento em canais que permitem a realização de operações bancárias sem a necessidade de se deslocar para uma agência física, como os terminais de pagamento electrónicos, os serviços de *homebanking*, através da internet, por chamada telefónica ou por mensagens SMS, tem tido um impacto substancial na maior disponibilidade dos serviços bancários.

Pese os níveis crescentes de competitividade e de descentralização gradual, ainda é visível alguma concentração bancária em torno do segmento de grande dimensão, que tem como consequência que estas instituições possuam parcelas significativas dos mercados de captação de recursos e de financiamento. Porém, a crescente representatividade do segmento de média dimensão indica que estas instituições estão a aumentar a sua eficiência e a introduzir produtos financeiros atractivos para o mercado, complementando a actividade desenvolvida pelo segmento de grande dimensão.

No todo, a actividade bancária continua a desenvolver-se a bom ritmo, facto atestado pela tendência de crescimento em 2013 para as rubricas em análise, com maior destaque para os activos, créditos e os depósitos, apesar da desaceleração das taxas de crescimento no geral, quando comparadas com anos anteriores. Sendo que o sector bancário é caracterizado pela sua capacidade de adaptação, antevê-se maior destaque para (i) a exposição ao risco e as perdas registadas nos riscos que se concretizaram; (ii) a adequação dos capitais próprios ao perfil da exposição risco; (iii) os indicadores de liquidez e o desequilíbrio do perfil temporal; (iv) o peso dos custos administrativos sobre o produto bancário (vulgo, cost-to-income); (v) enfim a rentabilidade dos capitais próprios (ROE).

O impacto da actividade do sector bancário tem sido cada vez mais significativo na economia nacional, com os depósitos bancários e o crédito bancário a aumentarem acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). De um modo global, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector bancário cresceu na ordem dos 9,3% no período 2009-2013, sinal indiscutível do maior dinamismo da actividade bancária.

Nos momentos de crescimento, como o actual contexto económico-financeiro, existe uma maior exigência na eficiência com que a Banca injecta liquidez na economia (por meio de empréstimos e de outras operações de crédito bancário), pois não há crescimento económico

sem Bancos eficientes. Nesta senda, para que haja maior acesso aos serviços financeiros e maior adequação às necessidades da população em geral, é indispensável:

- Maior diversificação da carteira de crédito bancário
- Maior diversidade de prazos nos empréstimos bancários;
- Maior utilização dos meios electrónicos de pagamento (como os cartões de débito e de crédito) e a ampliação da infra-estrutura do sistema de pagamentos aos serviços de telecomunicação móvel;
- A expansão da rede bancária em todos os municípios e através dos canais que se revelarem mais apropriados, como seja a adopção do modelo e correspondentes bancários, serviços de banca móvel (*mobile banking*) ou a agência tradicional;
- Diversificação dos programas de literacia financeira com conteúdos e objectivos específicos, consoante os vários segmentos da sociedade angolana aos quais são dirigidos;
- Diversificação e melhor adequação das soluções de financiamento e dos serviços financeiros mais específicos, como sejam os direccionados para o sector agrícola, micro e pequenas empresas e outros negócios rurais, para atender as necessidades da população de baixa renda e residentes em zonas rurais;
- Expansão do microcrédito e outros processos de investimento social focados na educação e na inclusão financeira;
- Medidas para a inversão do peso do mercado informal na economia nacional;
- Promoção de ciclos de poupança e investimento, através da dinamização do mercado de capitais.

Em suma, as instituições bancárias têm exercido um papel fundamental, na medida em que financiam a economia com os recursos provenientes da captação de depósitos e outras fontes de funding, além de transmitirem os efeitos da política macroeconómica e proporcionarem estabilidade à economia com um todo.

Não obstante os constrangimentos existentes, é de saudar o esforço no sentido de consolidar a qualidade dos serviços de atendimento e garantir maior satisfação dos clientes em geral. Os crescentes níveis de complexidade, de eficiência e modernização do sector bancário exigem uma maior valorização e especialização dos recursos humanos, que tem sido satisfeita gradualmente, como parte da estratégia dos bancos, através da formação *on-job* e outros tipos de acções de formação, aproveitando a oferta local e no estrangeiro.

Prevê-se que a banca irá continuar a corresponder às expectativas de crescimento através da contínua inovação e diversificação do sector financeiro e bancário, com melhoria dos níveis de eficiência, maior capacitação técnico-profissional dos seus recursos humanos, implementação de novas tecnologias e especialização de instrumentos de financiamento e serviços de maior complexidade para satisfazer às exigências dos seus clientes.

# Metodologia

- 113 Enquadramento Metodológico
- 113 Limitações
- 115 Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores
- 121 Compatibilidade entre o PCIF e CONTIF



## VIII. Metodologia

### Enquadramento Metodológico

Este é o terceiro relatório produzido pela ABANC sobre o sector bancário angolano, uma publicação da Associação Angolana de Bancos com periodicidade anual, com datas de referência a 31 de Dezembro de cada ano, preparada com o intuito de analisar por série temporal a actividade desenvolvida pelas instituições financeiras bancárias em cada exercício de um modo abrangente e profundo, sempre enquadrando as análises e comentários no contexto macroeconómico, legal e regulamentar do período em questão.

Este estudo permite uma comparação periódica do desempenho das operações bancárias e uma análise económica e financeira do sector, em termos globais, com o objectivo de melhorar o conhecimento da exploração da actividade bancária.

O capítulo do enquadramento macroeconómico foi produzido pelo BFA, sendo prática da ABANC solicitar anualmente que um dos bancos associados elabore esse capítulo.

A informação presente neste documento foi recolhida pela ABANC directamente das instituições financeiras, do BNA e outras fontes relevantes. A prioridade ao elaborar este estudo consiste em utilizar fontes oficiais que publiquem informação fidedigna sobre a evolução do sector, nas suas variadas vertentes. Os dados obtidos foram inseridos na base de dados da ABANC, mantendo sempre que possível, a semelhança com a fonte de origem. Estes valores correspondem ao melhor valor obtido para cada período, tendo sido cuidadosamente compilados e verificados.

Há que realçar que o balanço agregado da banca comercial apresentado aqui resulta do somatório simples dos balanços individuais dos bancos comerciais.

Para garantir a comparabilidade dos dados na análise agregada por dimensão, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, ou seja, o agrupamento das instituições nos diversos segmentos para o período 2009-2013 foi feito segundo a distribuição dos activos em 2013, de modo a que a constituição dos segmentos fosse uniforme para todo o período.

### Limitações

#### Acesso à Informação

Como não existe uma estrutura uniforme, que defina o grau de detalhe e discriminação dos dados publicados pelas instituições financeiras, a ABANC criou ficheiros que detalham o nível de desagregação pretendida, de modo a manter a comparabilidade entre os dados nos seus associados. Um dos maiores desafios consistiu na recolha destes dados e na obtenção de todos

os elementos requisitados, uma vez que nem todos os associados responderam atempadamente ao pedido de informação.

A segunda limitação está relacionada com a indisponibilidade de informação desagregada para um estudo do sector mais detalhado e sob diferentes perspectivas. Como se observou no relatório, ainda existe falta de informação para créditos (vincendo e vencido) e depósitos (à ordem e a prazo) desagregados por instrumentos, sectores (sector público, empresas e particulares), moeda e província.

#### Crédito por Moeda

Esta desagregação foi feita com base no indicador *Crédito ME/Crédito Total* calculado pelo BNA, apresentado no quadro dos indicadores do sistema financeiro angolano, para inferir a proporção do crédito por moedas. Não há informação sobre a base de cálculo deste indicador.

#### Decomposição do Crédito

Esta desagregação foi calculada com base no indicador *Crédito Vencido/Crédito Total* apresentado pelo DSI (ex-DSB) do BNA no quadro dos indicadores do sistema financeiro para inferir a proporção do crédito vincendo e vencido sobre o crédito bruto. Uma vez que nem todos bancos disponibilizam o valor das provisões para crédito de liquidação duvidosa, essa rubrica foi calculada a partir da proporção das provisões para crédito sobre o crédito total, usando a amostra com os bancos que apresentam essa informação.

#### Depósitos por Moeda

Esta desagregação foi inferida com base na informação sobre depósitos apresentada pelo DES do BNA no balanço consolidado da banca comercial.

#### Decomposição dos Depósitos

Esta desagregação foi calculada usando a situação dos depósitos nos bancos apresentada pelo DES do BNA para inferir a proporção dos depósitos a prazo e a ordem, excluindo os depósitos do Governo Central, dos Fundos Públicos Autónimos e Segurança Social.

#### Distribuição da Rede Bancária por Província

A informação para o mapeamento da rede bancária por província foi obtida através dos dados reportados pelas instituições financeiras associadas, e quando em falta, através dos seus relatórios e contas e *websites*. Segundo os dados disponíveis, nem sempre foi possível distinguir a data de abertura os balcões, dificultando a organização dos dados para os diferentes anos.

Para o cálculo dos indicadores de bancarização, para o período 2012-2013 foram utilizados o número de clientes activos. Para o período de 2010-2011, foi utilizado o número de depositantes que têm cartão Multicaixa. Este dado apresenta limitações:

- Parte da população jovem não possui conta bancária
- A população mais velha utiliza menos as novas tecnologias
- Poderá haver indivíduos com mais do que 1 cartão Multicaixa

## Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores

### Quadro 38 – Cálculos, Rácios e Indicadores

<b>Cartões Válidos</b>	Total de cartões registados na rede com data de expiração válida no último dia do mês
<b>Cartões Activos</b>	Total de cartões com pelo menos um movimento no mês
<b>Cartões Vivos</b>	Total de cartões válidos utilizados na rede até ao último dia do mês
<b>Classificação dos Segmentos por Natureza da Participação Maioritária</b>	De acordo com a Lei nº 13/05, uma pessoa singular ou colectiva tem relação de domínio sobre uma sociedade quando se verifiquem algumas das seguintes situações:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pessoa em causa detenha a maioria dos direitos de voto;</li> <li>• Seja sócia da sociedade e tiver o direito de designar ou de destituir mais de metade dos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização;</li> <li>• Possa exercer uma influência dominante sobre a sociedade por força de contrato ou de cláusulas dos estatutos desta;</li> <li>• Soja sócio da sociedade e controle por si só, em virtude do acordo concluído com outros sócios desta, a maioria dos direitos de voto;</li> <li>• Detenha a participação igual ou superior a 20% do capital da sociedade, desde que exerça efectivamente sobre esta, uma influência dominante ou se encontre ambas colocadas sob direcção única.</li> </ul>
	A participação societária considera-se maioritária quando a pessoa singular ou colectiva, que detenha directa ou indirectamente a participação qualificada da sociedade, tem uma relação de domínio sobre a sociedade.
	Classificam-se como “Banco Público” as instituições financeiras bancárias cuja participação maioritária seja de capital público (empresas públicas, de empresas de capitais públicos ou com participação maioritária de capital público, bem como de empresas concessionárias de bens do domínio público); “Banco Privado Nacional” cuja participação maioritária seja de capital privado angolano; “Filial de Bancos Estrangeiros” cuja participação



	maioritária seja de uma instituição financeira bancária estrangeira, ou empresa mãe de instituição financeira bancária estrangeira, e que por força da natureza da participação, transforme o banco em causa numa filial da instituição financeira bancária estrangeira.
<b>Classificação dos Segmentos por Dimensão</b>	Classificam-se “Grande” as instituições que representam 10% inclusive ou mais do activo agregado; “Média” as que representam entre 1% e 10%; “Pequena” as que representam 1% inclusive ou menos do activo agregado
<b>Densidade Populacional</b>	$\text{Densidade Populacional} = \frac{\text{Habitantes}}{\text{Área}}$ <p>Medida que relaciona o número de indivíduos com a área que ocupam, expressa em número de habitantes por km<sup>2</sup>, indicando a média de habitantes existentes por cada quilómetro quadrado.</p>
<b>Economia</b>	Ciência que se ocupa da produção e do consumo de bens e serviços, da circulação da riqueza e da redistribuição do rendimento
<b>Grau de Abertura da Economia</b>	$\text{Grau de Abertura da Economia} = \frac{(\text{Exportações} + \text{Importações})}{\text{PIB Nominal}}$ <p>Um país é considerado comercialmente aberto quando atinge um grau de abertura de 30%, segundo o Banco Mundial.</p>
<b>Índice de Actividade das Caixas Automáticas</b>	<p>É o equivalente ao rácio de caixas automáticas activas sobre as caixas automáticas matriculadas</p> $\text{Índice de Actividade dos Cartões de Pagamentos} = \frac{\text{Cartões Vivos}}{\text{Cartões Válidos}}$
<b>Índice de Actividade dos Cartões de Pagamentos Multicaixa</b>	<p>É o equivalente ao rácio de cartões de pagamentos vivos sobre os cartões válidos</p> $\text{Índice de Actividade dos Cartões de Pagamentos} = \frac{\text{Cartões Vivos}}{\text{Cartões Válidos}}$
<b>Índice de Actividade dos Terminais de Pagamento Automáticos</b>	<p>É o equivalente ao rácio de TPAs activos sobre os TPAs matriculados</p> $\text{Índice de Actividade dos Terminais de Pagamentos Automáticos} = \frac{\text{TPAs Activos}}{\text{TPAs Matriculados}}$
<b>Índice de Herfindahl Hirschman [3]</b>	O índice de Herfindahl Hirschman (IHH) avalia o grau de concentração do mercado relevante, sendo calculado pela soma

	do quadrado das quotas de mercado individuais dos bancos. Foi medida em termos de quota de mercado dos activos, créditos, depósitos, número de balcões e número de terminais automáticos. A Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos da América [3] considera que IHH<1500 indica baixa concentração, 1500<IHH<2500 indica concentração moderada e IHH > 2500 indica concentração elevada.
<b>Financiamento do Activo Financeiro</b>	$\text{Financiamento do Activo Financeiro} = \frac{\text{Passivo Financeiro}}{\text{Activo Total}}$
<b>Liquidez Reduzida</b>	$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Financeiro}}$
<b>Liquidez de Curto Prazo</b>	$\text{Liquidez de Curto Prazo} = \frac{(\text{Aplicações de Liquidez} + \text{Títulos e Valores Mobiliários})}{\text{Activo Total}}$
<b>Não Residente Cambial</b>	<p>Segundo a Lei Cambial, Lei nº 5/97 de 27 de Junho, consideram-se não residentes cambiais em território nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas singulares com residência habitual no estrangeiro;</li> <li>• As pessoas colectivas com sede no estrangeiro;</li> <li>• As pessoas singulares que emigrarem;</li> <li>• As pessoas singulares que se ausentarem do país por período superior a 1 ano;</li> <li>• As filiais, sucursais, agências ou quaisquer formas de representação em território estrangeiro de pessoas colectivas com sede no país;</li> <li>• Os diplomatas, representantes consulares ou equiparados, agindo em território nacional, bem como os membros das respectivas famílias;</li> </ul>
<b>Nível de Cobertura das Reservas Líquidas</b>	$\text{Nível de Cobertura das Reservas Líquidas} = \frac{\text{Reservas Líquidas}}{\text{Reservas Brutas}}$
<b>Outros Activos Remunerados</b>	$\text{Outros Activos Remunerados} = \frac{\text{Aplicações de Liquidez} + \text{Créditos no Sistema de Pagamentos} + \text{Instrumentos Derivados} + \text{Operações Cambiais}}{\text{Outros Activos Não Remunerados}}$
<b>Outros Activos Não Remunerados</b>	



Remunerados	<i>Outros valores + Inventário Comercial e Industrial + Imobilizações</i>
	<i>Outros Custos e Prejuízos</i>
	<i>= Impostos + Penalidades</i>
Outros Custos e Prejuízos	<i>+ Outros Custos Administrativos + Recuperação de Custos + Provisões para Perdas</i>
	<i>Passivo Financeiro</i>
Passivo Financeiro	<i>= Passivo Total – (Adiantamento de Clientes + Outras Obrigações + Provisões para Responsabilidades Prováveis)</i>
Posição Cambial	<i>Posição Cambial = Activo Total em ME – Passivo Total em ME</i> A posição cambial é longa (curta) quando o total de activos (passivos) é superior ao total de passivos (activos).
Relevância dos Recursos de Clientes	<i>Relevância dos Recursos de Clientes = Depósitos / Passivo Financeiro</i>
Rácio de Liquidez em ME	<i>Rácio de Liquidez em ME = <math>\frac{Disponibilidades (BNA + Exterior)}{Depósitos em ME}</math></i>
Rácio de Transformação	<i>Rácio de Transformação = <math>\frac{Crédito Líquido}{Total Depósitos de Clientes}</math></i>
Rácio Cost-to-Income	<i>Rácio Cost – to – Income = Custos Operacionais / Produto Bancário Bruto</i>
Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)	<i>RSR = <math>\frac{FPR}{Risco de Crédito + \frac{Risco de Câmbio e Ouro}{10\%}} \geq 10\%</math></i>
Rentabilidade do Activo Médio e Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios	<i>Grau de Alavancagem = <math>\frac{Activo Médio Total}{Fundos Próprios Médios}</math> ROAA = <math>\frac{Resultados Líquidos do Exercício}{Activo Médio Total}</math> ROAE = ROAA x Grau de Alavancagem</i>
Residente Cambial	Segundo a Lei Cambial, Lei nº 5/97 de 27 de Junho, consideram-se residentes cambiais em território nacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>As pessoas singulares que tiverem residência habitual no país;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>As pessoas colectivas com sede no país;</li> <li>As filiais, sucursais, agências ou quaisquer formas de representação<sup>66</sup> no país de pessoas colectivas com sede no estrangeiro;</li> <li>Os fundos, institutos e organismos públicos dotados de autonomia administrativa e financeira, com sede em território nacional;</li> <li>Os cidadãos nacionais diplomatas, representantes consulares ou equiparados, em exercício de funções no estrangeiro, bem como os membros das respectivas famílias.</li> <li>As pessoas singulares cuja ausência no estrangeiro, por período superior a 90 dias e inferior a 1 ano, tiver origem em motivo de estudos ou for determinada pelo exercício de funções públicas</li> </ul>
Solvabilidade Bruta	<i>Solvabilidade Bruta = <math>\frac{Fundos Próprios}{Activo Total}</math></i>
Spread	Diferença entre os juros dos empréstimos concedidos pelos bancos e os juros pagos por estes na captação de recursos <i>Spread = <math>\frac{Taxas dos Empréstimos}{Taxa dos Depósitos à Ordem}</math></i>
Taxa de Cobertura Global	<i>Taxa de Cobertura Global = <math>\frac{Exportações}{Importações}</math></i> Uma taxa e cobertura superior a 1 (quando expressa em percentagem) significa que o país tem uma posição comercial forte (competitividade comercial) enquanto uma taxa inferior a 1 indica uma posição fraca ou de dependência comercial (saldo comercial negativo).
Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR)	<i>CAGR = <math>\left( \left( \frac{Valor no Término do Período}{Valor no Início do Período} \right)^{\frac{1}{Número de Anos}} \right) - 1</math></i>
Valor Acrescentado Bruto	O VAB foi estimado utilizando as Demonstrações Financeiras Individuais dos bancos, aplicando a seguinte fórmula:

<sup>66</sup> O BNA define o conceito de estabelecimento estável, segundo a Lei das Sociedades Comerciais (Lei nº 4/2004)

(VAB)

*VAB = Custos com Pessoal + Prestações Sociais*

*+ Rendas e Alugueres + Custos Financeiros*

*+ Impostos Directos e Indirectos*

*+ Resultado Líquido*

- Custos com Pessoal – incluem salários e outras remunerações pagas, líquido de impostos retidos na fonte e prestações sociais (como contribuições para segurança social e fundos de pensões). Sempre que possível, foram excluídos os gastos com aquisição de bens e serviços.
- Prestações Sociais – medem o rendimento transferido para as famílias, na forma de contribuições para a Segurança Social, para fundos de pensões e seguros, entre outros encargos sociais.
- Custos Financeiros – incluem os custos financeiros e comissões pagas. Sempre que possível, foram excluídos as comissões pagas que representam remunerações por serviços recebidos.
- Impostos – incluem impostos directos e indirectos, como rendimento transferido para o Estado. Considera-se que o Estado não é uma entidade geradora de rendimento.
- Lucros – incluem os Resultados Antes de Impostos, para neutralizar o efeito das diferentes políticas fiscais adoptadas.

## Compatibilidade entre o PCIF e CONTIF

O CONTIF foi aprovado pelo Instrutivo nº 9/2007 do BNA, de 19 de Setembro, tendo como objectivo aproximar as normas contabilísticas aplicáveis ao sector bancário às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Até 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no anterior Plano de Contas das Instituições Financeiras (PCIF), nos termos do Instrutivo nº 13/1999, de 1 de Setembro emitido pelo BNA.

As demonstrações financeiras de 2010 foram as primeiras apresentadas pelos bancos de acordo com o CONTIF, tendo as demonstrações financeiras de 2009 sido apresentadas reexpressas para permitir a sua comparabilidade. Neste relatório, as demonstrações financeiras de alguns bancos para o exercício de 2009 foram também reexpressas, mas sob responsabilidade da ABANC, de modo a ser possível fazer-se a análise comparativa do sector no período de 2009 a 2013. As alterações não abrangeram os rácios prudenciais apresentados no relatório cuja fonte é o BNA.

Não existiram impactos nos fundos próprios do balanço decorrentes da adopção do CONTIF em 2010<sup>67</sup>. As principais alterações verificadas reflectem-se na apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, nomeadamente,

- a) A nível do Balanço Patrimonial:
  - Títulos e Valores Mobiliários
  - Juros a Receber e Custos a Pagar de Instrumentos Financeiros
  - Operações Cambiais
  - Obras em edifícios arrendados
  - Reservas de reavaliação do imobilizado
- b) A nível da Demonstração de Resultados:
  - Resultados Extraordinários

O quadro seguinte apresenta a correspondência entre as rubricas dos planos contabilísticos PCIF e CONTIF que foram aplicadas neste relatório.

<sup>67</sup> O mesmo já não se pode dizer dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR), tendo pelo menos havido um impacto para todos os bancos decorrente da reclassificação das obras em edifícios arrendados de imobilizado corpóreo para incorpóreo (o imobilizado incorpóreo deve ser deduzido no cálculo dos FPR por ser um elemento do activo sem qualidade do ponto de vista prudencial).

Quadro 39 – Correspondência entre PCIF e CONTIF

ACTIVO	
PCIF	CONTIF
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades
Disponibilidades à Vista em Instituições de Crédito	
Outros Créditos sobre Instituições de Crédito	Aplicações de Liquidez
Obrigações e Outros Títulos	Títulos e Valores Mobiliários
Imobilizações e Participações	Imobilizações
Outros Activos	Outros Activos
Contas de Regularização	
PASSIVO	
PCIF	CONTIF
Recursos de Outras Instituições de Crédito	Captações para Liquidez
Recursos do Banco Central e de Outras Entidades	
Depósitos	Depósitos
Responsabilidades Representadas por Títulos	Captações com Títulos e Valores Mobiliários
Outros Recursos	Outras Captações
Outros Passivos	Outros Obrigações
Provisões para Riscos e Encargos	Provisões para Responsabilidades Prováveis
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
PCIF	CONTIF
Margem Financeira	Margem Financeira
Juros e Proveitos Equiparados	Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos
Juros e Custos Equiparados	Custos de Instrumentos Financeiros Passivos
Margem Complementar	Margem Complementar
Rendimentos com Títulos	Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo
Comissões Pagas e Recebidas	Resultados de Prestação de Serviços Financeiros
Resultados em Operações Financeiras	Resultados de Operações Cambiais
Produto Bancário Líquido	Resultado de Intermediação
Custos de Exploração	Custos Administrativos e de Comercialização
Custos com o Pessoal	Custos com o Pessoal

Gastos Administrativos	Provisões para Responsabilidades Prováveis
Fornecimento e Serviços de Terceiros	Fornecimento de Terceiros
Amortizações do Exercício	Depreciações e Amortizações
Impostos e Taxas	Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado
Outros Proveitos e Custos	Outros Proveitos e Custos Operacionais
Provisões do Exercício	Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias
	Provisões para Perdas com Inventários Comerciais
	Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades
Resultado Operacional	Resultado Operacional
Resultado Extraordinário	Resultado Não Operacional
Resultados Antes de Impostos	Resultados Antes de Impostos
Provisão para Imposto Industrial	Encargos sobre o Resultado Corrente

Índice Remissivo

- 126 Índice de Quadros
- 127 Índice de Gráficos, Esquemas e Ilustrações



## IX. Índice Remissivo

### Índice de Quadros

Quadro 1 – Lista de Instituições Financeiras Bancárias em Angola .....	9
Quadro 2 – Indicadores Económicos e Projeções .....	18
Quadro 3 - Calendário de Implementação dos Pagamentos afectos ao Regime Cambial aplicável ao Sector Petrolífero (Aviso nº 2/2012).....	30
Quadro 4 – Decomposição do Número de Funcionários por Dimensão .....	43
Quadro 5 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Habilitações e por Dimensão, em 2013.....	44
Quadro 6 – Decomposição da Distribuição de Agências por Dimensão .....	50
Quadro 7 - Evolução do Índice de Actividade das CAs e TPAs.....	56
Quadro 8 - Indicadores de Densidade Populacional em 2013 .....	59
Quadro 9 - Tipo de Agência por Município.....	60
Quadro 10 - Indicadores de Bancarização.....	61
Quadro 11 – Decomposição do Número de Cartões de Pagamento Multicaixa por Dimensão ....	64
Gráfico 12 – Estrutura do Activo .....	68
Quadro 13 – Decomposição do Activo .....	69
Quadro 14 – Decomposição do Activo por Dimensão .....	70
Quadro 15 – Decomposição do Crédito por Moeda.....	73
Quadro 16 – Indicadores de Qualidade do Crédito Bancário .....	74
Quadro 17 – Decomposição do Crédito .....	75
Quadro 18 – Crédito por Prazo de Vencimento.....	75
Quadro 19 - Crédito por Modalidades e por Tipologia de Cliente .....	76
Quadro 20 - Decomposição do Crédito por Dimensão.....	77
Quadro 21 – Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários.....	80
Quadro 22 – Decomposição do Funding .....	83
Quadro 23 – Decomposição dos Depósitos por produto e moeda .....	84
Quadro 24 - Depósitos a Prazo por Prazo de Vencimento .....	86
Quadro 25 – Evolução dos Depósitos por Dimensões.....	86
Quadro 26 – Balanço Agregado em Moeda Estrangeira.....	89
Quadro 27 – Decomposição da Demonstração de Resultados.....	90
Quadro 28 - Decomposição do Resultado do Exercício por Dimensão.....	92
Quadro 29 - Evolução da Margem Financeira .....	92

Quadro 30 – Estrutura da Rentabilidade (%) .....	95
Quadro 31 - Decomposição do Valor Acrescentado Bruto .....	97
Quadro 32 – Indicadores do Balanço .....	99
Quadro 33- Indicadores de Profundidade Financeira.....	100
Quadro 34 – Evolução do Rácio Total de Activos por Número de Funcionários .....	101
Quadro 35 – Evolução do Rácio Produto Bancário por Número de Funcionários .....	102
Quadro 36 – Evolução do Rácio Funcionários por Balcão .....	102
Quadro 37 – Indicadores do Sistema Bancário .....	103
Quadro 38 – Cálculos, Rácios e Indicadores.....	115
Quadro 39 – Correspondência entre PCIF e CONTIF .....	122
Quadro 40 – Regulamentação relevante publicada no período 2009 a 2013.....	136
Quadro 41 – Balanço Agregado .....	151
Quadro 42 – Demonstração de Resultados Agregada.....	152
Quadro 43 - Balanço Individual 2013.....	153
Quadro 44 - Demonstração de Resultados 2013 .....	155
Quadro 45 – Distribuição do Crédito por Sectores .....	157
Quadro 46 – Evolução do Número de CAs – por Dimensão .....	158
Quadro 47 – Evolução do Número TPAs – por Dimensão .....	158
Quadro 48 – Índice de Actividade de Terminais Bancários e Cartões Multicaixa.....	159
Quadro 49 - Distribuição de Serviços Bancários por Província em 2013.....	159
Quadro 50 - Distribuição da Rede de Agências em 2013 .....	160
Quadro 51 – Quadro Síntese da Actividade do Sistema Bancário.....	163
Quadro 52 - Ranking do Activo em 2013.....	164
Quadro 53 - Ranking do Activo em 2012.....	164

### Índice de Gráficos, Esquemas e Ilustrações

#### Gráficos

Gráfico 1 - Crescimento Real do PIB .....	15
Gráfico 2 - Reservas internacionais líquidas .....	16
Gráfico 3 – Evolução do Número de Instituições Bancárias Autorizadas .....	36
Gráfico 4 – Distribuição do Activo por Dimensão das Instituições Financeiras em 2013 .....	38
Gráfico 5 - Idade das Instituições Bancárias por Dimensão em 2013 .....	39
Gráfico 6 – Evolução do Número de Funcionários por Dimensão .....	42
Gráfico 7 - Distribuição dos Recursos Humanos por Habilitações Literárias em 2013 .....	44
Gráfico 8 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Idades, em 2013 .....	45



Gráfico 9 – Evolução do Número de Agências .....	49
Gráfico 10 – Distribuição do Número de Agências por Dimensão em 2013 .....	51
Gráfico 11 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado da Rede Bancária .....	52
Gráfico 12 – Distribuição do Número de Agências por 1.000 km <sup>2</sup> em 2013 .....	52
Gráfico 13 – Distribuição do Número de Agências por 100.000 Adultos em 2013 .....	53
Gráfico 14 – Evolução de Terminais Bancários.....	54
Gráfico 15 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado dos Terminais Bancários .....	55
Gráfico 16 – Evolução do Rácio Número de Levantamentos em CAs sobre o Número de Pagamentos em TPAs .....	55
Gráfico 17 – Distribuição do Número de CAs por 1.000 km <sup>2</sup> em 2013.....	57
Gráfico 18 – Distribuição do Número de CAs por 100.000 Adultos em 2013 .....	57
Gráfico 19 – Distribuição da Disponibilidade de Serviços Bancários por Província em 2013 .....	62
Gráfico 20 – Evolução do Índice de Actividade dos Cartões de Pagamento Multicaixa.....	65
Gráfico 21 – Índices de Herfindahl relativos à Quota de Mercado do Activo .....	71
Gráfico 22 – Evolução do Crédito por Moeda .....	72
Gráfico 23 – Evolução do Rácio Crédito Vencido sobre Crédito Bruto .....	73
Gráfico 24 – Evolução da Quota de Mercado do Crédito por Dimensão .....	76
Gráfico 25 – Evolução do Índice de Herfindahl relativo ao Crédito .....	78
Gráfico 26 – Distribuição do Crédito por Sectores em 2013 .....	79
Gráfico 27- Estrutura dos Títulos e Valores Mobiliários .....	80
Gráfico 28 – Estrutura do Funding .....	81
Gráfico 29 - Estrutura das Captações para Liquidez .....	82
Gráfico 30 – Evolução dos Depósitos .....	85
Gráfico 31 –Índice de Herfindahl relativo aos Depósitos de Clientes.....	87
Gráfico 32 – Evolução do Rácio de Posição Cambial e Liquidez em ME .....	88
Gráfico 33 - Formação do Resultado Antes dos Impostos Agregado em 2013.....	91
Gráfico 34 – Decomposição da Margem Financeira em 2013.....	93
Gráfico 35 – Estrutura dos Custos Administrativos.....	93
Gráfico 36 – Evolução do Rácio Cost-to-Income .....	94
Gráfico 37 – Evolução do ROAE e ROAA (%).....	96
Gráfico 38 - ROAE por dimensão .....	96
Gráfico 39 – Evolução do Rácio de Transformação.....	100
Gráfico 40- Crédito ao Sector Privado (% do PIB) em 2013 .....	101

## Esquemas

Esquema 1 - Quadro Legislativo e Regulamentar do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo .....	25
Esquema 2 - Categorias do Sistema Fiscal Angolano.....	26
Esquema 3 - Condições de Acesso e Benefícios do Programa Angola Investe .....	28
Esquema 4 - Fluxos de Pagamentos do Sector Petrolífero – Antes e após o NRCSP.....	29
Esquema 5 - Desdolarização da economia: medidas e impactos .....	33

## Ilustrações

Ilustração 1 – Distribuição da Rede Bancária por Província em 2013.....	58
---	----



## Referências



## X. Referências

### Obras Citadas

- [1] Fundo Monetário Internacional, “World Economic Outlook Abril 2014 - Hopes, Realities, Risks,” Fundo Monetário Internacional, Washington, 2014.
- [2] Departamento de Justiça dos E.U.A.; Comissão Federal do Comércio dos E.U.A., “Horizontal Merger Guidelines,” Departamento da Justiça, Estados Unidos da América, 2010.
- [3] Fundo Monetário Internacional, “Financial Access Survey,” Washington, 2013.

**Anexos**

**136** ANEXO A – Regulamentação relevante para o sector financeiro 2009 – 2013

**150** ANEXO B – Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores



## XI. ANEXOS

### ANEXO A – Regulamentação relevante para o sector financeiro 2009 – 2013

Organizado com o intuito de compilar as alterações legais e regulamentares relevantes para a actividades das instituições bancárias no período de 2009 a 2013, é apresentado neste anexo uma listagem cronológica dos diplomas legais e regulamentares, relevantes para o sector financeiro (os diplomas estão em vigor em 31 de Dezembro de 2013, a menos que haja a indicação de que foi revogado).

#### Quadro 40 – Regulamentação relevante publicada no período 2009 a 2013

Data	Referência	Medida
<b>Instituições Financeiras Bancárias – Prudenciais</b>		
<b>2009</b>		
Mai-2009	Instrutivo nº 6/2009	Alteração do Cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar
Mai-2009	Instrutivo nº 7/2009	Alteração do Plano de Contas (PCIF)
Mai-2009	Aviso nº 3/2009	Abertura e Movimentação de Contas por Residentes e Não Residentes
Mai-2009	Aviso nº 4/2009	Classificação de Crédito (Revogado pelo Aviso nº 4/2011)
<b>2010</b>		
Abr-2010	Instrutivo nº 2/2010	Plano de Contas – Coexistência do PCIF e CONTIF até 30 de Junho
Out-2010	Aviso nº 01/2010	Implementação da Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC)
Out-2010	Instrutivo nº 5/2010	Regras para o Funcionamento da CIRC
Out-2010	Aviso nº 02/2010	Implementação da CIRC (Revoga Aviso Nº 01/2010)
Nov-2010	Aviso nº 05/2010	Alteração do Limite de Exposição ao Risco Cambial para 20% dos Fundos Próprios Regulamentares para as Posições Activas e Passivas cujo Regime Transitório se Estende até 30 de Junho de 2012
Dez-2010	Directiva nº 3/DSI/10	Cálculo da Exposição Cambial
Dez-2010	Directiva nº 04/DSI/10	Definição do SSIF (Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras) como Mecanismo de Reporte de Informação Contabilística, Estatística e de Gestão

Dez-2010	Directiva nº 02/DSI/10	Estabelecimento dos Requisitos a serem Observados no Âmbito dos Processos de Pedidos de Parecer – Concessão de Vistos de Trabalho
<b>2011</b>		
Abr-2011	Directiva nº3/11	Cálculo da Exposição Cambial
Jun-2011	Aviso nº 2/2011	Protecção do Consumidor de Produtos e Serviços Financeiros
Jun-2011	Aviso nº 4/2011	Classificação de Crédito (Revoga Aviso Nº 4/2009)
Jun-2011	Instrutivo nº 3/2011	Rácio de Solvabilidade Regulamentar – Activos Ponderados pelo Risco (Revoga Instrutivo Nº 6/2009)
Jul-2011	Aviso nº 6/2011	Limite de Imobilizado das Instituições Financeiras (Revoga Aviso Nº 7/2007)
<b>2012</b>		
Mar-2012	Aviso nº3/2012	Regula a Concessão e Classificação de Operações de Créditos
Mar-2012	Aviso nº 7/2012	Regula o limite do Imobilizado da Instituições Financeiras
Abr-2012	Directiva nº 6/DSI/DSP/2012	Número de Clientes, Contas de Depósitos e Operações de Crédito
Abr-2012	Aviso nº 23/2012	Estabelece o Tipo, Forma e Periodicidade de Apresentação de Elementos de Informação Necessários ao registo e à Compilação da Balança de Pagamentos
<b>2013</b>		
Mar-2013	Instrutivo nº1/2013	Relatório sobre Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno
Abr-2013	Directiva nº1/DSI/2013	Registo Contabilístico das Operações Cambiais
Abr-2013	Aviso nº1/2013	Regula as Obrigações das Instituições Financeiras no Âmbito da Governação Corporativa
Abr-2013	Aviso nº2/2013	Regula a Obrigação de Estabelecer um Sistema de Controlo Interno
Abr-2013	Aviso nº3/2013	Estabelece o âmbito da Supervisão em Base Consolidada, para Efeitos Prudenciais
Abr-2013	Aviso nº4/2013 <sup>68</sup>	Regula a Actividade de Auditoria Externa nas Instituições Financeiras
Jul-2013	Aviso nº9/2013	Estabelece os Requisitos e Procedimentos para a Autorização

<sup>68</sup> O Instrutivo nº 6/13 e o Instrutivo nº 7/13 foram inviabilizados pelo Instrutivo nº 8/13.

		de Constituição de Instituições Financeiras Bancárias
Jul-2013	Aviso nº10/2013	Estabelece os Requisitos e Procedimentos para o Aquisição e Aumento de Participação, bem como Fusão e Cisão das Instituições Financeiras
Jul-2013	Aviso nº11/2013	Estabelece os Requisitos e Procedimentos para o Registo Especial das Instituições Financeiras
Jul-2013	Aviso nº12/2013	Estabelece os Requisitos e Procedimentos para a Autorização de Alterações ao Estatutos das Instituições Financeiras
Nov-2013	Directiva nº 01/DMC/2013	Alteração da Quantidade de Notas Por Saco
Nov-2013	Aviso nº14/2013	Ajusta o Capital Social Mínimo das Instituições Financeiras Bancárias
<b>Instituições Financeiras Não Bancárias – Prudenciais</b>		
<b>Casas de Câmbio</b>		
<b>2010</b>		
Nov-2010	Instrutivo nº 07/2010	Regulamento dos Termos e Condições em que as Casas de Câmbio Podem Realizar a Compra e Venda de Notas Estrangeiras e Cheques de Viagem
Nov-2010	Aviso nº6/2010	Actualização do Capital Social para as Casas de Câmbio
<b>2013</b>		
Abr-2010	Aviso nº7/2013	Regulação do Processo de Autorização para Constituição, Funcionamento e Extinção das Casas de Câmbio
Jul-2010	Instrutivo nº4/2013	Regras Operacionais das Casas de Câmbio
<b>Sociedades Cooperativas de Crédito</b>		
<b>2011</b>		
Jan-2011	Decreto Presidencial nº 22/11	Aprovação do Regulamento das Sociedades Cooperativas de Crédito
Jun-2011	Instrutivo nº 5/2011	Sociedades Cooperativa de Crédito – Rácio de Solvabilidade Regulamentar
Jun-2011	Aviso nº 5/2011	Sociedades Cooperativas de Crédito – Regras Prudenciais
Jul-2011	Aviso nº 8/2011	Sociedades Cooperativas de Crédito – Regras para a Constituição e Funcionamento
<b>2012</b>		
Mar-2012	Aviso nº 4/2012	Estabelece as Regras Prudenciais Aplicáveis às Sociedades Cooperativas de Crédito

<b>Sociedades de Cessão Financeira</b>		
<b>2011</b>		
Abr-2011	Decreto Presidencial nº 95/11	Aprovação do Regulamento da Actividade das Sociedades de Cessão Financeira (“Factoring”) e do Contrato “Factoring”
Dez-2011	Aviso nº 14/2011	Processo de Constituição e Funcionamento das Sociedades de Cessão Financeira (Factoring)
Dez-2011	Aviso nº 15/2011	Contractos de Cessão Financeira Celebrados Pelas Sociedades de Cessão Financeira Autorizadas Pelo BNA
<b>2012</b>		
Abr-2012	Aviso nº 15/2012	Regula o Processo de Constituição e Funcionamento das Sociedades de Cessão Financeira
Abr-2012	Aviso nº 16/2012	Regula os Contractos de Cessão Financeira celebrados pelas Sociedades de Cessão Financeira
<b>Sociedades de Locação Financeira<sup>69</sup></b>		
<b>2011</b>		
Abr-2011	Decreto Presidencial nº 65/11	Aprovação do Regulamento Sobre a Actividade das Sociedades de Locação Financeira.
Dez-2011	Aviso nº 16/2011	Normas Prudenciais Aplicáveis às Sociedades de Locação Financeira (Leasing)
Dez-2011	Aviso nº 17/2011	Regras Prudenciais de Sociedades de Locação Financeira – Regulamentação Sobre o Funcionamento das Sociedades de Locação Financeira (Leasing)
<b>2012</b>		
Abr-2012	Aviso nº 17/2012	Estabelece Normas Prudenciais específicas Aplicáveis às Sociedades de Locação Financeira
Abr-2012	Aviso nº 18/2012	Regula o Processo de Constituição e Funcionamento das Sociedades de Locação Financeira
<b>Sociedades de Micro – Crédito</b>		
<b>2011</b>		
Jan-2011	Decreto Presidencial nº 28/11	Aprovação do Regulamento das Sociedades de Micro – Crédito
Jul-2011	Aviso nº 7/2011	Sociedade de Micro – Crédito – Regras para Constituição e Funcionamento

<sup>69</sup> Ver Contractos de Locação Financeira em Operações de Crédito.

**2012**

Mar-2012	Aviso nº 8/2012	Regula o Pedido de Autorização e Requisitos Mínimos de Funcionamento das Sociedades de Micro – Crédito
Abr-2012	Aviso nº 9/2012	Regula o Processo de Instrução de Pedido de Autorização de Constituição das Sociedades de Micro – Crédito

**Operações de Crédito**

**2011**

Abr-2011	Decreto Presidencial nº 64/11	Aprovação o Regulamento do Contrato de Locação Financeira
Ago-2011	Decreto Executivo Conjunto nº 106/11	Regulamento do Programa de Promoção do Crédito Rural
Set-2011	Decreto Presidencial nº 259/11	Regulamento de Crédito À Habitação
Set-2011	Decreto Presidencial nº 76/11	Delegação de Poderes ao Fundo de Fomento Habitacional para Celebrar Protocolos com as Instituições Financeiras Visando a Criação de Condições Financeiras e Operacionais para o Acesso e Expansão do Crédito à Aquisição de Habitação Própria Permanente
Nov-2011	Decreto Presidencial nº 265/11	Regime Jurídico das Contas Poupança-Habitação

**2012**

Mai-2012	Decreto Presidencial nº 78/12	Cria o Fundo de Garantia de Crédito e Aprova o seu Regulamento
Mai-2012	Decreto Presidencial nº 79/12	Aprova o Regulamento da Actividade das Sociedades de Garantia de Crédito
Jun-2012	Decreto Presidencial nº 108/12	Cria o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) Destinado a Apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas
Jul-2012	Decreto Executivo nº 252/12	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Activo de Capital de risco – FACRA
Ago-2012	Decreto Executivo Conjunto nº 255/12	Regulamento do Mecanismos de Garantias Públicas para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares
Ago-2012	Decreto Executivo Conjunto nº 256/12	Regulamento das Linhas de Crédito Bonificado para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares

**Política Monetária**

**2009**

Jan-2009	Directiva nº 1/DMC/09	Organização e Segurança na Transportação de Valores
Fev-2009	Instrutivo nº 1/2009	Alteração do Cálculo das Reservas Obrigatórias
Fev-2009	Directiva nº1/DSP/2009	Alteração do Cálculo da Taxa de Redescoto (25%)
Mar-2009	Aviso nº1/2009	Classificação das Câmaras de Compensação e dos Subsistemas de Pagamentos e de Liquidação do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA)
Mar-2009	Instrutivo nº 2/2009	Regula o Aviso nº 01/2009 sobre os Sistemas de Pagamentos de Angola
Mai-2009	Aviso nº2/2009	Actualização Monetária
Mai-2009	Instrutivo nº 8/2009	Alteração do Cálculo das Reservas Obrigatórias
Jun-2009	Directiva nº 7/DSP/09	Cumprimento das Reservas Obrigatórias
Ago-2009	Aviso nº5/2009	Determina a Entrada em Vigor da Política de Vigilância do BNA no Sistema de Pagamentos de Angola (SPA)
Set-2009	Directiva nº1/DSP/09	Alteração da Metodologia de Cálculo da Taxa de Redescoto
Nov-2009	Aviso nº 6/2009	Alteração do Limite Máximo para Levantamento em ATM Estabelecido no Aviso nº 1/07 (Revogado pelo Aviso nº 9/2011)
Nov-2009	Aviso nº 7/2009	Alteração do Aviso Nº7/2009 (Data-Valor do Débito de Kwanzas)
Nov-2009	Instrutivo nº 11/2009	Alteração do Instrutivo Nº10/2009 (Data-Valor do Débito de Kwanzas)

**2010**

Jun-2010	Instrutivo nº 3/2010	Alteração do Cálculo das R.O. (Coeficiente MN 25% e ME 15%)
Nov-2010	Directiva nº 13/DSP/10	Alteração da Taxa de Redescoto para 25% a.a.
Nov-2010	Aviso nº 04/2010	Regulamento Sobre a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez
Nov-2010	Directiva nº 14/DSP/10	Estabelecimento dos Procedimentos Sobre as Operações de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez
Nov-2010	Directiva nº 15/DSP/10	Ajuste e Revogação do Ponto 3.1 da Directiva Nº 14/2010 de 17 de Novembro Sobre a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez
Nov-2010	Directiva nº 16/DSP/10	Ajuste dos Horários de Acesso às Operações de Redescoto e Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez



2011			
Mar-2011	Decreto Executivo nº 30/11	nº	Aprovação dos Procedimentos de Abertura, Movimentação e Encerramento das Contas do Sector Público Administrativo
Abr-2011	Instrutivo nº 2/2011		Reservas Obrigatórias
Jun-2011	Instrutivo nº 4/2011		Política Monetária – Tratamento das Notas de Kwanzas com Curso Legal, Perfuradas, Cortadas, Partidas ou Danificadas
Jul-2011	Lei nº 20/2011		Autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em Circulação Nova Família de Notas e Moedas Metálicas Denominada “Série 2”
Out-2011	Aviso nº 9/2011		Sistema de Pagamentos de Angola – Regulamentação dos Cartões de Pagamentos Bancários
Out-2011	Aviso nº 11/2011		Operações de Mercado Aberto e de Redesconto
Out-2011	Aviso nº 12/2011		Luanda Interbank Offered Rate (Luibor)
Out-2011	Aviso nº 13/2011		Código de Conduta dos Mercados
Out-2011	Aviso nº 10/2011		Taxa Básica de Juro (Taxa BNA)
Nov-2011	Instrutivo nº 8/2011		Operações de Depósitos e Levantamentos de Kwanzas no BNA
2012			
Mar-2012	Aviso nº 2/2012		Prazos para Execução de Transferências e Remessas de Valores Disponibilizados de Fundos de Beneficiários
Abr-2012	Aviso nº 10/2012		Regula as Actividades de Emissão, Aceitação e Utilização de Cartões de Pagamento
Abr-2012	Aviso nº 11/2012		Taxa Básica de Juro – Taxa BNA
Abr-2012	Aviso nº 12/2012		Instituição das Operações de Facilidade Permanentes de Cedência e Absorção de Liquidez
Abr-2012	Aviso nº 13/2012		Instituição da Luanda Interbank Offered Rate, bem como se Estabelece as Regras e Procedimentos para a sua Compilação, Cálculo e Divulgação
Mai-2012	Aviso nº 24/2012		Princípios de Utilização e Modelos de Cheque Normalizado
Mai-2012	Instrutivo nº 3/12		Sistema de Pagamentos – Especificações Técnicas do Cheque Normalizado
Ago-2012	Aviso nº 25/2012		Correspondentes Bancários

Ago-2012	Directiva nº 6/DSI/12		Prestação de Serviços de Pagamentos (Revoga a Directiva nº 7/DSI/11)
Ago-2012	Decreto Presidencial nº 191/12	nº	Estatuto Orgânico do Gabinete do Ministério de Estado e da Coordenação Económica
Ago-2012	Aviso nº 26/2012		Transição de Serviço de Compensação de Valores para o Subsistema de Compensação de Cheques
Ago-2012	Aviso nº 27/2012		Tarifário do Sistema de Pagamentos em Tempo Real - SPTR
Ago-2012	Instrutivo nº 5/12		Cheques Normalizados
Ago-2012	Instrutivo nº 7/12		Define as Tarifas Incidentes sobre Operações Processadas no SPTR
2013			
Abr-2013	Aviso nº 5/2013		Estabelece a Obrigatoriedade de Efectuar Todas Transferências Interbancárias a Crédito, executadas mediante Documento de Crédito, através do Subsistema de Transferência a Crédito (STC) ou Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR)
Abr-2013	Aviso nº 6/2013		Regulação da Prestação de Serviço de Remessa de Valores efectuado pelas Prestadoras de serviços de Remessa de Valores
Abr-2013	Aviso nº 8/2013		Definição dos Termos e Condições que as Instituições Bancárias devem observar com vista à Substituição Processo Electrónico do Arquivo Físico dos Instrumentos de Pagamento em Papel Normalizados
Jul-2013	Instrutivo nº 3/2013		Reservas Obrigatórias
Ago-2013	Directiva nº 03/DSI/2013		Taxas de Redesconto
Ago-2013	Instrutivo nº 5/2013		Mercado Monetário Interbancário - Operações de Cedência de Liquidez dos Bancos de Desenvolvimento
Nov-2013	Instrutivo nº 8/2013 <sup>70</sup>		Define a Obrigação de Emissão de Documento Comprovativo de Instrução de Transferência
Nov-2013	Instrutivo nº 9/2013		Estabelece os Limites do Valor na Emissão de Cheques e Subsistemas de Compensação
Política Cambial			
2009			

<sup>70</sup> O Instrutivo nº 6/13 e o Instrutivo nº 7/13 foram inviabilizados pelo Instrutivo nº 8/13.

Abr-2009	Instrutivo nº 4/2009	Alteração dos Procedimentos para a Compra e Venda de Moeda Estrangeira nas Sessões do BNA
Jun-2009	Directiva nº 1/DGR/09	Procedimentos de Habilitação aos Leilões de Divisas
Jul-2009	Directiva nº 2/DGR/09	Procedimentos de Habilitação aos Leilões de Divisas
Set-2009	Instrutivo nº 10/2009	Alteração dos Procedimentos para a Compra e Venda de Moeda Estrangeira nas Sessões do BNA (Revoga Instrutivo Nº 4/2009)
Out-2009	Directiva nº 3/DGR/09	Procedimentos para habilitação aos Leilões de Divisas. (Revoga a Directiva Nº 2/DGR/09)
Out-2009	Directiva nº 4/DGR/09	Utilização do Aplicativo SGMCM Nas Operações de Compra e Venda de Moeda Estrangeira no Mercado Secundário.
Nov-2009	Directiva nº 5/DGR/09	Ajuste dos Procedimentos de Mercado Cambial
<b>2010</b>		
Abr-2010	Instrutivo nº 04/2010	Alteração dos Procedimentos para a Compra e Venda de Moeda Estrangeira nas Sessões do BNA
Abr-2010	Directiva 10/DGR/10 a 12/DGR/10	Actualização dos Procedimentos para a Preparação dos Leilões de Divisas
Out-2010	Directiva nº 11/DSP/10	Ajuste dos Procedimentos de Cálculo e Adequação da Metodologia de Controlo das R.O.'S (BNA Mudança de Banco Correspondente)
Nov-2010	Aviso nº 03/2010	Política Cambial – Importação, Exportação e Reexportação de Notas e Moedas Estrangeiras e de Cheques de Viagens
Dez-2010	Aviso nº 07/2010	Regulação das Operações de Compra de Notas e Moeda Estrangeira, Cheques de Viagem e Outros Meios de Pagamento Pelas Unidades Hoteleiras
Dez-2010	Directiva nº 3/DSI/10	Cálculo da Exposição Cambial
<b>2011</b>		
Mar-2011	Directivo nº 2/2011	Política Cambial – Alteração dos Procedimentos para a Compra e Venda de Moeda Estrangeira nas Sessões do BNA
Abr-2011	Instrutivo nº 1/2011	Política Cambial – Sessões de Compra e Venda de Divisas (Revoga o Instrutivo Nº 4/2010)
Ago-2011	Instrutivo nº 6/2011	Manual SPTR – Informação Sobre Transacções em ME
Ago-2011	Instrutivo nº 7/2011	Mercado Monetário Interbancário – Operações em ME
Set-2011	Decreto Presidencial nº	Quadro Conceptual das Reservas Internacionais Líquidas

253/11		
<b>2012</b>		
Jan-2012	Lei nº 2/2012	Lei sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero
Jan-2012	Aviso nº 1/2012	Estabelece os Termos e Condições para Entrada e Saída de Moeda Nacional e Moeda Estrangeira
Abr-2012	Aviso nº 20/2012	Regulamento sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero
Abr-2012	Aviso nº 19/2012	Regras e Procedimentos para Operações Cambiais Destinadas ao Pagamento de Importação, Exportação e Reexportação de Mercadorias
Nov-2012	Aviso nº 28/2012	Alteração da Redacção do Artigo 8º do Aviso nº 1/2012, de 16 de Janeiro, sobre a Entrada e Saída de Moeda Estrangeira
<b>2013</b>		
Ago-2013	Aviso nº 13/2013	Define as Regras e Procedimentos para Realização de Actos, Negócios ou Transacções relacionados com Viagens, Transferências e Pagamentos entre Território Nacional e Estrangeiro ou Residentes e Não Residentes
<b>Operações de Invisíveis Correntes</b>		
<b>2009</b>		
Mai-2009	Instrutivo nº5/2009	Alteração do Limite Mínimo para o Licenciamento de Operações de Invisíveis Correntes de 500.000 Dólares para 100.000 Dólares
<b>2010</b>		
16-03-2010	Instrutivo nº 1/2010	Alteração dos Procedimentos para a Realização de Operações de Invisíveis Correntes
<b>2011</b>		
02-06-2011	Aviso nº 3/2011	Prestação de Serviço de Remessas de Valores
27-10-2011	Decreto Presidencial nº 273/11	Regulamento Sobre a Contratação de Serviços de Assistência Técnica ou de Gestão
<b>2012</b>		
Mar-2012	Aviso nº 6/2012	Regula a Prestação de Serviços de Remessas de Valores
<b>Operações de Mercadorias</b>		
<b>2010</b>		

26-11-2010	Decreto 265/10	Presidencial	nº	Regulamento Sobre os Procedimentos de Licenciamento das Operações de Mercadorias (Revoga Decreto Nº 55/00)
------------	-------------------	--------------	----	--

#### Reforma do Sistema Tributário

#### 2010

Set-2010	Decreto 155/10	Presidencial	nº	Criação do PERT
Set-2010	Decreto 130/10	Executivo	nº	Regime do conselho Tributário Consultivo
Set-2010	Decreto 131/10	Presidencial	nº	Regulamento interno da Unidade Técnica Executiva para a Reforma Tributária (UTERT)

#### 2011

Fev-2011	Lei nº 7/2011			Lei sobre o Regime Geral das Taxas
Mar-2011	Decreto 55/11	Presidencial	nº	Linhas Gerais do PERT
Jun-2011	Decreto 2/11	Presidencial	nº	Regime simplificado de Execuções Fiscais (RSEF)
Abr-2011	Decreto 66/11	Presidencial	nº	Medidas Excepcionais de Controlo de Contribuintes em Circunstância de Irregularidade Reiterada
Jul-2011	Lei nº 16/2011			Lei de Alteração do Regulamento para Liquidação e Cobrança do Imposto Sobre as Sucessões e Doações e Sisa Sobre as Transmissões de Imobiliários por Título Oneroso, ao Regulamento de Imposto do Selo e à Tabela Geral de Imposto do Selo
Abr-2011	Lei nº 18/2011			Lei de Alteração do Código do Imposto Predial Urbano e do Código Industrial
Jun-2011	Lei nº 21/2011			Lei de Autorização Legislativa para Aprovação do Regime Simplificado de Execuções Fiscais
Set-2011	Lei nº 30/2011			Lei das Micro. Pequenas e Médias Empresas
Dez-2011	Lei nº 35/11			Lei de Autorização Legislativa
Dez-2011	Decreto 5/11	Legislativo	nº	Código do Imposto sobre Aplicação de Capitais
Dez-2011	Decreto 6/11	Legislativo	nº	Código do Imposto de Selo
Dez-2011	Decreto 7/11	Legislativo	nº	Regulamento do Imposto do Consumo

Dez-2011	Lei nº 33/11			Autoriza o Executivo a definir um Regime Especial de Isenção do Imposto sobre a Aplicação de Capitais Aplicável aos Juros de Financiamento ou de Suprimentos Concedidos às Entidades do Sector Público Empresarial na Execução do Programa Nacional de Habitação
----------	--------------	--	--	--

Dez-2011	Lei nº 35/11			Lei de Autorização Legislativa
----------	--------------	--	--	--------------------------------

#### 2012

Jan-2012	Decreto Presidencial nº 1/12	Legislativo		Cria o Regime Especial de Isenção do Imposto sobre Aplicação de Capitais no âmbito do Programa Nacional de Habitação.
Jan-2012	Lei nº 9/2012			Autorização Legislativa sobre Atribuição de Incentivos às Empresas Angolanas que Realizam Operações Petrolíferas.
Mar-2012	Decreto Presidencial nº 3/12	Legislativo		Estabelece os Incentivos Fiscais às Empresas Nacionais do Sector Petrolífero (Revoga o Decreto nº 4/07, de 22 de Janeiro)

#### Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

#### 2010

Jul-2010	Lei nº 12/2010			Lei do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento do Terrorismo
----------	----------------	--	--	--

#### 2011

Mai-2011	Aviso nº 1/2011			Implementação das Medidas e Procedimentos da Obrigação de Identificação e Diligência de Clientes Suspeitos de Branqueamento de Capitais (Lei Nº 12/10)
Dez-2011	Lei nº 34/11			Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo

#### 2012

Jan-2012	Lei nº 1/2012			Lei sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais
Abr-2012	Directiva nº 1/DSI/2012			Comunicação de operações Suspeitas de branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo
Abr-2012	Instrutivo nº 2/12			Obrigações Previstas das Instituições financeiras Não Bancárias
Abr-2012	Aviso nº 21/2012			Condições para Execução da Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento o Terrorismo para Instituições Não Bancárias
Abr-2012	Aviso nº 22/2012			Condições para Execução da Lei do Combate ao

		Branqueamento de Capitais e ao Financiamento o Terrorismo para Instituições Bancárias
Jul-2012	Directiva nº 3/DSI/2012	Identificação e Comunicação de Pessoas, grupos e Entidades Designadas
Jul-2012	Directivas nº 4/DSI/2012	Congelamento de Fundos e Recursos Económicos
<b>2013</b>		
Jul-2013	Directiva nº 2/DSI/2013	Guia de Implementação de Programa da Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
Dez-2013	Decreto Presidencial nº 241/2013	Regulamenta a Lei sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais
<b>Sistema Financeiro</b>		
<b>Fundo Soberano</b>		
<b>2013</b>		
Jun-2013	Decreto Presidencial nº 89/2013	Alteração da denominação do Fundo Petrolífero criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 48/11, de 9 de Março, que passa a designar-se Fundo Soberano de Angola (FSDEA) e aprovação do seu Estatuto Orgânico
Jun-2013	Decreto Presidencial nº 107/2013	Aprovação da Política de Investimentos do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), para o biénio 2013-2014
Jun-2013	Decreto Presidencial nº 108/2013	Aprovação do Regulamento de Gestão do Fundo Soberano de Angola
<b>Sector Segurador</b>		
<b>2013</b>		
Set-2013	Decreto Presidencial nº 141/2013	Criação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG)
Nov-2013	Decreto Presidencial nº 190/2013	Alteração do Decreto Presidencial n.º 141/13 que criou a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG)
<b>Mercado de Capitais</b>		
<b>2013</b>		
Jun-2013	Decreto Presidencial nº 54/2013	Aprovação do Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais (CMC)
Ago-2013	Decreto Presidencial nº 125/2013	Aprovação do Estatuto Orgânico da Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD)

Out-2013	Decreto Legislativo Presidencial nº 4/2013	Aprovação das normas que regem o Mercado Regulamentado da Dívida Pública Titulada, Mercado Secundário de Negociação de Títulos da Dívida Pública Titulada Nacional
Out-2013	Decreto Legislativo Presidencial nº 5/2013	Aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Correctoras e Distribuidoras de Valores Mobiliário
Out-2013	Decreto Legislativo Presidencial nº 6/2013	Aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados (SGMR) e de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários
Out-2013	Decreto Legislativo Presidencial nº 7/2013	Aprovação do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC)

ANEXO B – Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores

Quadro 41 – Balanço Agregado

	2013	2012	2011	2010	2009
Disponibilidades	1.038.401	1.024.662	915.271	800.587	669.185
Aplicações de Liquidez	1.043.363	978.611	849.045	372.276	253.046
Títulos e Valores Mobiliários	1.233.959	983.139	1.078.584	1.144.641	990.864
Instrumentos Derivados	127	0	0	0	3
Créditos no Sistema de Pagamentos	4.482	3.126	2.170	4.562	478
Operações Cambiais	14.338	7.007	6.302	4.866	6.951
Créditos	2.710.974	2.373.547	1.883.915	1.502.088	1.300.568
Outros Valores	225.390	231.760	161.007	107.073	82.980
Inventário Comercial e Industrial	1.225	409	234	3.877	7.679
Imobilizações	348.244	294.580	217.837	174.901	123.708
<b>Total Activo</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.842</b>	<b>5.114.365</b>	<b>4.114.872</b>	<b>3.435.461</b>
Depósitos	4.636.532	3.971.221	3.643.664	2.710.451	2.304.959
Captações para Liquidez	740.645	744.964	572.914	509.768	417.328
Captações com Títulos e Valores Mobiliários	1.789	4.679	717	117.901	168.730
Instrumentos Derivados	166	45	44	0	781
Obrigações no Sistema de Pagamentos	39.933	138.137	68.394	147.631	37.801
Adiantamentos de Clientes	3.115	2.356	2.255	1.047	0
Operações Cambiais	43.490	54.709	27.028	14.338	23.137
Outras Captações	301.802	257.499	171.229	97.293	108.064
Outras Obrigações	98.831	94.673	56.570	58.319	33.865
Provisões para Responsabilidades Prováveis	22.757	21.300	18.828	14.507	10.493
<b>Total Passivo</b>	<b>5.889.361</b>	<b>5.289.584</b>	<b>4.561.643</b>	<b>3.671.256</b>	<b>3.105.158</b>
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>731.142</b>	<b>607.258</b>	<b>552.722</b>	<b>443.616</b>	<b>330.303</b>
<b>Total Passivo e Fundos Próprios</b>	<b>6.620.503</b>	<b>5.896.842</b>	<b>5.114.365</b>	<b>4.114.872</b>	<b>3.435.461</b>



Quadro 42 – Demonstração de Resultados Agregada

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Margem Financeira</b>	<b>229.808</b>	<b>205.796</b>	<b>220.061</b>	<b>192.693</b>	<b>121.070</b>
Proveitos de Instrumentos Activos	390.777	362.398	376.387	318.212	205.945
Custos de Instrumentos Passivos	-160.969	-156.603	-156.327	-125.519	-84.875
<b>Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo</b>	<b>2.812</b>	<b>1.305</b>	<b>3.286</b>	<b>7.686</b>	<b>3.376</b>
<b>Resultados de Operações Cambiais</b>	<b>73.311</b>	<b>70.336</b>	<b>64.179</b>	<b>51.586</b>	<b>67.158</b>
<b>Resultado de Prestação de Serviços Financeiros</b>	<b>68.543</b>	<b>72.700</b>	<b>46.777</b>	<b>35.612</b>	<b>40.291</b>
<b>Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>-72.558</b>	<b>-95.202</b>	<b>-67.368</b>	<b>-47.438</b>	<b>-26.034</b>
<b>Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementar</b>	<b>-348</b>	<b>-3</b>	<b>-157</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>	<b>301.568</b>	<b>254.932</b>	<b>266.778</b>	<b>240.140</b>	<b>205.861</b>
<b>Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços</b>	<b>59</b>	<b>120</b>	<b>102</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>
<b>Custos Administrativos e de Comercialização</b>	<b>-193.070</b>	<b>-165.422</b>	<b>-135.985</b>	<b>-106.968</b>	<b>-87.068</b>
<b>Total Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	<b>-193.544</b>	<b>-168.545</b>	<b>-137.091</b>	<b>-109.455</b>	<b>-80.616</b>
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	-7.005	-6.010	-5.710	-3.934	-14.032
Resultados de Imobilizações Financeiras	-1.008	-924	-100	-4	-1
Outros Proveitos e Custos Operacionais	8.488	10.056	6.916	6.426	7.581
<b>Resultados da Actualização Monetária Patrimonial</b>	<b>-1.806</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.318</b>	<b>-5.798</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>106.751</b>	<b>89.630</b>	<b>130.895</b>	<b>131.852</b>	<b>112.995</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>-189</b>	<b>5.512</b>	<b>2.654</b>	<b>1.755</b>	<b>-566</b>
<b>Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos</b>	<b>106.562</b>	<b>95.142</b>	<b>133.549</b>	<b>133.607</b>	<b>112.430</b>
<b>Encargos sobre o Resultado Corrente</b>	<b>-16.265</b>	<b>-13.907</b>	<b>-7.223</b>	<b>-5.880</b>	<b>-9.549</b>
<b>Apuramento do Resultado</b>	<b>1.576</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>91.873</b>	<b>81.235</b>	<b>126.326</b>	<b>127.727</b>	<b>102.881</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Quadro 43 - Balanço Individual 2013

	BAI	BANC	BCA	BCGTA	BCH	BCI	BDA	BESA	BFA	BIC
Disponibilidades	189.309	4.577	7.114	43.473	1.282	17.387	18.985	59.817	144.564	122.768
Aplicações de Liquidez	322.647	622	10.767	20.479	1.307	8.889	87.454	1.763	227.110	86.601
Títulos e Valores Mobiliários	199.900	537	3.394	66.863	0	5.376	14.035	118.606	325.608	319.685
Instrumentos Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	127	0
Operações Cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	6.901	2.498
Créditos no Sistema de Pagamentos	624	11	153	176	0	76	0	7	0	0
Créditos	245.708	4.608	5.856	44.057	889	49.677	90.305	770.631	144.013	198.615
Outros Valores	23.537	2.487	150	437	207	9.375	0	90.028	1.923	9.288
Inventários Comercial e Industrial	0	0	19	0	0	0	193	0	0	0
Imobilizações	57.967	3.519	3.403	7.530	373	8.116	10.076	66.287	17.786	11.869
<b>Total Activo</b>	<b>1.039.693</b>	<b>16.362</b>	<b>30.854</b>	<b>183.016</b>	<b>4.058</b>	<b>98.897</b>	<b>221.048</b>	<b>1.107.139</b>	<b>868.032</b>	<b>751.324</b>
Depósitos	902.936	10.739	23.789	132.395	2.507	67.119	0	349.163	763.025	615.478
Captações para Liquidez	9.762	32	22	81	0	1.958	0	596.962	0	1.000
Captações com Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	166	0
Obrigações no Sistema de Pagamentos	3.384	746	507	1.518	6	1.584	0	20	4.783	8.747
Operações Cambiais	1.385	0	53	4	0	0	0	1	6.735	2.510
Adiantamentos de Clientes	3.115	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Captações	504	0	0	0	0	13.219	214.035	0	0	27.710
Outras Obrigações	8.924	173	1.131	14.167	235	5.202	1.510	2.423	5.611	7.239
Provisões para Responsabilidades Prováveis	5.253	15	66	1.560	0	1.639	212	662	3.072	1.878
<b>TOTAL Passivo</b>	<b>935.263</b>	<b>11.706</b>	<b>25.568</b>	<b>149.725</b>	<b>2.749</b>	<b>90.721</b>	<b>215.757</b>	<b>949.231</b>	<b>783.392</b>	<b>664.561</b>
<b>TOTAL Fundos Próprios</b>	<b>104.430</b>	<b>4.656</b>	<b>5.286</b>	<b>33.291</b>	<b>1.309</b>	<b>8.176</b>	<b>5.291</b>	<b>157.908</b>	<b>84.640</b>	<b>86.763</b>
<b>TOTAL Passivo e Fundos Próprios</b>	<b>1.039.693</b>	<b>16.362</b>	<b>30.854</b>	<b>183.016</b>	<b>4.058</b>	<b>98.897</b>	<b>221.048</b>	<b>1.107.139</b>	<b>868.032</b>	<b>751.324</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

	BMA	BMF	BNI	BPA	BPC	BRK	BVB	FNB	SBA	SOL	VTB
Disponibilidades	36.371	2.345	31.439	89.102	148.597	18.607	4.458	11.857	31.114	50.708	4.526
Aplicações de Liquidez	32.953	870	32.041	10.571	52.386	23.016	1.150	11.651	45.865	65.222	0
Títulos e Valores Mobiliários	42.869	0	10.247	33.923	46.472	10.392	1.162	2.334	31.427	638	490
Instrumentos Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações Cambiais	1.860	0	781	2.190	0	5	0	0	6	96	0
Créditos no Sistema de Pagamentos	580	0	1	49	0	27	265	1.185	183	918	227
Créditos	81.454	6.242	85.964	181.730	619.473	39.129	3.978	21.708	34.102	75.902	6.934
Outros Valores	4.690	148	8.095	10.100	58.251	1.212	68	756	2.631	1.206	1.813
Inventários Comercial e Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações	22.706	1.013	15.609	29.342	63.002	5.813	4.039	5.112	3.166	11.150	367
<b>Total Activo</b>	<b>223.483</b>	<b>10.619</b>	<b>184.176</b>	<b>357.006</b>	<b>988.181</b>	<b>98.200</b>	<b>15.120</b>	<b>54.603</b>	<b>148.492</b>	<b>205.840</b>	<b>14.358</b>
Depósitos	162.727	5.157	133.500	276.290	731.953	83.049	9.992	42.497	134.737	182.475	7.005
Captações para Liquidez	19.331	4.284	15.750	19.238	70.286	0	0	0	0	0	2.239
Captações com Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.789	0
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Obrigações no Sistema de Pagamentos	2.614	10	1.083	936	8.225	615	35	2.592	691	1.749	89
Operações Cambiais	1.831	0	783	2.195	27.503	23	0	0	3	464	0
Adiantamentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Captações	0	230	5.220	5.013	28.131	3.071	0	0	3.921	7	741
Outras Obrigações	3.442	72	6.355	6.923	25.037	563	1.203	1.118	2.534	4.040	890
Provisões para Responsabilidades Prováveis	545	0	367	1.569	3.903	925	39	55	181	781	76
<b>TOTAL Passivo</b>	<b>190.489</b>	<b>9.752</b>	<b>163.057</b>	<b>312.164</b>	<b>895.038</b>	<b>88.246</b>	<b>11.269</b>	<b>46.263</b>	<b>142.068</b>	<b>191.304</b>	<b>11.040</b>
<b>TOTAL Fundos Próprios</b>	<b>32.994</b>	<b>867</b>	<b>21.119</b>	<b>44.842</b>	<b>93.144</b>	<b>9.955</b>	<b>3.852</b>	<b>8.340</b>	<b>6.424</b>	<b>14.536</b>	<b>3.318</b>
<b>TOTAL Passivo e Fundos Próprios</b>	<b>223.483</b>	<b>10.619</b>	<b>184.176</b>	<b>357.006</b>	<b>988.181</b>	<b>98.200</b>	<b>15.120</b>	<b>54.603</b>	<b>148.492</b>	<b>205.840</b>	<b>14.358</b>

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Quadro 44 - Demonstração de Resultados 2013

	BAI	BANC	BCA	BCGTA	BCH	BCI	BDA	BESA	BFA	BIC
<b>Margem Financeira</b>	<b>34.177</b>	<b>373</b>	<b>1.218</b>	<b>5.940</b>	<b>67</b>	<b>4.088</b>	<b>8.507</b>	<b>30.094</b>	<b>24.497</b>	<b>26.257</b>
Proveitos de Instrumentos Activos	48.080	539	1.508	7.779	99	5.232	13.423	89.819	35.012	39.489
Custos de Instrumentos Passivos	-13.902	-166	-290	-1.839	-32	-1.144	-4.916	-59.725	-10.515	-13.232
<b>Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>270</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>1.691</b>
<b>Resultados de Operações Cambiais</b>	<b>11.591</b>	<b>1.312</b>	<b>1.213</b>	<b>6.058</b>	<b>302</b>	<b>1.333</b>	<b>1.023</b>	<b>1.104</b>	<b>11.537</b>	<b>7.113</b>
<b>Resultado de Prestação de Serviços Financeiros</b>	<b>10.345</b>	<b>424</b>	<b>776</b>	<b>2.813</b>	<b>187</b>	<b>2.077</b>	<b>2.930</b>	<b>4.142</b>	<b>3.962</b>	<b>4.277</b>
<b>Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-348</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>	<b>34.180</b>	<b>2.142</b>	<b>3.223</b>	<b>14.571</b>	<b>554</b>	<b>3.677</b>	<b>8.205</b>	<b>25.916</b>	<b>38.959</b>	<b>33.345</b>
<b>Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>60</b>
<b>Custos Administrativos e de Comercialização</b>	<b>-21.951</b>	<b>-1.771</b>	<b>-2.223</b>	<b>-5.548</b>	<b>-444</b>	<b>-7.641</b>	<b>-4.518</b>	<b>-14.717</b>	<b>-16.368</b>	<b>-16.222</b>
<b>Total Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	<b>-24.136</b>	<b>-1.763</b>	<b>-2.224</b>	<b>-5.337</b>	<b>-427</b>	<b>-7.620</b>	<b>-4.518</b>	<b>-15.377</b>	<b>-13.912</b>	<b>-13.231</b>
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	-1.379	-35	-6	-137	0	-323	-9	-592	-274	1.596
Resultados de Imobilizações Financeiras	-1.477	0	1	0	0	45	0	126	0	0
Outros Proveitos e Custos Operacionais	671	43	4	348	16	299	8	-194	2.729	1.394
<b>Resultados da Actualização Monetária Patrimonial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.806</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>10.044</b>	<b>378</b>	<b>999</b>	<b>9.234</b>	<b>127</b>	<b>-3.943</b>	<b>3.687</b>	<b>8.733</b>	<b>25.047</b>	<b>20.174</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>462</b>	<b>-64</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>944</b>	<b>-853</b>	<b>-5.114</b>	<b>45</b>	<b>60</b>
<b>Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos</b>	<b>10.506</b>	<b>314</b>	<b>1.008</b>	<b>9.235</b>	<b>132</b>	<b>-2.999</b>	<b>2.833</b>	<b>3.620</b>	<b>25.091</b>	<b>20.234</b>
<b>Encargos sobre o Resultado Corrente</b>	<b>0</b>	<b>-108</b>	<b>-338</b>	<b>-2.558</b>	<b>-48</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.193</b>	<b>-588</b>
<b>Apuramento do Resultado</b>	<b>1.576</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>12.082</b>	<b>207</b>	<b>670</b>	<b>6.677</b>	<b>84</b>	<b>-2.999</b>	<b>2.833</b>	<b>3.620</b>	<b>23.899</b>	<b>19.646</b>

	BMA	BMF	BNI	BPA	BPC	BRK	BVB	FNB	SBA	SOL	VTB
Margem Financeira	8.570	655	5.944	15.446	44.401	4.658	479	1.672	2.836	9.386	542
Proveitos de Instrumentos Activos	11.693	1.110	10.661	21.823	78.451	6.318	577	2.593	3.252	12.596	723
Custos de Instrumentos Passivos	-3.123	-455	-4.717	-6.377	-34.050	-1.660	-98	-922	-415	-3.210	-181
Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo	0	0	0	0	724	30	0	0	39	0	0
Resultados de Operações Cambiais	4.372	87	2.683	3.896	8.222	1.742	308	2.044	2.908	3.371	1.091
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	3.955	73	2.426	3.709	16.342	1.925	83	1.074	1.718	3.388	1.918
Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado de Intermediação Financeira	14.823	310	10.364	21.842	53.134	6.022	580	3.724	7.162	15.494	3.340
Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos Administrativos e de Comercialização	-9.217	-1.005	-7.279	-12.593	-44.116	-4.577	-1.935	-1.508	-7.722	-10.898	-1.292
Total Outros Proveitos e Custos Operacionais	-8.571	-1.077	-5.691	-13.656	-48.421	-4.240	-1.912	-1.591	-7.977	-10.087	-1.300
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	131	0	-44	-864	-4.392	0	0	-61	-210	-399	-8
Resultados de Imobilizações Financeiras	257	0	0	0	39	1	0	0	0	0	0
Outros Proveitos e Custos Operacionais	258	-72	1.632	-199	48	335	22	-21	-45	1.210	0
Resultados da Actualização Monetária Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional	6.252	-766	4.673	8.187	4.713	1.782	-1.333	2.133	-816	5.407	2.039
Resultado não Operacional	47	-32	-456	256	4.799	-95	-247	69	23	-41	-6
Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos	6.298	-799	4.218	8.443	9.512	1.687	-1.580	2.202	-793	5.366	2.033
Encargos sobre o Resultado Corrente	-1.426	0	-1.458	-2.289	-2.293	-383	0	-737	-246	-1.901	-700
Apuramento do Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado do Exercício	4.872	-799	2.759	6.154	7.220	1.304	-1.580	1.465	-1.039	3.465	1.333

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Quadro 45 – Distribuição do Crédito por Sectores

	2013	2012	2011	2010	2009
A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	75.437	58.944	30.790	30.685	11.106
B – Pescas	5.047	2.647	1.889	1.605	12.205
C – Indústria Extractiva	88.801	97.856	52.758	35.056	70.102
D – Indústrias Transformadoras	204.278	228.983	155.893	123.861	53.794
E – Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	2.339	2.063	4.295	2.171	9.176
F – Construção	266.944	278.399	149.902	116.765	104.938
G – Comércio por Grosso e a Retalho	461.621	402.280	319.174	291.640	233.480
H – Alojamento e Restauração	41.691	32.013	13.375	10.321	11.707
I – Transportes, Armazenagem e Comunicações	76.368	72.724	72.950	57.183	64.976
J – Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	55.650	80.680	80.338	34.919	-
K – Actividade Imobiliária, alugueres e Serviços Prestados às Empresas	297.625	243.206	279.400	157.975	86.233
L - Administração Pública	-	-	-	-	-
M – Educação	8.334	8.341	4.979	4.063	60.808
N – Saúde e Acção Social	5.181	6.877	5.666	4.154	32.847
O – Outras Actividades de Serviço Colectivos, Sociais e Pessoais	591.799	431.869	305.750	131.290	-
P – Famílias com Empregados Domésticos	5.659	2.914	349	336	-
Q – Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	440	2.085	42.932	192.880	-
Z – Particulares	521.909	347.932	316.514	250.910	269.695
Valores Não Classificados	1.851	73.735	46.960	56.272	279.501
Total de Créditos	2.710.974	2.373.547	1.883.915	1.502.088	1.300.568

Fonte: BNA; ABANC



Quadro 46 – Evolução do Número de CAs – por Dimensão

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Número de CAs Matriculados	1.431	1.271	1.093	898	741
Quota de Mercado	61,3%	63,1%	67,1%	69,6%	74,5%
Taxa de Crescimento	12,6%	16,3%	21,7%	21,2%	38,2%
Contribuição para a Variação Agregada	7,9%	10,9%	15,1%	15,8%	28,6%
<b>Média Dimensão</b>					
Número de CAs Matriculados	800	666	465	336	215
Quota de Mercado	34,3%	33,1%	28,6%	26,0%	21,6%
Taxa de Crescimento	20,1%	43,2%	38,4%	56,3%	37,8%
Contribuição para a Variação Agregada	6,7%	12,3%	10,0%	12,2%	8,2%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Número de CAs Matriculados	102	76	70	56	39
Quota de Mercado	4,4%	3,8%	4,3%	4,3%	3,9%
Taxa de Crescimento	34,2%	8,6%	25,0%	43,6%	62,5%
Contribuição para a Variação Agregada	1,3%	0,4%	1,1%	1,7%	2,1%
<b>Total Número de CAs Matriculados</b>	<b>2.333</b>	<b>2.013</b>	<b>1.628</b>	<b>1.290</b>	<b>995</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>15,9%</b>	<b>23,6%</b>	<b>26,2%</b>	<b>29,6%</b>	<b>38,9%</b>

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 47 – Evolução do Número TPAs – por Dimensão

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Grande Dimensão</b>					
Número de TPAs Matriculados	21.296	17.451	13.630	9.670	6.296
Quota de Mercado	67,1%	74,1%	74,9%	79,7%	83,0%
Taxa de Crescimento Anual	22,0%	28,0%	41,0%	53,6%	170,6%
Contribuição para a Variação Agregada	16,3%	21,0%	32,6%	44,5%	149,2%
<b>Média Dimensão</b>					
Número de TPAs Matriculados	9.488	5.576	4.196	2.262	1.217
Quota de Mercado	29,9%	23,7%	23,1%	18,6%	16,0%
Taxa de Crescimento Anual	70,2%	32,9%	85,5%	85,9%	313,9%
Contribuição para a Variação Agregada	16,6%	7,6%	15,9%	13,8%	34,7%
<b>Pequena Dimensão</b>					
Número de TPAs Matriculados	932	518	373	208	74
Quota de Mercado	2,9%	2,2%	2,1%	1,7%	1,0%
Taxa de Crescimento Anual	79,9%	38,9%	79,3%	181,1%	89,7%
Contribuição para a Variação Agregada	1,8%	0,8%	1,4%	1,8%	1,3%
<b>Total Número de TPAs Matriculados</b>	<b>31.716</b>	<b>23.545</b>	<b>18.199</b>	<b>12.140</b>	<b>7.587</b>
<b>Taxa de Crescimento Anual</b>	<b>34,7%</b>	<b>29,4%</b>	<b>49,9%</b>	<b>60,0%</b>	<b>185,2%</b>

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 48 – Índice de Actividade de Terminais Bancários e Cartões Multicaixa

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Índice de Actividade das CAs</b>	<b>93,1%</b>	<b>91,9%</b>	<b>92,3%</b>	<b>91,1%</b>	<b>89,8%</b>
Nº Total de CAs Activos	2172	1851	1503	1175	894
Nº Total de CAs Matriculados	2333	2014	1629	1290	995
<b>Índice de Actividade dos TPAs</b>	<b>61,6%</b>	<b>57,4%</b>	<b>50,5%</b>	<b>50,7%</b>	<b>47,6%</b>
Nº Total de TPAs Matriculados	31716	23545	18199	12140	7587
Nº Total de TPAs Activos	19542	13524	9183	6149	3613

Fonte: EMIS

Quadro 49 - Distribuição de Serviços Bancários por Província em 2013

Província	Nº Total de CAs	Nº Total de TPAs	Nº Total de Agências
Bengo	17	240	19
Benguela	192	2.932	133
Bié	34	363	28
Cabinda	65	483	55
Cunene	38	243	37
Huambo	107	1.321	67
Huíla	127	1.594	91
Kuando Kubango	33	225	28
Kwanza Norte	32	306	27
Kwanza Sul	72	750	48
Luanda	1.341	21.099	837
Lunda Norte	36	209	24
Lunda Sul	29	219	25
Malange	47	339	32
Moxico	33	168	25
Namíbe	49	708	33
Uíge	44	251	31
Zaire	38	266	34
<b>Total</b>	<b>2.334</b>	<b>31.716</b>	<b>1.576</b>

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 50 - Distribuição da Rede de Agências em 2013

Localidade	Número de Agências	Localidade	Número de Agências
<b>Bengo</b>	<b>19</b>	<b>Huambo</b>	<b>67</b>
Ambriz	6	Bailundo	6
Bula Atumba	0	Caála	5
Dande	13	Catchiungo	2
Dembos	0	Ekunha	0
Nambuanguongo	0	Huambo	52
Pango Aluquem	0	Londuimbale	2
<b>Benguela</b>	<b>133</b>	Longongo	0
Baía Farta	4	Mungo	0
Balombo	2	Tchicala-	
Benguela	44	Tcholoanga	0
Bocoio	2	Tchindjenje	0
Caimbambo	1	Ucuma	0
Catumbela	8	<b>Huíla</b>	<b>91</b>
Chongoroi	1	Caconda	1
Cubal	6	Cacula	0
Ganda	2	Caluquembe	3
Lobito	63	Chiange	0
<b>Bié</b>	<b>28</b>	Chibia	1
Andulo	2	Chicomba	1
Camacupa	2	Chipindo	0
Catabola	1	Humpata	2
Chinguar	3	Jamba	2
Chitembo	1	Kuvango	1
Cuamba	1	Lubango	70
Cunhinga	1	Matala	6
Kuito	16	Quilengues	2
Nharea	1	Quipungo	2
<b>Cabinda</b>	<b>57</b>	<b>Kuando Kubango</b>	<b>28</b>
Belize	0	Calai	4
Buco-Zau	1	Cuangular	2
Cabinda	52	Cuchi	0
Cacongo	4	Cuito Cuanavale	3
<b>Cunene</b>	<b>37</b>	Dirico	0
Cahama	4	Mavinga	1
Cuanhama	12	Menongue	18
Curoca	0	Rivungo	0
Cuvelay	1	Nancova	0
Namacunde	15		
Ombadja	5		

Localidade	Número de Agências	Localidade	Número de Agências
<b>Kwanza Norte</b>	<b>27</b>	<b>Lunda Norte</b>	<b>24</b>
Ambaca	1	Cambulo	4
Banga	0	Capenda-Camulemba	1
Bolongongo	0	Caungula	0
Cambambe	6	Chitato (Tchitato)	8
Cazengo	13	Cuango	3
Golungo Alto	3	Cuilo	0
Gonguembo	1	Lubalo	2
Lucala	2	Lucapa	5
Quiculungo	0	Xá Muteba	1
Samba Caju	1	<b>Lunda Sul</b>	<b>25</b>
<b>Kwanza Sul</b>	<b>48</b>	Cacolo	1
Amboim	5	Dala	0
Cassongue	0	Muconda	1
Conda	1	Saurimo	23
Ebo	0	<b>Malange</b>	<b>32</b>
Libolo	2	Caculama-Mucari	0
Mussende	1	Cacuso	5
Porto Amboim	11	Calandula	1
Quibala	3	Cambundi-Catembo	0
Quilenda	0	Cangandala	1
Seles	3	Caombo	0
Sumbe	15	Cuaba Nzogo	0
Waku Kungo	7	Cunda-Diaza	0
<b>Luanda</b>	<b>837</b>	Luquembo	0
Belas	135	Malange	25
Cacuaco	36	Marimba	0
Cazenga	57	Massango	0
Icolo e Bengo	10	Quela	0
Luanda	492	Quirima	0
Quiçama	0	<b>Moxico</b>	<b>25</b>
Viana	107	Alto Zambeze	1
		Bundas	0
		Camanongue	1
		Cameia	0
		Léua	1
		Luau	2
		Lucano	0
		Luchazes	1
		Moxico	19



Localidade	Número de Agências
<b>Namibe</b>	<b>33</b>
Bibala	2
Camulo	2
Namibe	25
Tômbua	4
Virei	0
<b>Uíge</b>	<b>31</b>
Alto Cauale	0
Ambuíla	0
Bembe	0
Bungo	0
Buengas	0
Damba	0
Macocola	0
Maquela do Zombo	1
Mucaba	0
Negage	5
Puri	0
Quimbele	0
Quitexe	1
Sanza Pombo	2
Songo	0
Uíge	22
<b>Zaire</b>	<b>34</b>
Cuimba	0
M Banza Kongo	8
N Zeto	1
Noqui	0
Soyo	25
Tomboco	0
<b>Total</b>	<b>1.576</b>

Fonte: ABANC

**Quadro 51 – Quadro Síntese da Actividade do Sistema Bancário**

	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Taxas de Crescimento Anual</b>					
Disponibilidades	1,3%	12,0%	14,3%	19,6%	76,3%
Títulos e Valores Mobiliários	25,5%	-8,8%	-5,8%	15,5%	1,6%
Créditos	14,2%	26,0%	25,4%	15,5%	61,8%
Outros Activos Remunerados	7,4%	15,3%	124,7%	46,5%	-25,2%
Outros Activos Não Remunerados	9,1%	39,0%	32,6%	33,3%	23,2%
Activo	12,3%	15,3%	24,3%	19,8%	28,2%
Depósitos	16,8%	9,0%	34,4%	17,6%	61,4%
Captações para Liquidez	3,7%	35,2%	2,7%	4,4%	-22,3%
Outros Passivos	-34,6%	79,4%	-76,6%	-36,7%	-158,3%
Fundos Próprios	20,4%	9,9%	24,6%	34,3%	22,4%
Funding	12,3%	15,3%	24,3%	19,8%	28,2%
Margem Financeira	11,7%	-6,5%	14,2%	59,2%	34,5%
Margem Complementar	0,0%	26,5%	25,4%	-17,9%	102,9%
Resultado de Intermediação	18,3%	-4,4%	11,1%	16,7%	66,0%
Imposto sobre o Resultado	17,0%	92,5%	22,8%	-38,4%	24,4%
Resultado de Exercício	13,1%	-35,7%	-1,1%	24,2%	55,0%
<b>Qualidade do Crédito</b>					
Crédito Vencido sobre Crédito Bruto	9,8%	6,8%	2,4%	8,6%	2,6%
Provisões sobre Crédito Bruto	6,7%	7,8%	6,8%	6,5%	4,8%
Provisões sobre Crédito Vencido	68,1%	114,5%	282,6%	76,1%	184,0%
<b>Liquidez</b>					
Crédito em ME em % do Total de Crédito	37,8%	42,7%	50,9%	64,9%	65,3%
Depósitos em ME em % do Total de Depósitos	42,5%	50,4%	53,0%	54,3%	59,9%
Depósitos a Prazo em % do Total de Depósitos	44,0%	44,6%	41,1%	38,4%	32,0%
Rácio de Transformação	58,5%	59,8%	51,7%	55,4%	56,4%
<b>Rentabilidade e Eficiência</b>					
ROAE	13,7	14,0	25,4	33,0	34,3
ROAA	1,5	1,5	2,7	3,4	3,4
Taxa de Alavancagem	9,4	9,5	9,3	9,8	10,2
Produto Bancário sobre Activos Médios	6,0	6,4	7,2	7,4	7,6
Resultados de Exploração sobre Activos Médios	1,7	1,6	2,8	3,5	3,7
Produto Bancário por Funcionário	19,8	20,5	22,4	21,4	21,6
Activo por Funcionário	350,0	344,5	343,5	315,5	319,7
Cost-to-Income	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3
<b>Estrutura</b>					
Número Total de Funcionários	18.918	17.119	14.852	13.014	10.747
Número Total de Balcões	1.578	1.375	1.179	1.006	791
Número Total de CAs Matriculados	2.334	2.014	1.629	1.290	995
Número Total de TPAs Matriculados	31.716	23.545	18.199	12.140	7.587
Número de Cartões Multicaixa Válidos	3.488.606	2.837.692	2.377.969	2.083.627	1.726.109

Fonte: ABANC

Quadro 52 - Ranking do Activo em 2013

Posição	Banco	Quota
Grande Dimensão		74,4%
1	BESA	17,3%
2	BAI	16,3%
3	BPC	15,5%
4	BFA	13,6%
5	BIC	11,8%
Média Dimensão		23,5%
6	BPA	5,6%
7	BMA	3,5%
8	SOL	3,2%
9	BCGTA	2,9%
10	BNI	2,9%
11	SBA	2,3%
12	BCI	1,5%
13	BRK	1,5%
Pequena Dimensão		2,1%
14	FNB	0,9%
15	BCA	0,5%
16	BANC	0,3%
17	BVB	0,2%
18	VTB	0,2%
19	BCH	0,1%

Fonte: ABANC

Quadro 53 - Ranking do Activo em 2012

Posição	Banco	Quota
Grande Dimensão		74,3%
1	BESA	17,1%
2	BAI	17,5%
3	BPC	15,6%
4	BFA	12,9%
5	BIC	11,3%
Média Dimensão		23,8%
6	BPA	5,0%
7	BMA	3,0%
8	SOL	3,0%
9	BCGTA	2,6%
10	BNI	2,8%
11	SBA	1,1%
12	BCI	1,8%
13	BRK	1,5%
14	BDA	3,1%
Pequena Dimensão		1,9%
15	FNB	0,5%
16	BCA	0,6%
17	BANC	0,3%
18	BVB	0,1%
19	VTB	0,2%
20	BCH	0,1%
21	BMF	0,2%

Este relatório pode ser reproduzido, desde que seja citada a fonte.

**ABANC**

Empreendimento Comandante Gika · Edifício Garden Towers

Torre B · Piso 17 · Bloco B3 · Travessa Ho Chi Minh · Telefax: 222 712 228

Bairro Alvalade · Município da Maianga · Luanda · Angola

E-mail: [info@abanc.ao](mailto:info@abanc.ao)

[www.abanc.ao](http://www.abanc.ao)